

MILITARES CASSADOS VÃO PROCESSAR O GOVERNO

Pág. 3

FRAUDE NOS MONTEPIOS

EM TEMPO!

SEMANÁRIO NACIONAL — Cr\$ 15,00 — ANO 2 — Nº 49 — DE 1º A 6 DE FEVEREIRO

Advogados alertam para os prejuízos que os montepios vêm causando à economia popular.

Só no Rio Grande do Sul há no momento cerca de 150 ações na justiça, de mutuários que foram lesados.

No país todo, 20 milhões de pessoas estão ligadas

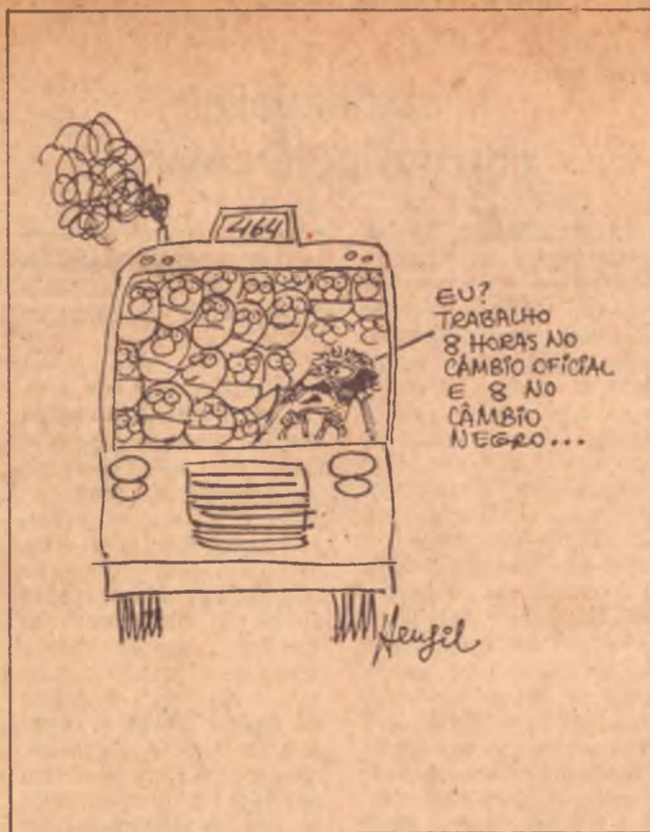
diretamente aos «benefícios» deste sistema de previdência privada. Pág. 5

FERROVIA DO AÇO:

MINISTRO JOGOU 15 BILHÕES NO LIXO E CONTINUA SOLTO

O ministro Dyrceu Nogueira, dos Transportes, batizou a Ferrovia do Aço com duas expressões ufanistas: «o maior canteiro de obras do mundo» e «a ferrovia dos mil dias», prazo em que seria entregue para funcionamento, a contar de 1975, quando começou. Mas, hoje, as obras estão praticamente abandonadas, e o dinheiro público empregado na terraplenagem, abertura de túneis e levantamento de viadutos vai sendo lentamente corroído, em cenas desoladoras, como comprovaram três repórteres que percorreram a região: canteiros abandonados, o mato crescendo, vacas pastando e se abrigando nos túneis, máquinas e equipamentos encostados. E a incerteza rondando todos os dias a vida dos peões que sobraram. A Ferrovia do Aço ia immortalizar o general Geisel como presidente da República, como se pretendia na época do projeto. Qual o preço disso tudo? Nada menos que Cr\$ 15 bilhões já foram gastos em dinheiro vivo dos cofres públicos neste sonho «faraônico e megalomaniaco».

Págs. 10 e 11



A reunião do P.T. em Osasco.

Irlanda

Um país ocupado
Uma guerra secular
Sangue e religião

Págs. 8 e 9

Souza Cruz:
conheça as
condições de
trabalho em
que é produzido
o cigarro que
você fuma.

Pág. 12

Partido dos trabalhadores sai ou não sai?

Apesar do rebuliço causado pelas anunciadas intenções dos sindicalistas metalúrgicos, que se reuniram em Lins, de criar um partido para os trabalhadores, a proposta avançou pouco na reunião que houve na última terça-feira em Osasco. O programa prometido ficou ainda na gaveta.

Págs. 6 e 7

Barricada contra enchente

Em Contagem, 400 moradores de um bairro popular obstruíram o trânsito com fogões, móveis velhos, carroça para reivindicar das autoridades o conserto da canalização de água, que provocou a inundação da região, com as chuvas.

Pág. 12



Para os patrões, tudo.
Para os trabalhadores, pau.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), a mais importante entidade patronal do País, julga que a estrutura sindical em vigor é «a melhor possível para o nosso estágio de desenvolvimento econômico». Não é para menos que a FIESP pensa assim. A CLT, promulgada em 1º de maio de 1943, em especial no seu capítulo que trata da Organização Sindical, é o AI-5 permanente contra a classe operária.

Ali, em cerca de cem artigos fica assegurado ao Estado brasileiro o controle completo sobre os sindicatos. Assim, é proibido organizar sindicato por empresa, a base territorial é fixada pelo Ministério do Trabalho, que libera a Carta Sindical, impondo ao sindicato o Estatuto Padrão, e proíbe-se também a organização de uma central sindical brasileira, para evitar a unificação das lutas dos trabalhadores. Mais ainda: a «Carta de

Reconhecimento» do sindicato pode ser cassada por simples ato do Ministro do Trabalho. O Ministério do Trabalho tem, de acordo com a CLT, o mais amplo controle sobre a gestão de um sindicato: financeira e política. Pode intervir nos sindicatos, cassar mandatos, impugnar candidatos, nomear interventores, congelar contas bancárias do sindicato. As eleições sindicais, além disso, têm as suas regras ditadas pelas portarias do Ministério, sendo juízes eleitorais, em caso de dúvidas nos pleitos, as Delegacias Regionais do Trabalho, ocupadas por delegados nomeados pelo Ministério. As Delegacias podem impugnar nomes de candidatos ou chapas inteiras, cabendo recurso contra tais decisões, adivinhem para onde? Para o Ministério do Trabalho.

Além de tudo isso, a administração das eleições sindicais fica por conta da situação, isto é, a diretoria que já está na cabeça do sindicato.

Como se não bastasse, vêm as mordomias. Os cargos nas Juntas de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho são ocupados por aqueles dirigentes que andam trajados de acordo com o figurino do governo. Ou seja, os pelegos, que recebem gordas mordomias. São eles que, em geral, controlam as Federações e as Confederações, através de eleições indiretas (cada sindicato tem um voto).

É por isso que se fala que o AI-5 contra a classe operária continua firme. Como se não bastasse, ainda tá em campo o Decreto-Lei 1632, que proíbe greves, e a Lei 4.330, a lei antigrevo, cujo relator, nos idos de 1964, foi o eminente deputado Ulisses Guimarães, presidente do MDB. Agora, já começam a entrar em vigor as «listas negras» e a FIESP já está propondo o «pacotão sindical» para combater as greves operárias que virão à pela frente. (Sucursal de Minas).

Susto dos empresários

O Jornal do Brasil, para variar, caiu de pau em cima dos motoristas grevistas do Rio. E citou até entidades de classe que condenavam o movimento e que estranhavam que «não tenham sido tomadas providências». Chegaram a falar, as tais entidades de classe, até em segurança nacional, denunciando de público o «movimento sedicioso».

Mas vejamos quais eram essas entidades de classe: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro,

Clube dos Diretores Lojistas do Rio de Janeiro e Associação Comercial do Rio de Janeiro. Só entidades de classes que nunca usam ônibus e que têm parte da responsabilidade pelas péssimas condições de vida dos trabalhadores cariocas. O estranho seria se essas classes tão «afetadas» pela impossibilidade de suas vítimas, os empregados, chegarem no trabalho a tempo de serem exploradas o dia inteiro — fossem a favor dos trabalhadores. (R.V.N.).

BANCÁRIOS

Vejam para onde vai o salário que vocês ganham

Em todas as suas atividades, o Bradesco teve — em 1978 — um lucrozinho de 4 bilhões e 473 milhões de cruzeiros (dos novos mesmo). Está desfrutando até hoje os tempos em que tinha um homem no Ministério da Fazenda e outro no governo do Estado de São Paulo, quando deitou e rolou, incorporando vários outros bancos até transformar-se no que é hoje: o segundo maior banco do País.

Já os bancários do Bradesco não têm nada a ver com esse lucro e com essa classificação. Só poderiam ser classificados, talvez, de «bancários mais explorados», disputando ferrenhamente o título com os empregados de outros bancos particulares.

E no caso específico do Bradesco, ele não vai parar aí. O Delfim está de volta, agora na Agricultura (no governo Médici, Deufim na Fazenda e no governo Figueiredo, Deufim na Agricultura). Que se cuide o Banco do Brasil ou perderá o título de «maior banco agrícola do mundo». E que se cuide os bancários ou acabarão ganhando menos que um salário-mínimo por mês. (R.V.N.).

lharem meio período. E os banqueiros já tinham muito lucro.

Hoje, não pagam juros, cobram taxas absurdas e juros idem — a gente tem que pagar até talão de cheque — e os bancários ganham um salário de fome para trabalhar o dia inteiro, até depois do horário normal. O que foi tirado do salário dos bancários, as taxas que cobram por qualquer serviço e os juros que deixaram de pagar aos depositantes engordaram bastante o lucro dos banqueiros.

Em nome da «unidade partidária» e com a pretensão de transformar-se numa frente única de oposição, o MDB (ou certos setores dele) anda compondo com qualquer um, forçando a barra para que gente que até hoje só se tem locupletado do regime pareça oposição. O resultado não podia ser outro: os operários começam a afastar-se do partido. Lula, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, é um dos que já se decepcionaram.

Muitos acusarão os que se afastam de fazer o jogo do governo ou qualquer coisa afim. Mas, o certo é que o MDB precisa definir-se, ou



MINAS GERAIS

Funcionário público foi roubado em Cr\$ 507.301,80

A Federação das Associações de Servidores Públicos Federais, Estaduais, Municipais, Autárquicos e Parastatais no Estado de Minas Gerais abriu a campanha salarial de 79 com a bandeira de 100% de aumento. A reivindicação de 100% de reajustamento se baseia em estudo do DIEESE, solicitado pela União Nacional dos Servidores Públicos (UNSP).

A pesquisa do DIEESE estabelece o índice 100 para todos os itens (salário, custo de vida e produtividade social) em julho de 1964. As tabelas contendo os índices de salário nominal, custo de vida, salário real e produtividade revelam que em dezembro de 78 a situação era a seguinte:

1. os preços dos bens e serviços de primeira necessidade consumidos pela família assalariada (índice de custo de vida) cresceram mais de 65 vezes (100 para 6543) no período que vai de julho de 1964 a dezembro de 1978.

2. os salários nominais (o valor que consta na folha de pagamento) cresceu de apenas 19 vezes (100 para 1913), considerando o último reajuste havido em março de 1978.

3. como os preços dos gêneros de primeira necessidade cresceram muito mais do que os salários, o poder aquisitivo do dinheiro (salário real) caiu bastante (100 para 29), ou seja, hoje, o trabalhador dessa categoria consegue comprar bem menos da metade dos bens e serviços que comprava em 1964.

4. paradoxalmente, a produtividade social só tem aumentado, enquanto o salário real cai: cada trabalhador brasileiro hoje, em média, produz exatamente 102% a mais do que em 1964 (de 100 para 202).

Os números alinhados indicam ainda que:

1. em nenhum ano, o reajuste havido após o poder aquisitivo de 1964.

2. o salário real caiu subs-

tancialmente no período, em virtude dos reajustes terem sido realizados a taxas inferiores ao aumento do custo de vida.

3. mesmo nos anos que a taxa de reajuste foi superior ao aumento do custo de vida, não se pode dizer que o assalariado foi favorecido, pois o reajuste foi insuficiente para recuperar as perdas passadas.

Assim, conclui o estudo que para se recuperar o poder aquisitivo de 1964 o reajuste deveria ser 242%. Ou seja, os vencimentos deveriam ser quase duas vezes e meia maiores do que os atuais. Mais que isso: se forem incorporados ao cálculo os aumentos de produtividade havidos no período 64/79 o reajuste deveria ser de 597% e não mais de 242%. Em termos de cruzeiros quer dizer que o funcionário que em 1964 ganhava 100 cruzeiros sofreu um desfalque de Cr\$ 507.301,80. (Sucursal de B.H.)

ESPERANÇA

A ditadura de Somoza, na Nicarágua, está na corda bamba e a do Xá, no Irã, já está caindo. Estará começando o fim do ciclo das ditaduras? (R.V.N.).

SAQUEI O QUE O GEISEL QUIS DIZER COM "ACABOU O PRIMEIRO CICLO DA REVOLUÇÃO" — ELE QUER COMEÇAR OUTRO IGUALZINHO!



Milagre das urnas

O Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, num ataque de honestidade, anulou as eleições do município de Atalaia do Norte, após a constatação de fraudes (adivinhem a favor de quem). Com a anulação, a Arena perderia as eleições para o Senado naquele Estado, pois sua votação ficaria menor que a do MDB.

Mas, o Tribunal Superior Eleitoral, que está aí para

não permitir essas brincadeiras, anulou a anulação do TRE e vai empossar o arenista João Bosco, que nessa situação arranhou seu emprego de oito anos — o mandato de senador — de uma forma que deixa bônico com inveja. Foi «eleito» numa eleição milagrosa, em que o número de votos não coincide com o de votantes.

Este é mesmo o regime dos milagres. (R.V.N.).

Espírito de frente ampla tem limite

Em nome da «unidade partidária» e com a pretensão de transformar-se numa frente única de oposição, o MDB (ou certos setores dele) anda compondo com qualquer um, forçando a barra para que gente que até hoje só se tem locupletado do regime pareça oposição. O resultado não podia ser outro: os operários começam a afastar-se do partido. Lula, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, é um dos que já se decepcionaram.

Muitos acusarão os que se afastam de fazer o jogo do governo ou qualquer coisa afim. Mas, o certo é que o MDB precisa definir-se, ou

fica com o povo ou com os exploradores. O mesmo partido não pode comportar os trabalhadores e aqueles que os exploram, e não adianta alegar «alianças táticas», porque elas são táticas também para os Chagas Freitas que só tem usado da sigla para enganar quem pensa que está votando na oposição.

Quem pasta são os trabalhadores que acabam pessimamente representados por um partido cheio de compromissos. Que tal levar a sério esse negócio que vocês dizem antes das eleições, de oposição e outras coisas muito bonitas? (R.V.N.).

O OURO DE BONN

Depois de socialistas, trabalhistas e muito mais gente que se sente na obrigação de ser «de esquerda», mas não está muito a fim, chegou a vez do latifundiário (segundo alguns, grileiro) o senador José Sarney declarar-se social-democrata. O futuro presidente da Arena ch. ou até a propor que seu folclórico partido siga uma orientação social-democrata. A social democracia está mesmo desmoralizada. (R.V.N.)

Tradicional família mineira em ação

Fazer teatro e cultura hoje em dia está cada vez mais difícil. Se já não bastava os entraves da censura federal, os gastos — quase sempre sem retorno — com aluguel de sala, figurinos, etc, além da própria escolha do texto, outro «probleminha» veio infirmizar a vida dos atores mineiros: a Censura da Tradicional Família Mineira, travestida pela «preservação da Moral e dos Bons Costumes». Foi o que aconteceu com a peça «Tem Pucheta na Espiroqueta» ou «a Manipulação das Almas», de José Roberto Alvarenga. O texto, que fora anteriormente liberado pela Censura Local, após eficientes consultas à Brasília, foi vetado pela Diretora Geral do Teatro Marília de BH, D. Daisy Goulart, conhecida dama do society e integrante do Clube «Amigas da Cultura»(sic). O motivo alegado por ela está no título, pois «o nome da peça não era

de bom tom e levaria ao teatro um tipo de público que não é o habitual». Justamente o que o pessoal da peça queria.

A peça traz em si uma abordagem crítica da televisão enquanto meio de comunicação de massa dirigido à manipulação de valores, em função da preservação de valores ditos «culturais» ou «sociais», ou seja, que servem à ótica de dominação ideológica. O objetivo da peça era o de atingir um público mais indefeso em relação a essas manipulações, que só tem acesso a tais tipos de comunicação ou informação alienantes. Daí o título, para tentar atrair tal público e também evocar criticamente alguns mitos da chamada comunicação de massas, como o Chacrinha, por exemplo. E é esse público, cortando a tentativa e experiência de pesquisa do grupo

na raiz. Não satisfeita, ela ameaçou o grupo de «alertar» a censura federal para a peça, intimidando-os e evocando a Censura a proibir, pois só o texto foi liberado, ficando o espetáculo pendente para a época da estréia. D. Daisy mostra assim como age a elite na preservação de seus valores, usando do controle da cultura e do público, vetando e ameaçando.

A censura acabou vencendo. O pessoal teve que cancelar a estréia, marcada para o dia 23 no Teatro «Público» Marília e saíram a peregrinar em busca de novos palcos, sem nenhuma indenização, pois os contratos ali são só de «boca». Agora, resta à classe teatral fazer, como em 78, após a proibição da peça «Viva Olegário» pela Censura Federal, um outro enterro da Censura: a Censura da Tradicional Família Mineira. (Sergio Aspham).

OSASCO

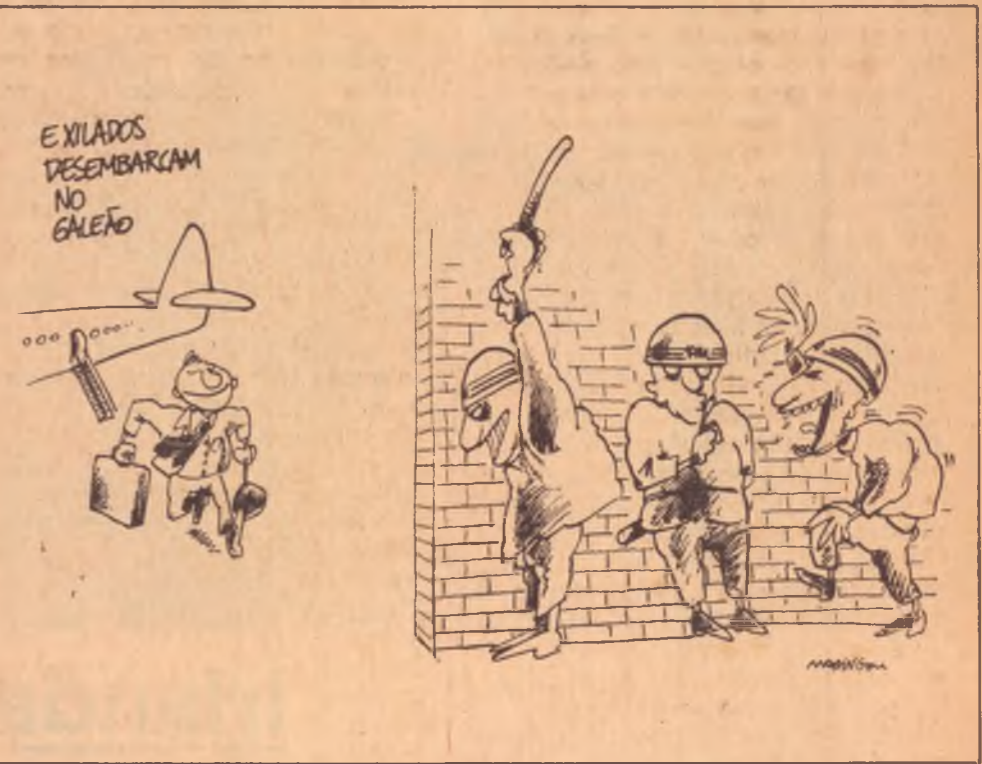
Trabalhadores entram pelo cano

Dez trabalhadores de rua da Companhia de Águas e Esgotos do Município de Osasco (COEMO) foram despedidos, em janeiro, sob a alegação de medidas econômicas. O estranho, no entanto, é que nesta mesma ocasião foram contratados três novos funcionários vindos de São Paulo, com salários de 28 mil cruzeiros, para funções burocráticas.

Mas esta incumum política de economia não se limitou às demissões. Os trabalhadores de rua que continuaram na COEMA, com um salário médio de 10 cruzeiros por hora, tiveram cortes em horas extras e no pagamento do domingo — antes era pago em dobro e agora corresponde a um dia normal. Além disso, eles são obrigados a trabalhar mais. Durante a gestão do prefeito anterior (Rossi, da Arena) havia 200 funcionários de rua, hoje,

reduzidos a apenas 85. O que faz com que as turmas de trabalho de 12 homens não passem agora de quatro ou cinco.

Indignados com este arrocho no trabalho, o pessoal da COEMA procurou o prefeito Guacá Piteri, do MDB, que ainda não os recebeu. Ele manda dizer que está viajando, apesar de ter sido visto passeando pela cidade. Os trabalhadores de rua exigem a volta das horas extras e do domingo pago em dobro, segurança no trabalho (máscara e luva para trabalhar nos esgotos), melhores condições de higiene (banheiro, chuveiro, uniforme) e um refeitório. E nenhum deles acredita em possíveis dificuldades econômicas da empresa: a taxa de administração paga pelo usuário aumentou de 20 cruzeiros em 1976 para 50 em 1979.



Assine EM TEMPO:

Nome Profissão

Idade Endereço

Bairro Fone Cidade

Estado CEP End. Comercial

Horário Fone Estou enviando o cheque nº

do Banco em nome da Editora. Aparte S/A

Rua Bernardo Guimarães, 884. Lourdes. Belo Horizonte (MG) CEP 30.000.

Em São Paulo. Rua Matheus Grou, 57. Pinheiros. São Paulo. (SP)

CEP 05415. fone 853-6680.

Anual: Cr\$ 600,00 Exterior Anual: US\$ 90,00

Semestral: Cr\$ 350,00 Semestral: US\$ 50,00

EM TEMPO:

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluisio Marques, Alvaro Caldas, Antonio Carlos Carvalho, Antonio de Pádua Prado Jr., Antonio Sérgio de Souza, Carlos Tibúrcio, Cláudio Câmara, Emílio José, João Batista Mares Guia, Jorge Baptista, Marcelo Beraba, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Tibério Canuto, Fausto Brito (Conselheiro-Presidente) Suplentes: Flávio Andrade, Antonio Espinosa, Eduardo Fernandes, Flámino Fantini.

DIRETORES: Antonio de Pádua Prado Jr., Flámino Fantini, Jorge Baptista, Robinson Ayres, Tibério Canuto (Diretor-Presidente) Secretário de Redação: Luiz Nadai.

Produção e Secretaria Gráfica: Paulo Roberto M. Borges. Editor-Geral: Jorge Baptista.

EDITORIAS: Nacional: Flámino Fantini (editor), Antonio Espinosa, Antonina Silveira, Carlos Savério, Eduardo Fernandes, Fábio Munhos, Fátima Barbosa, Flávio Andrade, Flávia Resende, Maria Moraes, Ottoni Fernandes Jr., Paulo Sérgio, Samira Zaidan, Sérgio Alli, Wilson Prudente. Internacional: Carlos Tibúrcio (editor), Carlos Eduardo Matos e Lionel Almeida (sub-editores), Aluisio José Montei

ro, Altair Moreira, Cecília Tompson, Cleide Ono, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Vega, Lana, Marimede Oliveira, Olgária Matos, Suzana Rios, Virginia Pribeiro. **Suplemento Cultural:** Flávio Aguiar (coordenador), Antonio Espinosa, Omar Santos, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, A. A. de Amorim. **Arte:** Sérgio L. Papi (diagramação), Serc Maringoni, Duto Bicalho, Sian, Martinez (ilustração), Ennio B. euns Fe., Jesus Carlos, João Roberto Martins F., Niels Andreas (foto). **Arquivo e Pesquisa:** Antonio Alfredo S. Nunes, J. Moura Marinho, Josephine Ghetti, Maria Martins, Maria Quirino, Silvestre Prado, Valdezer Amorim.

Revisão: Alfredo Maria Camillo de Souza, Tomé.

SUCURSAIS: **Belo Horizonte** (R. Bernardo de Guimarães, 1884): Alberto Martre (chefe de sucursal), Edgar da Mata-Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Lélcio Santos, Maizé Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Vilara, Ricardo Rabelo, Sérgio Aspham (redação), Manira Araújo (administração). **Porto Alegre** (Av. Osvaldo Cruz, 1407 - 103-201): Ana Barros Pinto, Carlos Avelino, Gerson Schirmer, Leônia Mezzozos, Sosa (redação), Adão Capel, Cláudio Afrânio

Flávio Silveira, João Rodrigues Soares, Luís Alberto Rodrigues, Lucy Ayres, Raul Pont. **Recife**: Antonio Sérgio de Souza, Cecy Prestello, Orlando Mindelo, (coordenação) Fred Mattoso, Paulo Santos, Rebeca Scatrut, Alzira Medeiros, Eliane Veloso, Itiro Almeida, Márina Lima, Maria Everaldo, Paulo Magalhães, Riva M. Nogueira (administração). **Rio de Janeiro** (R. da Lapa, 290 - sala 408): Adauto Neves, Alan Albuquerque, Antonio José Mendes, Bernardo Karar, Carlos Alberto Bahia, Cláudio Câmara, Cláudio Cardoso, Clotilde Hasselmann, Fernanda Coelho, Jamir de Mendonça, Jorge Ricardo Gonçalves, Laís Meireles, Lígia Bahia, Luis Antonio de Aguiar, Luis Arnaldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Marcos Aarão Reis, Margarida Aultran, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Olga D'Arc Câmara, Orlando Guilhon Braga, Regina Maria Braga, Ricardo Lessa, Sérgio Sbragia, Sueli Caldas. **Salvador** (Av. Sele de Gattamboni, 202 - sala 501): Adelson Oliveira, João Henrique, Antonio D'Assis, Emílio José, Dalton Guimarães, Oidaick Miranda, Lina Maria.

SCRITÓRIOS: **Aracaju**: (SE) David Dantas. **Campinau** (SP): Renato Barros.

Fortaleza (CE): Fausto Aguiar (coordenação), Gervásio de Paula, Rogério Araújo (redação), Daniel Santos José Saravia Jr., Vinício de Araújo, (administração) e distribuição) João Pessoa (PB) Aurelio Aquino, Gerardo de Araújo, Manoel Campos, Hotel (RN) Cicero Correia, Francisco de Assis.

ADMINISTRAÇÃO (São Paulo): Anilton Pinheiro, Aparecida Barbosa da Silva, Elvira Oliveira, João Carlos, José Jesus Varela. Assessoria Jurídica: Luiz Eduardo Greenhalgh, José Alberto Marcondes Piccini (São Paulo), Arnaldo Barbosa (Belo Horizonte), Admilson Oliveira (Salvador). Diretor-Responsável: Robinson Ayres.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A — Rua Bernardo de Guimarães, 1884 — Lourdes (Belo Horizonte) — Redação: Rua Mateus Grou, 57 — Pinheiros (São Paulo) — CEP: 05415 — Telefones: 280-4759 e 853-6680.

Distribuidores: Diários Associados e Super Bancas. Composto e impresso nas oficinas dos Diários Associados. Rua sete de Abril, 202. São Paulo, S.P.

Entrevista com o coronel Paulo Malta

Fim do AI-5 não trouxe democracia



CADINHO

Os militares cassados em 1964 aguardam o momento de entrar com ação na justiça, requerendo a reintegração nas Forças Armadas, o pagamento dos vencimentos em atraso e a indenização pelo cerceamento da profissão no meio civil. Aqui, a visão de um deles sobre a propalada abertura política do general João Baptista Figueiredo.

Da sucursal do Rio

Entre as surpresas deste início de ano, os militares cassados em 1964 citam as recentes declarações do comandante do II Exército, general Fragoeni, que diz admitir a anistia aos presos políticos e promete exigir justiça para os verdadeiros criminosos.

Para o coronel Paulo Malta, expulso da FAB e cassado por ato institucional, «é provável que o general esteja se referindo a criminosos como o ex-governador de proveta Leon Perez, do Paraná; aos que prenderam, torturaram, seqüestraram e mataram pessoas como Wladimir Herzog, Rubens Paiva, Fiel Filho e Stuart Angel; os responsáveis pelo incêndio da Caixa Econômica; os Luffalla; os da Sudepe e do grupo Lume; os assassinos de Araceli e Ana Lídia; os autores do acordo de Segurança de investimentos estrangeiros; os que facilitaram a ocupação da Amazônia por alienígenas: os compradores da American and Foreign Power e da Light; os que importam leite em pó estrangeiro e derramam aos porcos o leite nacional; os compradores de vacinas contra a meningite, com cartas marcadas; os Didi Pedalada; os responsáveis pelo déficit na balança de pagamentos e pela progressão do endividamento externo e interno; assim como os agentes da queda do padrão de vida da população, denunciado, todos esses anos, pelo próprio IBGE e pela Fundação Getúlio Vargas».

E mais: «Talvez o general Fragoeni não tenha ficado satisfeito com a anistia concedida pelo presidente Juscelino aos subversivos de Aragarças e Jacareacanga, ou ainda com relação ao general Euclides de Figueiredo, que foi apanhado de armas na mão, contra o governo, em 1932. Sobre o atual momento, vale lembrar um detalhe, para refrescar a memória dos detentores do poder: no caso dos militares, todos foram processados e absolvidos, a maioria por unanimidade. Será necessário falar em revisão de processos? Não serão idôneas as conclusões dos tribunais militares, numa época em que era até permitido seqüestrar, torturar e matar? Ou será o medo do muito que os cassados têm a contar aos jovens oficiais?»

Manobra da ditadura

Para o cel. Malta, a propalada abertura anunciada em dezembro com a queda do AI-5 «não passa de mais uma manobra da ditadura para iludir o povo brasileiro. A Constituição é a mesma, piorada com a inclusão do estado de emergência; o decreto 477 está aí; o pacote de abril continua em vigor; e a nova lei de segurança nacional continua garantindo, entre outras coisas, a censura à imprensa e a intervenção nos sindicatos. Na verdade, a lei apenas diminui condenações de 400 para 200 anos. Isto é: o cara morre devendo menos».

E mais: «Estão aí as recentes declarações de um porta-voz do sistema, general Belfort Bethlem, explicando que o exilados se devem comportar dentro dos limites do possível. Por que não dentro dos limites da lei? Além disso, estão aí os mesmos ministros da área econômica, que há muitos anos vêm prometendo conter a inflação e a elevação do custo de vida. A cada início de ano fazem cálculos por baixo e mandam um certo coronel Amargo para a televisão dizer que os militares se devem contentar com reajustes de

vencimentos inferiores à elevação do custo de vida, por motivos patrióticos».

Logo em 1964, o coronel Paulo Malta (que depois seria seguido por outros colegas) deu entrada com um mandato de segurança (de nº 17461), requerendo sua carteira de piloto, para o exercício da profissão no meio civil. Em 1968, apesar da sentença favorável e unânime do Supremo Tribunal Federal, o Ministério da Aeronáutica contrapôs duas portarias secretas à decisão do mais alto tribunal do País. Não sensibilizaram os burocratas da Aeronáutica nem mesmo as declarações bem-humoradas do ministro Alomar Baleeiro, durante o julgamento do mandato. Em sua declaração de voto, ele perguntou: «Será que esses senhores seriam capazes de seqüestrar aviões para Cuba, conduzindo autoridades brasileiras?»

De qualquer forma, os militares reconhecem um certo avanço. «Avanço este conquistado pelos movimentos pró-anistia e constituinte; e reflexo direto da insatisfação nos meios militares com os rumos do golpe de 64, o entreguismo e o rebaixamento de seu próprio padrão de vida. Sem contar que este recuo do sistema é também fruto do fracasso total do milagroso modelo econômico brasileiro».

A luz no fim do túnel

De 64 para cá, após sucessivas prisões em depósitos da Aeronáutica e navios de guerra, o coronel Malta conseguiu trabalho como professor de física e matemática, além de técnico em indústria gráfica e tradutor de manuais de aviação. Outros trabalharam como professores em várias universidades (como o tenente Renato Arantes Tinoco); alguns viraram escritores, como foi o caso de Oswaldo França Júnior («Jorge, um brasileiro»); e houve até um coronel que foi obrigado a entrar para o mercado financeiro. Trata-se de Ruy Moreira Lima, herói da Segunda Guerra e condecorado com a «Distinguished Flying Cross» (a maior condecoração das forças armadas americanas, entregue pelo Congresso dos Estados Unidos), além da «Palme de France», enviada pelo general De Gaulle. O coronel Fortunato, Câmara Oliveira, hoje artista reconhecido, também foi herói na guerra contra o fascismo e igualmente cassado pelo golpe militar.

Hoje, todos eles, inclusive os do Exército e da Marinha, aguardam o momento de entrar com uma nova ação na justiça, requerendo a reintegração nas Forças Armadas, o pagamento dos vencimentos e vantagens em atraso, e indenização pelo cerceamento do exercício da profissão no meio civil. Em resumo: vão exigir mais de seis milhões de cruzeiros, calculados com base em salários não recebidos durante os últimos 15 anos, no caso dos coronéis.

«Agora, é importante divulgar e manter a luta que levou às conquistas desse momento», diz o coronel Malta. Vamos levantar a bandeira da constituinte junto com a anistia - que entendemos ampla, geral e irrestrita. O pequeno raio de luz no fim do túnel está aí. E tanto isso é verdade, que homens como Cirne Lima, Severo Gomes, Teotônio Vilela, Magalhães Pinto, o general Euler Bentes, Hugo Abreu e o coronel Tarcisio Ferreira já estão abandonando o barco que eles mesmos construíram».

Manaus se organiza em defesa da Amazônia

“As coisas não vão ficar assim. Isso ainda vai feder muito”, anuncia o romancista Márcio de Souza, preocupado com os contratos de risco de exploração madeireira. Hoje a cidade inteira está mobilizada. A defesa da floresta assume a perspectiva de luta de massa. Os ânimos da população se acirraram. Novos atos públicos estão marcados na cidade, assim como a formação de centros de estudos e realização de debates sobre os problemas da Amazônia.



Márcio de Souza

Por Marcelo Beraba

A entrega da floresta amazônica aos grandes grupos multinacionais já é fato consumado. O anúncio recente de contratos de risco para a exploração de madeira da região é apenas a tentativa de oficialização do desmatamento que já ocorre diariamente. A divisão dos seus quilômetros quadrados já está feita e a desculpa de que a venda de seu potencial madeireiro pagará a dívida externa é falsa e não passa de apelo ideológico.

De passagem pelo Rio, onde apresentou a peça «Tem piranha no pirarucu» — sobre a zona franca de Manaus —, o jornalista, romancista e teatrólogo Márcio de Souza, dos poucos intelectuais brasileiros que pensam de forma sistemática sobre o problema da Amazônia, denunciou os projetos da FAO e do IBDF de venderem a madeira da região como criminosos. E, com bom humor, propõe:

— Já que o Simonsen não mete a mão no fogo pela mãe de ninguém, por que não vende a própria mãe pra pagar o raio desta dívida?

Em Manaus, a notícia da Folha de S. Paulo denunciando os estudos da FAO e do IBDF que

um senhor humilde que mora nas periferias de Manaus foi procurar Márcio de Souza no dia seguinte para saber se as árvores que cultivava no quintal, árvores frutíferas, iam entrar na transação. O impacto não ocorreu apenas em Manaus mas em todo o Amazonas.

É como vender um pedaço da bandeira nacional, garante o teatrólogo. O projeto é uma espécie de fim de linha de um país, os estereótipos de uma nação. Principalmente para o Brasil, que começou sua história vendendo madeira e acabando com as florestas de pau-brasil. Vamos terminar como começamos.

Márcio de Souza confessa que ainda não tem informações precisas sobre os contratos de risco — que, de riscos, não terão nada. Mas considera a proposta tão estapafúrdia e fora de propósito como a do lago imaginado pelo Instituto Hudson dos Estados Unidos. Ele afirma que mesmo se considerado sob a ótica burguesa e capitalista, o projeto é um absurdo. Ou melhor, vários absurdos.

Primeiro, pelo desperdício de madeiras de lei ainda não conhecidas que seriam devastadas sem

projetos agropecuários. Neste sentido, o primeiro fato a ser ressaltado é o de que a Amazônia já está entregue às multinacionais desde o Governo do General Castello Branco e sua «Operação Amazônia».

Data deste período os primeiros projetos multinacionais que hoje ocupam imensas extensões de terra de forma predatória e inconstitucional. São os projetos Jari (do bilionário americano Ludwig), o da Liguizag (que exporta diariamente de avião para a Europa toneladas e toneladas de carne abatidas em suas fazendas do Mato Grosso), o da Bordon (americano), da Brascan (canadense, ex-proprietária da Light, em Rondônia), da Volkswagen, da Sherpenberg (grupo americano) e tantos outros.

Em 1966, quando o velho Ludwig começou a investir na região com grandes incentivos governamentais, o então Ministro do Planejamento Roberto Campos afirmou, cinicamente: «Só um louco como Mr. Ludwig investiria na Amazônia». Pois esta loucura já lhe rendeu bilhões e bilhões de dólares. Assim como, por exemplo, à Swift Armour que, com a a Deltec Panamerican Ltda e a King Ranch of Texas (que possuem 176 mil ha de fazendas em Mato Grosso), começou a investir em gado em 1969 e hoje já controla 30 por cento de nossa exportação de carne.

Estas empresas precisam, hoje, ampliar com urgência suas áreas de criação. Várias delas estão tendo ou já tiveram problemas de multas por desmatamento ilegal, como a Volkswagen. Os contratos de risco seriam, portanto, inicialmente, uma forma de legalizar estes desmatamentos.

Por outro lado, interessaria também aos grandes grupos madeireiros, com capitais do centro-sul e internacionais, que precisavam de uma maior área de mobilização para seus projetos. Alguns destes grupos (que são principalmente do Paraná e de São Paulo) são donos de grandes extensões de floresta, como o grupo Moss, do Paraná, proprietário hoje de praticamente todo o município de Airão, no Amazonas, onde substituiu a floresta natural por floresta artificial de pinheiros.

O projeto de contratos de risco para a exploração da madeira da Amazônia oficializa, portanto, o desmatamento da região com a desculpa de que beneficiará o próprio país. E o IBDF — órgão responsável por nossa política florestal — lava as mãos, se orgulha de que em 1975 foram desmatados 11 milhões e meio de hectares da Amazônia (o equivalente a quatro projetos Jari ou a quatro Béglicas) e lava as mãos em nome da «felicidade geral da nação». O pagamento da dívida externa é apenas um apelo ideológico.

O anúncio dos contratos de risco para a exploração da madeira da Amazônia neste momento é, na opinião de Márcio de Souza, uma espécie de balão de ensaio do Governo para sentir a reação da população. Para isso, ele aproveitou um momento de desmobilização: os estudantes estão de férias, o Congresso está em recesso, a população estava mais preocupada com as festas de fim de ano e os jornais em adivinhar o ministério Figueiredo.

— Mas as coisas não vão ficar assim, garante Márcio de Souza. Não vai ser fácil a ditadura levar adiante este projeto. As coisas já começaram a feder. Não sei como está no resto do país, mas em Manaus já começamos a responder.

E a primeira resposta na capital do maior Estado da região ocorreu uma semana depois, em fins de dezembro. Como sempre, foi reprimida pela polícia, que proibiu uma passeata de protesto organizada por diversas entidades de preservação da natureza, grupos culturais, centros acadêmicos, o setor jovem e autêntico do MDB e a própria Igreja, através do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Mesmo assim estas entidades fizeram uma manifestação nas escadarias da Igreja da Matriz e tiveram de enfrentar uma Polícia Militar armada com metralhadoras, rifles que lançam bombas de gás lacrimogêneo, bombas de efeito moral, escudos de acrílico e pistolas 45 — um aparato semelhante ao das outras polícias de Estados mais desenvolvidos e com recente tradição de mobilização de massa, como São Paulo e Rio. Seis pessoas foram presas.

Esta foi a primeira manifestação de rua em Manaus desde 1968 contra a ditadura. Pela violência da repressão, a população, indignada, começou a discutir ainda mais seriamente o projeto do Governo, agora partindo do raciocínio de que realmente algo de muito grave deveria haver por trás de tanto furor.

Novos atos públicos estão marcados na cidade, assim como a formação de centros de estudos e a organização de ciclos de debates sobre os problemas da Amazônia. Hoje, a cidade inteira está mobilizada. A defesa da floresta assume a perspectiva de luta de massa. Depois da passeata e da repressão, os ânimos da população se acirraram e as discussões que se restringiam ao circuito universitário virou papo de botiquim.

— Repito, as coisas não vão ficar assim. Isso ainda vai feder muito.



propõem a exploração do imenso potencial madeireiro da Amazônia na forma de contratos de risco provocou verdadeira comoção, segundo Márcio de Souza, principalmente entre os trabalhadores e as famílias pobres.

— O que resta para o povo de lá são as árvores — afirmou. Do ponto de vista psicológico, a floresta é vital para o amazense, que considera a floresta sua propriedade, embora ela não o seja mais há algum tempo.

O anúncio, confirmado no dia seguinte por técnicos que participavam de um Congresso sobre reflorestamento, pegou o povo desprevenido. Embora a discussão a respeito da internacionalização da região e de sua entrega às multinacionais e da forma predatória como vem sendo ocupada e explorada seja cada vez mais ampla e rotineira, a denúncia como que materializou todas as suspeitas e as transformou em projeto concreto e imediato.

Como tudo que diz respeito às explorações de nossas riquezas e aos projetos de saques e banditismos do Governo, a exploração da Amazônia e os projetos mais recentes estão envolvidos num véu de mistério e são acobertados por mentiras e falsos argumentos.

— O que existe de mais concreto, explica Márcio de Souza, é a denúncia da Folha, depois corrigida, e os estudos da FAO, organismo internacional da ONU, e do IBDF. Imagine o impacto na cidade: «vão vender a floresta amazônica para pagar a dívida externa».

qualquer aproveitamento pelo mercado internacional. Este mercado classifica hoje 30 espécies de madeira de lei encontráveis na Amazônia. Márcio afirma que naturalistas e botânicos acreditam que existam pelo menos 150 novas espécies que teriam bom preço no mercado mundial e que ainda não são conhecidas. Um levantamento completo destas espécies levaria pelo menos 20 anos.

— Devastar estas espécies seria irracional, inclusive sob o ponto de vista da «racionalidade» burguesa — afirma.

Além disso, mesmo que resolvesse explorar a floresta passando por cima deste argumento, os exploradores levariam dezenas de anos para levantar uma quantia que realmente pagasse a dívida externa, hoje no valor de bilhões de dólares. Isso, mesmo com a tecnologia mais avançada. Porque se fosse fazer o abate das árvores usando a tecnologia de hoje teriam de provocar a migração de cerca de 20 mil nordestinos que levariam pelos menos 50 anos para devastar a região.

São números absurdos para um raciocínio absurdo em cima de um projeto absurdo.

Na verdade, afirma Márcio de Souza, o interesse maior das multinacionais, no momento, não é exatamente a exploração desta madeira mas a oficialização, via contratos de risco, dos desmatamentos que elas já vêm fazendo na Amazônia e que são imprescindíveis para a expansão de seu:

O manifesto de conclusão

Ao povo brasileiro

A luta do povo brasileiro contra a carestia conseguiu mais uma grande vitória: nos dias 27 e 28 de janeiro de 1979, em SP, realizou-se o primeiro encontro nacional do povo contra a carestia com a participação de representantes de: Belém, Fortaleza, Maceio, Feira de Santana, Rui Barbosa e Salvador (Bahia), Belo Horizonte, Cuiabá, Londrina e Cambé (Paraná), Mauá, Suzano, Santo André, Osasco, Guarulhos, São Miguel Arcanjo, Sorocaba, S. José do Rio Preto, Ribeirão Preto, Fernadópolis, Sertãozinho, Jaboticabal, Campinas e Valinhos (São Paulo), entidades estudantis, sindicais e outras associações. A meta comum foi de ampliar, unificar, tornar cada vez mais forte esta luta que é de todos os brasileiros. A luta contra a carestia no Brasil voltou a crescer nos últimos anos, com os pequenos clubes de mães na periferia de São Paulo. De casa em casa, de rua em rua, em mutirões, assembleias e abaixo-assinados, multiplicou-se pelos diversos bairros, famílias, fazendas e sítios, cidades e regiões do País, transformando-se numa luta nacional. Estão bem vivas na cabeça do povo as grandes conquistas que o movimento contra a carestia já obteve até hoje, como o abaixo-assinado com mais de um milhão e trezentas mil assinaturas, a assembleia popular de agosto de 1978 com mais de 20 mil pessoas e a ida a Brasília de uma comissão de representantes. Os participantes reunidos neste encontro sentiram, porém, a necessidade de tornar o movimento cada vez mais amplo, criando novas organizações contra a carestia, fortalecendo as que existem e ampliando para todas as

entidades, sindicatos, associações e bairros, igrejas, clubes, parlamentares e outros.

Isto é possível porque as reivindicações levantadas pelo movimento contra a carestia são justas e atendem aos interesses de milhões de brasileiros, que vivem nas piores condições de vida e trabalho: sem terra para trabalhar, baixos salários, desemprego, falta de estabilidade, sem escolas, péssima assistência médica, habitação precária, sem água, luz e esgotos nos bairros. Esta realidade, existe porque os direitos do povo vêm sendo desrespeitados dia a dia, com a falta de liberdade de organização, de liberdade de expressão, de liberdade de escolha dos governantes, e de leis que atendam aos anseios populares.

Para o governo, porém, a luta do povo brasileiro contra a carestia é considerada falsa e demagógica. Ele não recebe o povo e usa medidas repressivas como aquelas que ocorreram na Praça da Sé em São Paulo. Reconhecem que as panelas estão vazias, mas manda apertar os cintos. Assim, ao invés de tomar medidas concretas de combate a carestia faz tudo para esvaziar o movimento. Mas, a luta contra a carestia não vai parar, pelo contrário, ela continua, e os representantes desse primeiro encontro nacional contra a carestia, tendo em vista maior ampliação e fortalecimento do movimento aprovam:

• O abaixo assinado continuará sendo levado com as reivindicações iniciais, ou seja: congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, abono salarial imediato a todas as categorias de trabalhadores, aumento de salário acima do aumento do custo de vida, acrescido de: terra para quem trabalha

e deseja trabalhar nela e condições técnicas para tanto.

• Será acrescentado um adendo ao abaixo-assinado, especificando seis gêneros mais usados pela população. Para São Paulo serão: arroz, feijão, leite, carne, café; as outras regiões poderão escolher os produtos conforme suas realidades, além de problemas específicos seus. A quantidade de assinaturas recolhidas até 27 de agosto será entregue em Brasília por uma comissão de representantes de todos os Estados participantes nessa data, sem que no entanto se encerre o recolhimento de assinaturas.

• No mesmo dia de entrega das assinaturas, será comemorada a data nacional contra a carestia, com o boicote a um determinado produto, escolhido à critério de cada região.

• Agosto ficou definido como data de uma etapa de arrecadação de assinaturas, sendo que a quantidade de assinaturas será definida pelas regiões, à medida em que caminhe o trabalho.

• O movimento contra a carestia reforçará as lutas do primeiro de maio junto aos sindicatos, igrejas, entidades por um salário mínimo nacional e pelo congelamento dos preços.

• Será formada uma comissão provisória com duas pessoas de cada Estado, com o objetivo de ampliar, divulgar, trocar experiências.

• O movimento contra a carestia assume a luta pelo salário mínimo nacional: que os salários regionais sejam abolidos e que o índice tomado para o aumento atenda às necessidades do trabalhador.

São Paulo, 28/jan/79
1º Encontro Nacional Contra a Carestia



Carestia vai ao campo

Representantes de oito Estados da Federação e 15 municípios do Estado de São Paulo realizaram, na semana passada, o 1º Encontro Nacional dos representantes do povo contra a carestia.

A luta pela resolução dos problemas da terra, incorporada pela primeira vez ao programa do movimento que começou em São Paulo e hoje se estende pelo País, pode ser considerada como o ponto mais importante aprovado nessa reunião, ao levantar uma bandeira capaz de unificar as reivindicações dos trabalhadores da cidade e do campo.

O Movimento do Custo de Vida decidiu acrescentar uma quarta reivindicação ao trio de exigências que vinha fazendo através de um abaixo dirigido ao governo federal: «terra para quem trabalha e deseja trabalhar nela e condições técnicas para tanto» é a nova palavra de ordem que passa a figurar ao lado de congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, abono salarial imediato a todas as categorias de trabalhadores e aumento de salário acima do aumento do custo de vida.

A decisão é uma das mais importantes do 1º Encontro Nacional de Representantes do Povo Contra a Carestia, realizado no último fim-de-semana em São Paulo, e permitirá uma ligação do tema do custo de vida com a questão agrária no país, facilitando a incorporação de setores rurais ao movimento reivindicatório, como ficou evidenciado em alguns depoimentos de participantes, prestados no início.

Um deles, por exemplo, é o dos representantes da cidade de Rui Barbosa, no interior da Bahia, que desde o começo de dezembro estão circulando um abaixo assinado, já com duas mil adesões. Diz o texto:

«Nós, abaixo-assinados, trabalhadores do município de Rui Barbosa Estado da Bahia, passando grandes dificuldades porque não temos onde trabalhar, e quando achamos emprego a diária é de Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros), enquanto o quilo de carne é de Cr\$ 70,00 (setenta cruzeiros), muitas vezes temos que trabalhar em outros lugares bem distantes de nossa moradia, falta terra para os lavradores, e aqueles que tem um pedacinho de terra, quando

tem o produto não tem a garantia do preço, o salário dos empregados da cidade é muito baixo e não dá para sustentar uma família. Por isso, apoiamos o Movimento do Custo de Vida que nasceu em São Paulo e nos juntamos a ele para reivindicar das autoridades competentes o seguinte:

- 1 — Abono salarial imediato sem desconto para todas as categorias de trabalhadores;
- 2 — O aumento de salários acima do aumento do custo de vida;
- 3 — O congelamento dos gêneros de primeira necessidade;
- 4 — Terra para quem nela trabalha ou deseja trabalhar;
- 5 — Garantia de preço para os produtos da lavoura através de preços mínimos mais compensadores eliminando os intermediários.

Os representantes de Sertãozinho, interior de São Paulo, expuseram uma perspectiva semelhante:

«Nossa região é a do gado, mas não dá para passar perto do açogue. Estamos debaixo das tetas das vacas, mas nem podemos olhar o leite. Quem manda é a Nestlé, firma multinacional. Nossa realidade da periferia é a seguinte, uma mistura de assalariados já radicados na cidade e uma grande maioria vinda dos sítios e fazendas, expulsos pelo sistema. O pior ainda é que os que vieram da roça com o título de pequenos arrendatários voltam para lá com o nome de birole ou bóia-fria. Estamos com vontade de iniciar uma ligação com as comunidades da roça. Estamos com dificuldade de como começar. A gente gostaria de encontrar uma motivação que venha deles».

São atos de um mesmo drama, um vivido nos confins do sertão baiano, a 300 quilômetros de Salvador, os outros dois, no interior paulista. Mas expressam a mesma realidade, relatada nua e crua aos mais de 200 participantes do 1º Encontro. É a realidade do homem do campo brasileiro, comum ao trabalhador rural e ao pequeno produtor não só daqueles dois lugares, como aos de Mato Grosso, Goiás, Alagoas, Ceará, Pará, Rio Grande do Sul e Paraná, também presentes à reunião. É a realidade de homem que deseja e precisa de terra para produzir e para sobreviver.

Dia Nacional contra a Carestia

Luta por um salário mínimo nacional, aumentos salariais acima dos índices do custo de vida, congelamento de produtos básicos de acordo com as especificidades de cada região do país e a realização, nos lugares onde for possível, de atos unitários com os sindicatos e demais entidades dos trabalhadores no próximo 1º de maio, são outras importantes decisões assumidas pelos participantes do encontro.

Ao mesmo tempo, pretendem transformar o dia 27 de agosto no dia Nacional de Luta Contra a Carestia, promovendo concentrações em todo o país, inclusive em Brasília. No Distrito Federal, no mesmo dia, os representantes dos diversos núcleos do MCV espalhados pelo país pretendem entregar ao general Figueiredo, o novo abaixo assinado, (veja o manifesto) com as antigas e as novas reivindicações do movimento.

Assim, como a definem os versos da canção de Chico Buarque, a História da Sociedade Brasileira é apresentada no livro dos professores Francisco Alencar, Lucia Carpi e Marcus Venício Ribeiro. Constatando o desinteresse dos jovens pela matéria, habitualmente tratada nos livros didáticos como «uma carroça abandonada» onde predomina uma visão factual ou puramente retórica, adjetiva e conservadora, os autores elaboraram um trabalho vivo, em texto fluente, no qual a verdade histórica está relacionada com o cotidiano do aluno. Para isto utilizaram recursos mais adaptáveis à cuca do adolescente, como reportagens de jornal, letras de música, fotos e até algum humor. Assim, o capítulo referente à crise colonial do final do século XVIII, por exemplo, é aberto com um texto de Samora Machel sobre a independência de Moçambique, publicado no Jornal do Brasil, condenando 500 anos de bestialidade que o português deixou. Já a sociedade indígena é mostrada em relatos dos sertanistas Orlando Villas Boas e Chico Meirelles. E enquanto os livros tradicionais têm como ilustrações caras de heróis, sua única foto em close é de João Cândido, o líder da Revolta da Chibata que tem por monumento as pedras pisadas do cais.

«Todo e qualquer livro está baseado numa concepção da História, é claro» — diz o guia do professor que acompanha o livro. «No nosso caso, procuramos trabalhar informados pela compreensão da matéria como uma Ciência Social, que permite uma análise das diferentes sociedades através dos tempos. O conceito básico teórico que dá o instrumental para o estudo das formações sociais concretas é o de modo de produção».

Dentro desta orientação, o livro mostra a História como ela é feita através do processo de conflitos de classe. Não do ponto de vista do dominador, seja ele colonizador, oligarca, Igreja, burguês industrial, Estado populista ou regime militar, mas pelo enfoque da maioria do povo.

— Porque a Revolução de 30 é um marco, e não os movimentos operários de 22? — questiona Lúcia, que esclarece que não fizeram nova periodização, mas valorizaram aspectos até então encobertos.

— Nossa colocação não se restringe à atuação da classe dominante — diz Venício — mas também mostramos a atuação das classes dominadas que são agentes vivos da História. Em vários momentos, formaram suas próprias asso-

As classes dominadas são agentes vivos da história

«A História é um carro alegre cheio de um povo contente que atropela indiferente todo aquele que a negue»

HISTÓRIA DA SOCIEDADE DE BRASILEIRA
FRANCISCO ALENCAR
LUCIA CARPI
MARCUS VENÍCIO RIBEIRO



ciações, lutando por seus interesses, desde os quilombos escravos, passando pelas revoltas do segundo reinado, pelos movimentos de oposição na primeira república fundamentalmente anarquistas, até se colocar a questão hoje, após 14 anos de autoritarismo, com a revitalização dos sindicatos e movimentos pela anistia e contra o custo de vida.

Este é um avanço do livro, que analisa em seu último capítulo a realidade brasileira de 64 até os dias de hoje, enquanto mesmo em livros considerados bons a partir de 1930 a análise é extremamente superficial, restringindo-se a nomes de presidentes e realizações oficiais. Em termos culturais, destacam nesta fase a atuação da imprensa independente como expressão da pluralidade de tendências que estão surgindo na sociedade brasileira.

Conscientes de que a crise do ensino da História no Brasil é uma questão que tem raízes políticas, culturais e ideológicas, os autores apontam também causas mais particulares no âmbito restrito da política educacional, das instituições de ensino, das relações professor-aluno e, mais particularmente, das relações professor-livro-didático-aluno.

— Os professores estão sem saída com relação ao livro-texto — diz Chico Alencar — pois o que existe são clássicos, como Rocha Pombo e Hélio Viana, que mostram uma História de heróis, datas e fatos, sem uma análise da estrutura da sociedade do ponto de vista do dominado, ou livros de maior fôlego, como «Um Brasil em perspectiva», de C.G. Motta, de circuito acadêmico e que não apresenta condições de ser usado no ensino médio.

Assim, um professor de visão mais aberta usa textos extraídos de ensaios e livros acadêmicos ou apostilas, de conteúdo bom, mas em linguagem muito didática e chata para a garotada.

Chico, Lúcia e Marcus Venício têm menos de 30 anos e se formaram depois de 1970, na Universidade Federal Fluminense, «a que menos sofreu a repressão» e onde tiveram professores que se destacaram por estar dentro do processo de renovação das Ciências Sociais no Brasil.

— Apesar da época difícil que viveu a Universidade no Brasil — lembra Venício — ela nunca deixou de ser um bolsão de resistência, não só do movimento estudantil como do intelectual, política e intelectualmente atuante. Não devemos esquecer que, apesar do autoritarismo dos últimos dez anos, o ensino, a pesquisa e o estudo das Ciências Sociais se manteve ativo, especialmente na USP, na Unicamp e no CEBRAP. Surgiram muitos títulos novos, o que influenciou o estudo da História nos grandes centros. Uma questão que se coloca hoje é a transferência deste tipo de visão para o ensino médio, dentro de uma forma adequada.

Foi a partir de seu trabalho nas escolas que a idéia do livro veio amadurecendo, como contribuição à quebra do tradicionalismo e didatismo que persiste no ensino da História. Eles observam que, se de 72 para cá a cada ano o interesse dos alunos pela questão política e pela realidade do País diminuía progressivamente, em 78 houve uma retomada. Os jovens já falavam em anistia, Constituinte, reformas, distensão, ao ponto de fazer críticas ao curso e propor um grupo paralelo para estudar a República.

— Isto é uma coisa rara, que estimula bastante — diz Chico —, porque infelizmente o predomínio ainda é a discoteca, o interesse mais imediato. Daí o nosso esforço, mais um dentre poucos, mas que mostra que já existe gente preocupada em renovar o ensino médio, com erros e acertos, esperando críticas.

«História da Sociedade Brasileira», editado por Ao Livro Técnico, é o segundo volume de uma coleção (o primeiro é «História das Sociedades: das Sociedades Modernas às Sociedades Atuais», de Rubim Aquino e outros) e se destina não só ao ensino médio e cursinhos pré-vestibulares, como ao ciclo básico das faculdades e ao leitor comum que pretenda abrir uma visão sobre o assunto, que trata do passado e do presente e abre perspectivas para a marcha do futuro. Pois como bem define Eduardo Galeano em «Veias abertas da América Latina», «A História é um profeta com o olhar voltado para trás: pelo que foi e contra o que foi, anuncia o que será».

Margarida Autran

Advogados alertam para a fraude dos montepios

Um dos maiores contos do vigário da década

Os montepios são uns 800 em todo o país. Mais de 20 milhões de brasileiros estão hoje ligados direta ou indiretamente a eles. As irregularidades neste tipo de empresa, prejudicando a população, começam a aparecer crescentemente. Estima-se em mais de oito mil o número de ações na justiça. E toda a trama vai virar livro brevemente. Dois advogados gaúchos pretendem contar o nascimento e o crescimento dos montepios, para comprovar os prejuízos que trouxeram à economia popular.

Montepio: Instituição em que, mediante uma cota, e satisfeitas outras condições, cada membro adquire o direito de, por morte, deixar pensão pagável a alguém de sua escolha.

Esta definição do Dicionário Aurélio não revela os lances de um dos maiores contos do vigário da década, frutificado nos anos de «milagre brasileiro». Também, pudera...

Omar Bacha e Danúbio Braga são dois advogados gaúchos que estão preparando uma petição solicitando a intervenção do governo federal nos Montepios Nacionais dos Bancários, com sede em Porto Alegre.

Os dois movem algumas das 76 ações ajuizadas contra este montepio e Braga conta a EM TEMPO algumas das fraudes mais comuns contra os beneficiários.

Além de pagamentos indevidos, obteve há pouco tempo provas de que o Montepio dos Bancários está coagindo seus clientes a fazer novação no contrato isto é, mudanças estatutárias com objetivo de coagir vindo sempre em prejuízo do mutuário: «No caso dos Bancários, a novação vem sendo feita no sentido de reparar a dívida, pois a entidade alega não ter condições de manter o plano, calculado indevidamente. É o mesmo que uma pessoa terminar de pagar uma casa e seu dono chegar, na hora da escritura, e dizer que agora vale o dobro».

Os dois advogados, que estão preparando um livro que vai contar o nascimento e crescimento dos montepios e os prejuízos que este tipo de entidade trouxe à sociedade brasileira, a ser publicado até junho próximo, observam que a falta de fiscalização na previdência privada desprezita o Código Civil Brasileiro de 1916, entre outras coisas. «O artigo 20 assinala que toda e qualquer entidade do gênero que se instalasse no Brasil teria que pedir licença ao governo. O que vemos então é uma aberração». Estima também Danúbio Braga que cerca de 95 por cento dos montepios, que lançaram milhões de carnês e ficaram recebendo por 10 anos, não tem como pagar a seus associados.

O advogado divide o problema dos montepios hoje em duas partes: aqueles que não pagam seus beneficiários pura e simplesmente, «matando no cansaço com desculpas como vamos estudar o caso, ou volte a semana que vem e os que pagam um valor muito inferior ao que o plano estabelecia. Ai entram as mutações do contrato a revelia do beneficiário».

Outro expediente muito comum usado é «deixar de cobrar» por três meses o pagamento do sócio e depois enviar uma correspondência anunciando a este que ele está desligado automaticamente do plano feito e, geralmente, já pago em quase sua totalidade. O presidente da Associação de Proteção ao Consumidor (APC), Renato Motolla, recebeu uma grave reclamação de um associado de um destes montepios, que na hora de receber seu benefício, soube que estava excluído do plano «por quebra de contrato». O reclamante deixou de receber dois meses o carnê e depois continuou recebendo normalmente. «Ou seja, capitalizaram o dinheiro do cotado e no máximo, devolvem sem juros ou correção monetária. Isso é crime contra a economia popular», afirma.

O recordista

De 32 montepios encontrados nos arquivos do 1º Distribuidor do Fórum de Porto Alegre, 11 tem contra si 142 ações ajuizadas. O dos Bancários é o recordista, com 76, todos por não cumprimento do contrato firmado. Segue o Montepio da Família Militar com 29 ações, o GBOEX (Grêmio Beneficente dos Oficiais do Exército), com 12 e o Montepio dos Funcionários Municipais de Porto Alegre, com sete.

Danúbio Braga, entretanto, acredita que as ações hoje em juízo cheguem a 400, o que é muito provável, pois a estimativa mais aproximada é de que o Rio Grande do Sul tenha cerca de 70 montepios. «E se computarmos a dificuldade de identificar alguns montepios fechados, com nomes de associações, 70 é um número pequeno. Portanto o número de ações pode dobrar facilmente». Para ilustrar o tipo de ação em que e estão trabalhando contra o Montepio dos Bancários, Braga conta o caso de um cliente que durante 10 anos pagou sobre 80 por cento do salário mínimo com a promessa de receber 10 salários mínimos por 20 anos.

Resultado: agora não está recebendo nada, mas começará a receber em breve apenas Cr\$ 200,00. Com mais sete clientes contra o MNB, os advogados qualificam de pré-insolvência a situação do M.N.B. «E como nos montepios não podem falir, a decisão será extra-judicial».

Todas as saídas, no entanto, estão no terreno das hipóteses. Cautelosos, os advogados preferem esperar para ver como se comportará a situação com a entrada em vigor da nova legislação. Alcides Pedro Sabbi entretanto, acredita muito «numa briga de bastidores entre montepios versus seguradora, onde quem sempre perde é o beneficiário». Mesmo assim, ele arrisca uma sugestão: «A única medida prática é que os montepios que não conseguirem se enquadrar nas novas normas se colizem e criem um consórcio que assumam todas as responsabilidades do setor, assim como procedeu o mercado segurador».

À sombra do manto militar

Por Tom Duarte

Lá pelos anos 60, Peter Keleman, um polnês imigrante, escreveu um livro de muito sucesso na época: «Brasil para principiantes». Num estilo agradável e de fácil leitura, contava como funcionava o famoso «jeitinho» brasileiro, os mil e um truques que a inventividade e a imaginação criadora do brasileiro ia aplicando pela vida.

E o entusiasmo de Keleman não ficou apenas no registro literário. Seu nome, anos depois voltou ao noticiário, ao estourar o escândalo dos «Carnet Partura», precursor dos «Bau da Felicidade» de hoje em dia, que lesou milhares de incautos compradores. Não se pode negar, o homem fez escola. Em cada época, verdadeiras «correntes da felicidade» foram se formando, seja os consórcios fraudulentos de automóveis, os carnês, a bolsas de valores, etc. Mais recentemente, uma nova modalidade de arapuca armada contra a economia popular teve um desenvolvimento extraordinário. Exatamente, estamos falando dos montepios, com seus mirabolantes planos de pensão e aposentadoria.

Sob as benções da «redentora»

O que? como? onde? Por que? são algumas das perguntas a serem respondidas por qualquer principiante em jornalismo. No caso dos montepios (vulgo caixas de pecúlio, associação dos profissionais, grêmios beneficentes dos oficiais de tal ou qual das Forças Armadas — tantos são as denominações para o mesmo negócio) ao serem respondidas exaustivamente, na certa dariam um livro bem mais volumoso que o citado «best

«No caso do beneficiário mover ação contra o MFM, suspender-se-á o pagamento do benefício, passando a depositá-lo em juízo, até a decisão final». Este é o parágrafo único do artigo 69 do estatuto do Montepio da Família Militar, considerado pelo advogado Ernesto Cros Valdez, que move ações de viúvas contra este montepio, como «uma verdadeira heresia jurídica, atentatória inclusive a ordem pública, pois através do parágrafo único verdadeiramente intimida os beneficiários com esta ilegalidade».

Pois com base neste argumento, Valdez conseguiu que o juiz da 14ª Vara Civil de Porto Alegre, Cacílio Andrade Xavier, concedesse liminar ao processo que sete viúvas movem contra o MFM, protestando pelo não pagamento da pensão equivalente ao soldo de coronel (Cr\$ 14.055,00) e pedindo a alteração do estatuto, especificamente no artigo 69.

Isso aconteceu no dia 20 de dezembro e dali em diante Valdez vem preparando a ação principal contra o MFM para conseguir «estabelecer os direitos das beneficiárias de receberem suas pensões corretamente». O advogado afirmou também que, «contrariamente à nova lei de previdência, o MFM inseriu nesse seu estatuto outro dispositivo curioso, no seu artigo 85, assim

redigido: O MFM adota o princípio da alterabilidade de seu estatuto. Isso quer dizer que reina neste montepio uma total insegurança relativa a seus associados», completa Valdez.

O Montepio da Família Militar conseguiu, com seus planos, sensibilizar uma boa parcela da população brasileira, chegando a ter hoje mais de 120 mil sócios, especialmente no Rio Grande do Sul, onde é sediado. Com o ganho obtido em cima da economia popular, fez grandes investimentos e hoje é um grupo empresarial com mais de 50 empresas, entre as quais a Manjate Riocelli, ex-Borregaard, que muita dor de cabeça já deu a muita gente. Apesar disso, não vem pagando às dependentes de seus associados, na sua grande maioria militares, as pensões anunciadas e com as quais se comprometeu publicamente.

Como praticamente em todos os outros montepios, a diretoria do MFM é eleita por ela mesma. O esquema funciona assim: No momento em que a pessoa assina um plano, automaticamente ela está passando uma procuração em branco para eleição da diretoria. E como estas assembleias são convocadas em edital de jornal (e é uma parcela pequena da população que lê

jornal), quem elege a diretoria é a própria diretoria mesmo. E aí se explica a perpetuação do poder. Mesmo assim, surgiu no MFM uma chapa de oposição, nas últimas eleições, que acabou sendo desmantelada pelo serviço secreto do Exército.

«Esses montepios se constituem numa verdadeira fraude social, um esbulho a boa fé», comentou a EM TEMPO o advogado Alcides Pedro Sabbi, presidente do Instituto de Estudos de Seguros. Autor dos livros «Insolvência do Seguro» e «As Vítimas do Seguro Obrigatório», este juntamente com o deputado federal Alceu Collares (MDB-RS), Sabbi justifica sua afirmativa de que «o seguro no Brasil é uma pessoa desamparada».

A alteração nos estatutos, uma das fraudes mais comuns dentro da previdência privada, «é resultado de uma má fé que beneficia sempre aquele grupo que se reuniu para ganhar dinheiro em cima da ilusão do mutuário». Sabbi recorre ao espírito da Justiça do Trabalho, que preferencialmente dá ganho de causa ao trabalhador, para perguntar: «Por que isso não se aplica aos montepios? Se a lei é letra e espírito a correta interpretação da lei é preservar o espírito e não a letra que é morta. Devemos partir para a

reformulação do conceito de seguro, no sentido de verificar se essas alterações vieram em prejuízos dos segurados: os associados são sempre em número maior do que o pequeno grupo que faz as alterações em seu benefício, com fortes indícios de fraude e com a clara intenção de prejudicar».

Afirmando que os montepios são «as verdadeiras galinhas dos ovos de ouro», o advogado coloca o que considera o início das distorções. «O beneficiário não tem representantes. A lei é promovida pelo setor empresarial, é regulamentada por este setor empresarial, o qual nunca escuta o outro lado, o interesse dos associados. Ai começa todo o processo». «O espírito do montepio é mutualismo, explica, mas no Brasil ele é um negócio, promovido por pessoas que fazem este negócio para ganhar dinheiro. E, realmente, para o administrador, dá muito dinheiro».

E dá um exemplo claro deste tipo de distorção: «O CNSP mantém vários dispositivos estabelecidos em causa própria em auto-defesa contra o segurador. Um deles: O IRB (Instituto de Resseguros do Brasil) não se deixa citar no Rio de Janeiro, e apesar de ter sucursais em todas as capitais do país, os segurados têm muitas dificuldades de mover ação contra eles».



Uma salinha alugada, e os camês. Está montada a arapuca.

São mais de 20 milhões de brasileiros que estão ligados direta ou indiretamente a mais de 800 montepios existentes neste país. Os casos antes isolados de não pagamento dos benefícios prometidos na aquisição de determinado plano agora tornam-se coletivos. São verdadeiras fraudes contra a população, na medida em que as irregularidades começam a aparecer na hora do recebimento.

E o sistema de previdência privada nacional em falência. Este sistema teve início em 1832, quando se fundou a sociedade Montepio dos Artífices na Bahia, mas foi de 1964 em diante que realmente começou a proliferar. Em pleno «milagre econômico», estas «empresas» se constituíram livremente pois as facilidades eram totais. Era só um grupo de pessoas se reunir, alugar uma sala que demonstrasse solidez do empreendimento, confeccionar carnês de pensões e aposentadorias e começar a ganhar dinheiro dos incautos, sempre sonhando com um final de vida tranquilo.

E muitos caíram no golpe. Hoje, em todo o país deve haver mais de oito mil ações ajuizadas contra montepios que simplesmente «sumiram do mapa», como contra os «sólidos», que quando pagam, o fazem sempre aquém do plano estabelecido.

Sem nenhuma fiscalização, estes montepios chegam ao seu ponto de saturação. Isso vem preocupando não apenas os beneficiários e sócios, mas também aos administradores das entidades de grande porte, como a Capemi (Caixa de Pecúlio dos Militares Beneficentes), a maior do país, com quase dois milhões de sócios em apenas 18 anos de atividades. Paralelo às denúncias que começam a se intensificar, as 35 entidades que compõem a Associação Brasileira de Previdência Privada (ABPP) prevêm para até a metade do ano uma grande campanha realçando o lado positivo do sistema. Tudo isso para proteger o patrimônio hoje avaliado em Cr\$ 10 bilhões.

O sistema de previdência privada acobertou montepios fraudulentos e fantasmas. Em São Paulo um tal de Montenegro (Montepio

Nacional dos Rodoviários) fez 10 mil carnês, vendeu planos a milhares de assalariados atraídos pela possibilidade de aquisição da casa própria e simplesmente sumiu do mapa. Nenhum beneficiário conseguiu localizar a diretoria, em nenhum dos muitos endereços apresentados. E no Rio de Janeiro, o Monae (Montepio Nacional de Assistência Escolar) enganou seus beneficiários, dando o endereço da rua Alfindega, 342, onde há mais de 20 anos funciona uma loja de brinquedos.

Já existe uma lei, a 6.435, que regulamenta o funcionamento dos montepios no Brasil. Mas apesar de ser datada de 1º de janeiro de 1977 e de ter decreto 81402, de 23 de fevereiro de 1978, assinado com finalidade idêntica, nada foi feito. O espanto cresce mais quando se constata que o próprio Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), composto por sete ministros, ainda nada fez.

E o sistema ainda tem um outro órgão, a Susep (Superintendência dos Seguros Privados) que nem sequer sabe o número exato de montepios em funcionamento, o que dá uma idéia altamente reveladora de sua eficiência. Mas seu superintendente, Alpheu Amaral, criou coragem e já afirmou que seu órgão passará a fiscalizar estas entidades até 15 de março próximo, pois como declarou, «antes desta data o CNSP vai finalmente aprovar as normas que acionarão a lei». Normas gerais para operações com planos de pecúlios e/ou renda, de constituição e contabilização de reservas técnicas, de posse e exercício da administração, da aplicação de penalidades, da fiscalização periódica e outras normas sobre capitais mínimos e valor mínimo de fundo de constituição, trarão grandes consequências para a transformação do quadro que hoje se apresenta, se forem aprovadas. Prevêm como patrimônio mínimo, entre outras coisas, um total de Cr\$ 20 milhões para cada operar com cada grupo de operações (pecúlios e pensões) Como muitas pequenas associações não terão condições de cobrir este capital, se estima que o número de montepios será drasticamente reduzido.

Estouro

Por isso, é mais do que provável que o estouro dos montepios seja de grandes proporções nos próximos tempos. A medida em que forem sendo revelados publicamente a distância entre as promessas (seja dos próprios planos, seja dos vendedores) e a realidade, muito provavelmente florescerá uma verdadeira «corrida» às essas entidades, com a multiplicação dos processos na justiça comum. Além, disso, a simples aplicação da tímida regulamentação proposta pelo governo federal vai obrigar a grande maioria deles a fechar suas portas ou a fundir-se com outros maiores. Mesmo de maior porte, não estão livres de problemas e perigos quanto a sua sobrevivência. Apesar de se seus patrimônios terem crescido aceleradamente, hoje, passados 15 anos do início do «boom» já começam a vencer muitos de seus compromissos contraídos com seus associados. Quantos terão lastro suficiente para aguentar o «repuxo»?

E quem garantirá a devolução do dinheiro aos milhares de brasileiros lesados pelas arapucas? Senhores passageiros, apertem os cintos. Uma nova Bolsa de valores está acontecendo.

sucesso dos montepios pode ser encontrada na associação de muitos deles à instituições militares, chegando mesmo, alguns, a estampar, em seus carnês (caso do Montepio dos Militares do Brasil — Mombrás) escudos e brasões do Exército Nacional. Além do citado Mombrás, outros nomes como Montepio da Família Militar (MFM), Grêmio Beneficente dos Oficiais do Exército (GBOEX), Sociedade de Assistência aos Oficiais do Exército (SAOEX), Caixa de Pecúlio dos Militares (Capemi), Montepio da Família Aeronáutica (MFA), e Grêmio da Brigada Militar são empregados pelas empresas, boa parte delas formadas por grupos dissidentes do GBOEX, e dos precursores.

Como ocorre em outros setores da iniciativa privada, a grande maioria dos Montepios mantém militares da reserva em seus postos de direção. São exemplo disso o Montepio da Família Militar, formado por um grupo de professores do Colégio Militar de Porto Alegre (como os coronéis Daniel Monteiro, Emílio Maurel Muller, Hélio Prates da Silveira — ex-governador do Distrito Federal durante o governo Médici) o citado MOMBRAZ, presidido pelo general Morency do Couto e Silva, irmão do general Golher (Morency, juntamente com outro general diretor do Mombrás, foi reprovado publicamente pelo comando do IIº Exército, por usar indevidamente sua patente militar). Já a Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil (Amaury Soares Silveira, além de ter nomeado para sua diretoria na região norte o general Nogueira Paes, ex-integrante da Casa Militar de governo de Castelo Branco e um dos executores da ação de fechamento do Congresso Nacional, em 1966, comandada pelo então coronel Meira Matos.

Escudo protetor

Mas, sem dúvida, uma forte explicação para o

Mordomias

Definindo-se como entidades sem fins lucrativos,

Assim, criou-se nos montepios uma camada

"Partido dos Trabalhadores" prós e contras

Uma semana depois de aprovada no Congresso dos Metalúrgicos paulistas em Lins, a resolução sobre o Partido dos Trabalhadores não avançou muito.

Uma reunião intersindical realizada em Osasco no último dia 30, e aguardada por muitos como anunciadora da carta de princípios do Partido, não fez outra coisa senão protelar, sob protestos de alguns dirigentes sindicais a discussão do assunto. Mas apesar disto a resolução de Lins continua repercutindo no momento político

Por Flávio Andrade

«Ou São Paulo se decide, ou então Minas vai sair na frente, e São Paulo ficará para trás. Pois lá já temos uma comissão formada por seis sindicatos representando outros 22, encarregada de tratar da questão do Partido dos Trabalhadores». Neste termos, num rompante ao mesmo tempo de entusiasmo e de ameaça, Wagner Benedites, presidente do Sindicato dos Petroleiros de Minas interviu nos últimos momentos da reunião do último dia 30 em Osasco, quando a maioria dos dirigentes sindicais lá presentes se definiu pelo adiamento, sem data, da discussão e definição do tema do partido.

Para ele, como também para Lula e alguns outros presentes, desde semanas atrás numa reunião em Porto Alegre, havia sido acertado que naquela reunião de Osasco seria tirada a carta de princípios do tal partido. Mas a maioria dos dirigentes sindicais que ainda permaneciam na sede do sindicato de Osasco àquela altura da noite achou que o propósito da reunião era tão somente definir os termos da campanha nacional pela garantia do emprego e pela equiparação do salário mínimo. (Ver matéria ao lado). Nesta maioria destacava-se Arnaldo Gonçalves, dos Metalúrgicos de Santos, Hugo Perez, das Indústrias Urbanas de São Paulo, o representante dos médicos de São Paulo dentre outros. E juntamente com estes, também o anfitrião Henos Amorina, se bem que na manhã do mesmo dia ele ainda se mostrava eufórico em cumprir a promessa que fizera uma semana antes, no Congresso de Lins, no sentido de que em 10 dias sairia a carta de princípios do Partido. (Ver EM TEMPO nº 48).

Uma «Aliança» pela protelação

E assim, em meio ao adiantado da hora, muitos cansados da reunião que vinha se estendendo desde o começo da tarde e outros tantos já ausentes do plenário, aprovou-se o cancelamento do tão esperado debate, jogado para data futura indeterminada.

Tão-somente houve uns poucos minutos destinados pela maioria a explicações à imprensa bem como a dirigentes ávidos de notícias, no intuito de se fornecer algumas informações que pudessem corrigir o tom sectário que «a impren-

sa vinha atribuindo à proposta» como afirmou Henos Amorina.

Mas como bem colocou Lula, «o Partido dos Trabalhadores não é coisa assim tão secundária que se explica em alguns minutos; ou se discute a sério a questão ou então não se discute nada.» E de fato, as tentativas no sentido de se desfazer «os equívocos sectários da imprensa» em nada resultaram senão numa maior confusão. Pois ao tentar responder ao «ploneirismo mineiro» do início dos debates o representante dos Metalúrgicos de Campinas, relatando o ocorrido em Lins, começou defendendo o Partido dos Trabalhadores e terminou defendendo o trabalhismo deslizando para o PTB, sob protestos indignados do plenário. E assim, terminou a reunião.

Para alguns que como Arnaldo Gonçalves, insistem na unidade em torno do MDB, uma vitória pois o tema do Partido dos Trabalhadores como vem sendo tratado «é uma ingenuidade». Para outros como Lula, uma derrota, se bem que ele afirma «que não vai se curvar e que continuará a tratar da questão pelos meios que tiver à mão». Para a maioria dos lá presentes, uma decepção, pois bastante desinformados e repletos de dúvidas e ansiedades com esta subita entrada da política em suas entidades sindicais, voltaram para as bases ainda mais perdidos e confusos. Para o pelego Joaquim Andrade, dos Metalúrgicos de São Paulo e presença inesperada na reunião, uma vitória. Pois naquelas 30 entidades ali representadas, se a discussão pegasse ele dificilmente conseguiria impor-se em alguma medida, como lograra fazer no Congresso de Lins. E para a imprensa em geral uma frustração, haja vista a aparatosa presença de câmeras, repórteres etc, todos aguardando a tão anunciada carta de princípios.

Quais partidos e de quais trabalhadores?

Mas mesmo assim, o encontro foi revelador de alguns traços que premiam a discussão do Partido dos Trabalhadores. É óbvio em primeiro lugar que para além do enunciado geral do nome do partido, ao se tentar precisar programa, prazos etc, surgem tres grupos com posições bastante distintas. Os que como Joaquim «Pele-

go» defendem uma social democracia a la brasileira e que juntamente com a Federação dos Metalúrgicos de São Paulo respondem em parte pelo apoio maciço que a tese encontrou em Lins. O projeto deles é para o quanto antes, e contando com ajuda concreta do regime. Por isto deve-se tomá-los como o endereço das recentes declarações do Delegado Regional do Trabalho de São Paulo, ao afirmar que «vê com bons olhos a resolução de Lins» desde que este partido não seja «apenas dos assalariados» e não busque «pessoas que cometeram erros no passado».

O segundo grupo se definiria pela tolerância quanto ao debate do Partido, mas desde que fosse somente um debate, e que não obstaculizasse a unidade em torno do MDB. Ai estariam Arnaldo e agora Hugo Perez também depois que este reviu suas críticas ao MDB feitas semanas atrás juntamente com Lula, quando acusou o partido de sumir com fichas de inscrição.

E o terceiro grupo, representado mais por Lula e Jacó Bittar dos Petroleiros de Campinas, que insiste na crítica ao MDB e no caráter ideológico — socialista — que tal partido deveria assumir.

Mas a grande maioria está de fato fora destas posições, desinformada, confusa, ou mesmo entrando na onda para ver onde vai dar, como é o caso de João Silveira, dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, notável pelego, que agora se diz «inclinado para o socialismo».

O rebuliço no MDB

De outro lado, no plano parlamentar, apesar da vagueza atual da proposta ela continua e provavelmente continuará a causar um certo rebuliço. A maioria emedebista se posicionou claramente contrária à idéia do partido, bem como as críticas ao MDB. Para Tancredo Neves, os dirigentes sindicais «não têm razão... eles desconhecem totalmente o papel que o MDB tem desempenhado em defesa dos trabalhadores. O partido tem estado perfeitamente identificado com os trabalhadores, e sempre lhes deu o mais caloroso apoio». Ou então Brossard, «o MDB como um todo mostrou que é um partido que atende rigorosamente aos interesses dos trabalhadores». Já com a sua prudência particular, Ulisses Guimarães não diz tamanhas bobagens, e



Henos Amorina falando na reunião do P.T.

simplesmente adverte os sindicalistas que «meditem antes de tomar a iniciativa». No campo dos autênticos as opiniões se distribuem entre a aceitação parcial das críticas ao MDB e o apoio aos sindicalistas, esta embora íntimo, como aquele da deputada Rosalice Fernandes do Rio.

Mas apesar desta maior abertura para a posição dos sindicalistas, os autênticos, enredados na luta interna do MDB que vem subindo de temperatura com as investidas de Brizola e o recente episódio da desistência de Jarbas Vasconcellos à Secretaria Geral, lançaram nesta semana uma nota onde genericamente afirmam: «Registra-se um acodamento inexplicável quanto à criação de novos partidos, quando a hora é de oposição somada e não dividida. Qualquer manobra com sentido diversionista é repelida e condenada categoricamente».

Como tratar as contradições no seio do «Popular»

Ora, por mais que a posição de Lula, Jacó etc, contenha uma negação imediata e absoluta

do MDB, de corte corporativista, é negável que a colocação do tema em debate como fizeram, é altamente positiva como sintoma de avanço das posições combativas do sindicalismo. Que a grande imprensa entre no assunto apenas torcendo pelo racha do MDB e colocando a questão em termos dos «bigodes de Lula a careca do Ulisses», ela está fazendo seu papel.

Mas à oposição que se pretende popular cabe por um lado ressaltar e estimular a introdução do caráter classista e socialista no campo popular que estes sindicalistas autênticos vêm realizando de maneira tão concreta. E de outro lado, fraternalmente, desenvolver as várias divergências que existem e muitas outras ainda afloraram — no seio dos trabalhadores, na medida em que se aprofunda a crise do regime militar e de suas bases de apoio.

Pois nunca é demais lembrar que a idéia do Partidos dos Trabalhadores, entre nós particularmente é muito cara e sobretudo difícil, para ser tratada pró ou contra, assim tão de sobeja e de modo conclusivo. Portanto, a uns e outros é hora de lembrar o velho dito: devagar com o andar que o santo é de barro.

Quem é quem na discussão?



Beto, da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo

O partido tem que nascer das discussões nas fábricas

Na opinião de Adalberto, conhecido na Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo como Beto, o Congresso de Lins não foi representativo, principalmente no que se refere à participação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Pois aqui, o «Joaquim, ao invés de convocar uma assembléa da categoria para discussão das teses e retirada dos delegados, optou pelo convite pessoal e, desta forma, dos 20 delegados do Sindicato, somente 2 eram da oposição e um da renovação (chapa 2); a critério deles».

Numa grande categoria como a nossa, prossegue Beto, «a preparação do Congresso deveria terminar com a presença de milhares de operários que desta forma confeririam representatividade às teses e aos delegados». No mais, continua ele, no Congresso falou-se muito em democracia sindical mas a grande maioria dos que lá estavam presentes não havia cumprido nada disto na preparação do encontro. Além do que, resta a pergunta, porque a realização do Congresso em Lins, uma cidade onde os metalúrgicos são apenas 400?

Apesar destas ressalvas, para Beto a questão do Partido dos Trabalhadores «é uma coisa importante, na medida em que denota que os trabalhadores já pensam em obter seu partido, em lutar na política por seus interesses; sabendo que só mesmo desta forma é que se pode pensar em melhores tempos para a classe». Para ele, as declarações de Lula «são sinceras». Mas não se deve esquecer que «hoje ainda tem que se construir uma nova estrutura sindical e portanto destruir a velha, para que se chegue a ter Congressos Metalúrgicos representativos e até um Central Única dos Trabalhadores construída de baixo para cima».

E segundo sua opinião, é claro que «o seu Ari Campista, o seu Argeu e o seu Joaquim juntamente com este pau mandado do Maluú Neto querem um partido que não tem nada a ver com isto, e portanto deles eu fujo...».

Finalmente, acrescenta Beto, para que um partido possa de fato ser útil aos trabalhadores ele tem que «ser discutido nas bases, a partir de uma discussão em cada fábrica e em todo lugar onde os trabalhadores se reúnem livremente. Se tivéssemos um partido com características operárias, e livremente construído, todas aquelas lutas que eu mencionei acima estariam bastante beneficiadas».

Lula, Metalúrgicos de São Bernardo

Para a burguesia, é um atrevimento querermos um partido só nosso

«Para a burguesia é um atrevimento que nós, simples trabalhadores, estejamos declarando que queremos um partido sem eles e distinto dos deles», afirma Lula, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. E é a partir desta colocação que se deve entender a «enxurrada de pichações que veio em cima da resolução de Lins por toda a grande imprensa».

Se de um lado Lula não desenvolve posições agressivas ao MDB como chegou a fazer há poucas semanas, no entanto, ele enfatiza que «para os trabalhadores a política não pode continuar sendo uma questão meramente eleitoral, os dirigentes sindicais a cada eleição se lançando em busca de algum candidato que seja minimamente razoável». Pelo contrário, lembra o que ocorria no pré-64 quando os trabalhadores não dispoem de partido algum que atendesse aos seus interesses «funcionaram como mera massa de manobra dentro do jogo político, principalmente através do PTB».

Para Lula é «claro que temos problemas fundamentais e imediatos a enfrentar como a estrutura sindical, a questão do emprego, e a própria luta por democracia». Mas ele entende que a questão partidária «não pode ser adiada para tratamento futuro, pois quando este futuro chegar, então seremos todos pegos de calças na mão».

Apesar das divergências em torno da questão do partido, Lula enfatiza que é «fundamental que mantenhamos a unidade no plano sindical entre aqueles sindicalistas que ultimamente vêm desenvolvendo um trabalho combativo nas suas categorias. Nada abalará a unidade que já conseguimos e que desenvolveremos». O que, segundo ele no entanto, não impede que no plano político partidário surjam divergências, «pois isto é uma regra elementar de democracia: saber conviver com posições contrárias», conclui.

Em termo, de definições programáticas do Partido dos Trabalhadores, Lula acha que o momento não é para «cada um começar a dizer o que pensa da própria cabeça, semeando confusão por aí». Alegando ser precipitado declarar as definições próprias que já tem, ele aponta para que a discussão deverá se dar e resolver através de um consenso que, materializado numa «carta de princípios» descerá em seguida às bases para discussão e posterior aprovação».

De outro lado, se «o Ari Campista e o Delegado Regional do Trabalho estão aí a elogiar a proposta, pouco me importa; igualmente se a grande imprensa clinicamente compara este partido ao movimento feminista pouco me importa; e a mesma coisa se Bardela e Vilares já não me vêm com os olhos de antes».

Finalmente, se a proposta não encontra adesão de todos os sindicalistas autênticos, assim mesmo Lula afirma que «vai continuar falando sobre o Partido por todo canto, pois está convencido que a política é coisa muito séria para ficar entregue somente ao MDB». E adverte: «o movimento sindical sempre pecou pela obsessão em torno de grandes quantidades de adesões às propostas novas que surgem; e isto tem sido um mal».



Jacó Bittar, Petroleiros de Campinas

O importante é romper com a falsa unidade, eleitoreira, do MDB

«O que caracteriza o Partido dos Trabalhadores que queremos é sua democracia interna ampla e sua orientação por princípios socialistas», afirma Jacó Bittar, presidente do Sindicato dos Petroleiros de Campinas. O importante hoje, com a deflagração deste debate, «é rompermos com a falsa unidade, meramente eleitoreira, do MDB». Pois está claro que «esta federação das oposições não é um instrumento capaz de desgastar o sistema ditatorial que aí está a explorar e oprimir os trabalhadores».

A imprensa, afirma Bittar, especialmente a grande imprensa, tem «explorado maldosamente a resolução do Congresso de Lins, afirmando que queremos um partido só de operários fabris. «Mas segundo ele, isto é pura tergiversação, pois «em momento algum do Congresso saiu alguma posição obreirista. O que queremos é um partido que atenda aos interesses de todos os assalariados, do operário ao profissional liberal, de todos aqueles que participam da produção sem recurso ao capital. Isto é que é o decisivo. E este conjunto é bastante homogêneo nos seus interesses para justificar tal proposta».

O programa do partido ainda está por ser definido, segundo Bittar «Ainda não temos senão idéias imprecisas e individuais, que precisam ser desenvolvidas e aprovadas pelo conjunto dos trabalhadores».

No entanto ele já adianta que o programa deverá contemplar a questão da democracia, das multinacionais, do campo etc. «E também as questões imediatas com as quais nos defrontamos hoje. A questão dos desempregados, por exemplo: caberia a um partido deste tipo colocar o problema de porque não se resolver o desemprego reduzindo a jornada de trabalho dos empregados para 6 horas? Por que a jornada está fixada em 8 horas?»

De qualquer modo para ele o fundamental agora é deflagrar a discussão, «rompendo a barreira do MDB». Todas as demais questões virão pouco a pouco. «Que relação tal proposta tem com o trabalhismo de Brizola, como será o socialismo, postulado além da socialização dos meios de produção etc, todas estas questões ainda estão para serem definidas».

Henos Amorina, Metalúrgicos de Osasco

O partido deve ser uma extensão do sindicato

«Os trabalhadores não querem formar um PTB, mas sim um partido dos trabalhadores. Isso porque o PTB também usava os trabalhadores, era uma espécie de MDB, que pregava a defesa dos trabalhadores, mas não deu a eles liberdade e nem autonomia. E deixou a legislação trabalhista presa até hoje». Essa diferenciação, quem procura fazer é o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, Henos Amorina, ao defender a proposta aprovada pelo Congresso de Lins.

Se o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco consegue explicar até com certa clareza porque hoje não interessa aos trabalhadores um partido nos moldes do antigo PTB, por outro lado ele deixa um campo muito grande para confusões ao definir que o «partido é uma extensão do sindicato». E também não consegue explicar muito bem o que é essa extensão: «o trabalhador precisa participar e confiar no sindicato. O partido deve ser uma extensão do sindicato, enquanto o sindicato não tiver liberdade».

Essa posição leva pelos menos a se questionar dois pontos: de que adianta um partido que esteja atrelado a uma estrutura sindical, com todos os rigores da legislação corporativista, que tanto tem pesado sobre os trabalhadores e que como o próprio Henos Amorina aponta herança do petebismo? Assim, o partido dos trabalhadores terá as mesmas limitações deficiências e o atrelamento dos sindicatos. O segundo ponto que o presidente do Sindicato de Osasco não consegue perceber é que o sindicato é a frente mais elementar de defesa dos interesses dos trabalhadores, independente da posição político-ideológica de cada um, enquanto que o partido significa um grau muito maior de definições, afinidades e posicionamento político.

Mas o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco diz que todos os problemas e indefinições poderão ser superados, desde que não haja sectarismos e que o futuro partido dos trabalhadores pode perfeitamente apresentar características como as do MDB, que possui hoje «todas as tendências ideológicas. Poderão existir divergências internas. O partido terá que ser essencialmente democrático». E prossegue: «não podemos entregar esse partido a políticos que se apresentam como salvadores da Pátria. Não se pode permitir que Ivete Vargas ou Brizola venham a encampar tudo. O anteprojeto será elaborado por uma comissão e discutido pelas bases trabalhadoras».

Para o encaminhamento formal da criação do partido dos trabalhadores, Henos Amorina defende ser mais interessante a coleta de assinaturas em nove Estados, do que a subscrição de 7 senadores e 42 deputados. Isso porque as assinaturas em si já seriam uma propaganda do novo partido e também porque se o processo for através da assinatura de parlamentares, «os políticos vão querer estar na cúpula do partido».

Intersindical pela garantia do emprego

Reunidos no último dia 30 em Osasco, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, 25 dirigentes sindicais paulistas aprovaram uma campanha nacional, de caráter intersindical pela garantia do emprego e pela equiparação do salário mínimo em todo o País. A meta é um 1º de Maio Unificado nacionalmente como um primeiro marco para as mobilizações. Ao mesmo tempo, para levar adiante a luta e articulá-la com outros Estados foram tomadas várias medidas e aprovada uma Comissão Executiva para a campanha.

A ação intersindical começa a se tornar uma realidade concreta. Abrindo a primeira parte da reunião de Osasco, o representante do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Couros de São Paulo lançou a proposta de um 1º de Maio Unificado a nível nacional dentro da campanha pela garantia do emprego e pela equiparação do salário mínimo. E acrescentou: «Vamos comemorar a vitória, caso nossas reivindicações sejam conquistadas, ou protestar em caso contrário, com uma manifestação pública, de caráter nacional, reunindo em vários pontos do País, milhares de trabalhadores. Hoje, quando o sindicalismo combativo começa a dar seus primeiros passos, é importante que nos inspiremos no que foi a experiência do MIAA — Movimento Intersindical Anti-Arrocho, dos anos 67/68.

Em tese, a adesão foi unânime entre as 30 entidades sindicais presentes à reunião, 25 de S.P., três do Rio Grande do Sul e duas de Minas, pelo menos no que toca às linhas gerais da campanha pelas duas bandeiras. E assim, a esta primeira intervenção seguiu-se toda uma série de outras, movidas por igual entusiasmo, sempre no sentido de relembrar a experiência do MIAA, a se ter como referência hoje. De resto, se a ação intersindical daquela época não vingou definitivamente, para os sindicalistas reunidos em Osasco, isto se deveu aos rumos gerais de a conjuntura do País tomou a partir de 1968.

Joaquim «Pelego» também quer entrar

No entanto, quando os passos concretos da campanha passaram a ser examinados na reunião, as dificuldades começaram a aparecer

Joaquim dos Santos Andrade, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de S.P., para muitos uma surpresa sua presença na reunião, começou dizendo que «não devemos nos iludir quanto à luta que temos pela frente e que somente será vitoriosa se de fato conseguirmos lançar as massas nas ruas contra o governo e os patrões». Mas logo em seguida começou a lançar os problemas: o que é a equiparação ao salário mínimo pela qual lutamos; «como fazer para que esta equiparação salarial não se dê por baixo, qual o salário unificado a nível nacional pelo qual lutaremos?» E foi adiante: a questão da garantia do emprego será uma reivindicação que sensibiliza os trabalhadores a nível nacional, ou será algo que diz respeito somente às demissões que estamos sentindo aqui no Sul? «Pois, conclui Joaquim, para nosso espanto, o Ari Campista está fazendo uma grande campanha anti-Sul lá pelo Norte e pelo Nordeste, dizendo que a turma daqui é de privilegiados. Assim se queremos uma campanha nacional, temos que pensar bem quais serão as bandeiras principais».

Trabalhadores Nortistas x sulinos

É verdade que Joaquim tocava, se bem que ao seu modo, em problemas reais, e que a fraca preparação da reunião de fato não havia equacionado. Por exemplo a questão da divisão Norte-Sul preocupa a muitos sindicalistas combativos, a partir do que ocorreu no Congresso da CNTI no ano passado, quando Ari Campista conseguiu manobrar os sindicatos do Norte e do Nordeste contra a oposição a ele desenvolvida por sindicalistas autênticos.



Benedito Marcolino e Lula em Osasco

O depoimento de Lula na reunião é revelador desta preocupação: «no Nordeste hoje a cortesia para conosco é surpreendente. Recentemente, quando lá estive, fui recepcionado já no aeroporto por vários agentes da polícia federal, e foi fogo falar com dirigentes sindicais porque havia ordens do Campista no sentido de que eles não encontrassem com nenhum sulista. Enfim, fazer trabalho no Nordeste só se for de panfleto em porta de fábrica porque dirigente sindical mesmo, nenhum aparece». Mas para Lula, a inclusão da reivindicação de equiparação do salário mínimo é uma grande bandeira no sentido de unificar nacionalmente a campanha.

Mas, deixando de lado este problema, aparece logo um outro: a questão dos fundos para a campanha. Como resolver o problema de forma a não abrir brechas para intervenções das Delegacias do Trabalho, alegando malversação de verbas?

A primeira proposta partiu do Lula, para quem se deveria «examinar juridicamente a possibilidade de constituição de uma sociedade civil à qual os dirigentes sindicais se filiariam e que seria a detentora dos recursos que se conseguisse, bem como a administradora dos gastos com a campanha. «Assim, contornaremos o problema do Ministério do Trabalho, concluiu.

Concretizando ainda mais a Proposta, o representante da Federação dos Químicos de São Paulo argumentou: «a saída é criarmos uma sociedade civil igual à dos patrões. Eles têm ao lado da FIESP, que é a federação patronal de acordo com a legislação sindical, o

Centro das Indústrias, que é uma sociedade civil, e desta forma contornam as limitações da legislação».

No entanto, esta solução não é consensual e vários dirigentes, entre eles Jacob Bittar, dos Petroleiros de Campinas, levantaram que «isto é capitular na luta pela liberdade e autonomia da estrutura sindical. Não se trata de contornar o Ministério do Trabalho, mas sim de derrotá-lo. Sociedade Civil é coisa para os patrões».

Assim, surgida a polêmica, a questão foi transferida para a posterior apreciação e deliberação da Comissão Executiva da campanha.

Mas os problemas de uma campanha nacional são muitos: cartazes, datas, volume de recursos e forma de arrecadá-los (bônus, rifas etc), eventuais reações do governo, assembleias regionais etc. terminaram por dificuldades de solução ali, também adiadas para tratamento na Comissão Executiva.

E como se estas dificuldades não bastassem, o anfitrião e presidente da Mesa, Henos Amorina, presidente do Sindicato de Osasco, deixa-se levar pelo fascínio da rede Globo, lá presente, e repentinamente coloca todo o plenário a assisti-lo numa entrevista de flashes e câmeras a uma fascinante repórter do Jornal Nacional. O que é óbvio, foi motivo de reprovação seguida por vários sindicalistas autênticos. E que de resto simplesmente vem demonstrar que a unidade entre autênticos e pelegos, regenerados ou não, não passa somente pelas questões maiores do movimento sindical.

Apesar da unidade, oposição fica de fora

Finalmente a Oposição Metalúrgica de São Paulo, também presente à reunião, pouco conseguiu em termos de apoio dos sindicalistas à luta que já vem desenvolvendo em pró dos demitidos a partir das últimas greves de novembro. Para a reunião que fariam no dia seguinte, no Sindicato de Santo André, dando curso à campanha de solidariedade aos demitidos de São Paulo, não obtiveram o compromisso da presença de nenhum dos dirigentes sindicais ali presentes, apesar de várias solicitações explícitas neste sentido.

O que, para Hugo Perez, da Federação dos Trabalhadores das Indústrias Urbanas de São Paulo «está errado; não há por que vocês terem suas promoções, e nós as nossas; pois já que vocês declaram que querem levar a luta em unidade conosco, então não há vocês e nós; somos todos a mesma coisa; venham e se integrem na campanha que aqui está sendo discutida. «Diante do que a Oposição passou então a reivindicar que, na qualidade

de «operário da base», houvesse um representante seu, integrando a Comissão Executiva, que é quem de fato, vai dirigir a campanha nacional. Mas a resposta que obtiveram de Henos Amorina foi de que tão somente numa primeira reunião da Comissão é que o problema seria tratado e uma resposta seria dada à Oposição. Enfim, se a unidade entre os autênticos e os pelegos em cima das questões sindicais é difícil, o que diz então se a este conjunto somamos também as oposições sindicais.

Não obstante todos estes problemas, no entanto a reunião, bem como as deliberações tomadas são um claro avanço no rumo da ação intersindical da independência do movimento sindical frente ao atrelamento do Estado. A Comissão retirada deverá reunir-se na próxima semana, para então dar desenvolvimento às linhas da campanha já definidas, bem como resolver as pendências. Além do que, foram tirados também dois delegados de São Paulo para articulação junto a comissões semelhantes que se estão formando em outros Estados Jacob Bittar e Joaquim Andrade, um autêntico e um pelego. (F.A.).

A Comissão para a campanha

A Comissão aprovada no encontro de Osasco, encarregada de articular a campanha em São Paulo e realizar os contatos a nível nacional é composta de um representante de cada uma das 25 entidades sindicais presentes na reunião. Ela se subdivide em dois delegados nacionais, uma subcomissão de finanças e outra de publicidade. As entidades presentes eram:

Federações:
Químicos de São Paulo
Indústrias Urbanas de São Paulo

Sindicatos:
Metalúrgicos de Santos
Metalúrgicos de Osasco
Metalúrgicos de Santo André
Metalúrgicos de São Paulo
Metalúrgicos de Guarulhos

Metalúrgicos de São Bernardo
Metalúrgicos de Campinas
Metalúrgicos de São Caetano

Padeiros de São Paulo
Plástico de São Paulo

Sindipetro de Campinas
Sindipetro de Cubatão

Químicos de Osasco
Químicos de São Paulo

Químicos de Suzano
Químicos de Santo André

Médicos de São Paulo
Radialistas de São Paulo

Jornalistas de São Paulo
Couro de São Paulo

Entidades Culturais e Recreativas de São Paulo
Artistas de São Paulo
Marceneiros de São Paulo

A partir de depoimentos colhidos entre os sindicalistas presentes na reunião de Osasco, pode-se constatar que a discussão sobre a proposta de um Partido dos Trabalhadores ainda está por se desenvolver. Várias posições, bastante divergentes e contraditórias, apresentam-se aqui nas suas linhas gerais.

Wagner Benevides, Petroleiros de Minas

Romper com o MDB? Ora, nós nunca estivemos com o MDB

«Dizer que o Partido dos Trabalhadores vai romper com o MDB é uma besteira, pois nunca estivemos com o MDB», afirma Wagner Benevides, presidente do Sindicato dos Petroleiros de Minas. Para ele, que sempre ressalva estar declarando posições estritamente pessoais — pois «a discussão deve passar pelo consenso a ser materializado numa carta de princípios» — o MDB não serve aos trabalhadores e portanto «devemos começar a organização de um partido paralelo ao MDB que reúna o conjunto dos assalariados».

Para Wagner, «esta carta de princípios deve ser feita logo, descida para as bases, e de volta às direções reunidas numa comissão nacional, dada a elaboração final e divulgada». E ele não vacila diante da atual reação negativa dos parlamentares: «uma vez vários sindicalistas assinando a carta aí então é que vamos ver quem fica pró e quem fica contra o Partido dos Trabalhadores. Aí é que vamos ver quem é que vai correr o risco de ficar de fora. Aí é que vamos ver os 10% de parlamentares. A conversa vai então mudar de figura».

Sobre as definições programáticas deste partido, Wagner ainda não adianta posições definidas, tão somente esboça algumas linhas: «é fundamental que lutemos imediatamente por uma Constituinte. Uma Constituinte pra valer mesmo onde as coisas vão então ser definidas. Além disto, o país hoje está dominado pelas multinacionais, é altamente dependente, e a meu ver a solução somente é possível fechando o país para balanço pelo menos durante 10 anos. O que não implica romper com as multinacionais, pois isto é irrealista; o que temos é que saber conviver com elas, ditando as regras e não as recebendo como ocorre atualmente».

Diante da questão ideológica, Wagner argumenta que devemos buscar «soluções nacionais e não importadas; assim, acho que o Partido dos Trabalhadores não teria nada a ver com o socialismo. Mesmo porque seria um ato de covardia nos voltarmos contra os empresários nacionais, estranhalando-os mais ainda do que já estão pela ação das multinacionais».

O que ele defende como medida concreta para melhoria da situação dos trabalhadores é algo como a participação não lucros das empresas: «o trabalhador, por exemplo, investindo parte de seu salário em ações da própria empresa».

Quanto à possibilidade de convergência com o trabalhismo de Brizola, Wagner afasta-a categoricamente: «o que estes caras fizeram por nós no passado? Hoje os tempos são outros. Hoje, por exemplo, já não se fazem greves destruindo o patrimônio das empresas como antes de 1964. Hoje as greves preservam o patrimônio; são feitas em ordem. Isto é sinal de que os tempos mudaram e não há mais lugar para enganações como as do antigo PTB».



Pedro de Andrade, do SENALBA e presidente do Departamento Trabalhista do MDB-SP.

Debater o Partido do Trabalhadores, mas atuar no sentido do fortalecimento do MDB

Pedro de Andrade é presidente do SENALBA — Sindicato dos Empregados das Entidades Culturais, Recreativas e de Assistência Social e Orientação e Formação Profissional do Estado de São Paulo. Além disto é tam em presidente do Departamento Trabalhista do MDB estadual. Segundo ele, o debate sobre o Partido dos Trabalhadores é importante, «conquanto se limite a ser não mais que um debate sobre os trabalhadores e a política, e caminhar na direção do fortalecimento do MDB como federação de oposições». Ele inclusive pensa em dinamizar o Departamento Trabalhista com uma série de promoções sobre o tema para breve.

Diante da questão do desempenho do MDB do ponto de vista dos trabalhadores, Pedro acha que «o MDB tem demonstrado que funciona somente sob pressão; e assim, o que cumpre a nós, dirigentes sindicais, é deflagramos o debate partidário mas no sentido de forçar o MDB a uma maior definição. Se ele não responder, aí sim é que cabe pensar em outras alternativas».

De outro lado, argumenta, o fundamental no momento é a anistia, a Constituinte e a liberdade de expressão e organização serem conquistadas. Somente a partir daí é que então «teremos livre campo para que as propostas propostas de partidos dos trabalhadores se expressem e sejam testadas na prática em virtude de maior ou menos adesão dos próprios trabalhadores».

Inclusive, prossegue Pedro, é somente uma vez conquistadas tais franquias que todas as propostas partidárias poderão se expressar para juízo dos trabalhadores: o PT, o PTB, o PS, o PC e tantos outros que se queira. E não agora quando «a ditadura ainda está aí, com todo o aparato repressivo montado, com a legislação coercitiva em termos de critérios para a formação de partidos etc». Enfim, numa situação destas o que cabe fazer «é fortalecer o MDB».

Arnaldo, metalúrgico de Santos

Nesta discussão dos trabalhadores tem muita gente comendo gato por lebre

«É uma ilusão pretender construir um Partido dos Trabalhadores sob a ditadura que aí está», afirma Arnaldo, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos. Ele é claramente contrário à proposta, e como deixou claro no Congresso de Lins, acha «que o momento é de fortalecimento da frente das oposições em torno do MDB», chegando a dizer inclusive que «é uma ingenuidade pretender criar um partido somente de trabalhadores». E arremata com ironia: «se neste partido não podem entrar os patrões, então não poderão entrar todos os dirigentes sindicais que são reais patrões dentro de cada uma de suas máquinas sindicais, algumas até mesmo de fazer inveja a muito empresário».

Para Arnaldo, quem de fato pode capitalizar este debate e o clima que está sendo criado de crítica do MDB «é o governo através de suas maquinções para rachar o partido». Ele lembra os propósitos já declarados de Golberi, Malul e outros no sentido da criação de um partido de corte trabalhista para «fazer o jogo do regime dentro da área sindical e junto às massas populares».

Sobre o Congresso de Lins, ele observa que «a Federação dos Metalúrgicos, através de seu controle sobre muitos sindicatos do Interior, teve um papel fundamental na aprovação da resolução sobre o partido; igualmente o Joaquim aqui de São Paulo».

Assim, por estas indicações de Arnaldo, entende-se em parte por que, de modo mais ou menos inesperado, e numa reunião de porte estadual, surge uma aprovação largamente majoritária em cima da questão do Partido dos Trabalhadores. E se o tom do texto da resolução de Lins não sugere o estilo tanto da Federação como do Joaquim, puxando mais para a esquerda isto se deveu aos deslises deles nos encaminhamentos e às barganhas que foram necessárias junto aos dirigentes autênticos.

De outro lado, reconhece Arnaldo, o debate pode também «estar servindo às articulações do trabalhismo de Brizola», mesmo que vários autênticos, o Lula entre eles, digam que são contra o PTB. Mas ainda assim ele não vê vantagem alguma, pois insiste na tese da «unidade em torno do MDB». Em função de tudo isto é que Arnaldo conclui que «nesta discussão tem muita gente comendo gato por lebre».



João Silveira, Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem «O partido vai ter que ser mais para o lado do socialismo sem aquelas coisas ruins que ele tem»

João Silveira, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem afirma que «não entendo muito de política e portanto não posso responder se este Partido dos trabalhadores terá ou não o apoio parlamentar necessário para a formação de novos partidos. Mas temos que nos preparar desde já para quando vier». Ele também confessa não saber bem como esta questão do partido vai evoluir. Mas mesmo assim, já integra uma comissão formada em Minas para tratar do assunto e fazer contatos com outros Estados. E questões que não vê ainda com clareza resolve-as argumentando que «o fundamental são as bases e são elas que terão que definir tudo neste partido. Nós vamos jogar para elas a discussão e levaremos adiante a posição que elas definirem». No entanto, João é famoso em Minas por virar mesas de assembleias.

De uma coisa contudo João diz estar seguro: «o MDB já cumpriu seu papel na luta pelo Estado de Direito. Hoje, há vários elementos lá dentro que não correspondem de forma alguma aos interesses dos trabalhadores, que só se elegeram com recursos financeiros fabulosos». E radical, arremata: «Aliás, o parlamento não é senão composto por testas-de-ferro das multinacionais, banqueiros, grandes industriais etc. Operário mesmo não há. Portanto é hora de lutarmos para termos um partido nosso».

De outro lado ele recusa qualquer possibilidade do Partido dos Trabalhadores vir a compor com o trabalhismo do Brizola «são coisas inteiramente diferentes». Mas ao precisar as diferenças, João não vai muito longe nem com muita clareza: «o que este partido deve lutar é por liberdade, justiça, enfim tudo que for bom para o trabalhador». E se questionando sobre a definição ideológica que vários sindicalistas têm advogado como fundamental, João pergunta «como assim?». Para em seguida, uma vez esclarecido sobre o significado desta questão, surpreendentemente para todos que conhecem sua prática pelega, responder: «Eu acho que o partido vai ter que ser mais para o lado do socialismo, sem aquelas coisas ruins que o socialismo tem. Porque o capitalismo, já está provado, está aí para oprimir os trabalhadores com seus tentáculos mas conosco que não entendo muito deste assunto».

IRLANDA

Esta guerra eterna é uma guerra religiosa?

Esta é a história de uma guerra longa, quase eterna se levamos em conta a nossa curta memória. Volta e meia somos surpreendidos, pela imprensa, com mais violência na Irlanda. A versão de sempre: trata-se de uma guerra religiosa. O que está por trás, contudo, dessa qualificação? Ela explica o drama secular dos irlandeses?

Aqui está o relato de alguém que viveu o drama desse pequeno país, procurando compreendê-lo e explicá-lo.

**RICARDO ACCIARIS (Texto e fotos) e
LUIZ PAULINO IRIGOLLETO (fotos)**

Irlanda do Norte: 14.139km², um país menor que o estado de Sergipe. Representando menos da quinta parte da Irlanda do Sul, é o campo de uma batalha, que parece não ter mais fim. Através dos meios de comunicação de massa aprende-se que lá se trava uma «guerra de religião» — de um lado a minoria composta pelos 500 mil católicos e do outro cerca de 1 milhão de protestantes. Tentando impor a «calma» está a Inglaterra, afinal o território integra, juntamente com a Escócia e o País de Gales, a Grã-Bretanha. Adicione 1.854 mortos, 20.000 feridos, 6.000 explosões, 90.000 prédios inutilizados... bebidas típicas, lindas paisagens e você obtém a «realidade irlandesa», vista pelos press-releases governamentais e por algumas agências de notícias.

No seu 10º ano de vida, essa última fase da guerra civil na Irlanda continua enriquecendo a história do país com atentados, insurreições e protestos de toda ordem contra a potência inglesa. Leis especiais, modernos dispositivos de segurança e controle, nada foi o bastante para atenuar — ou sufocar — o movimento republicano dos irlandeses de nascimento, católicos de religião, para os quais a ilha toda é uma Irlanda só.

Um pedaço da América Latina no coração da Europa Ocidental desenvolvida — ou um Vietnã, segundo o professor Roger Faligot, autor de um trabalho sobre a resistência irlandesa — é preciso penetrar nos guetos católicos e protestantes para se perceber o cotidiano do país, no qual a paz nada mais é do que um objetivo permanentemente adiado.

«Vá onde está a classe trabalhadora e vá onde vivem os ricos, aí sim você vai entender como e onde o conflito é instigado», sugere uma enfer-

meira da Royal Victoria Hospital, que encontro na Rodoviária de Belfast.

correm na direção de uma casa de janelas amarelas, como se lá estivesse o bandido. O fotógrafo prepara a máquina e antes mesmo de registrar a cena, recebe a ordem:

— Dê-me o filme...
Um soldado jovem, gordo, explica que é proibido fotografar momentos como aquele.
— Dê-me o filme.
— Eu só estava enquadrando, não cheguei a fotografar.

Um grupo de junta ao redor e a discussão continua até que, sem girar o filme, o fotógrafo vira a máquina para o céu e... clic-clac, prova sua inocência. Os soldados montam no caminhão, que dá a partida dobrando à esquerda na Falls Road.

Agora é a vez da lojinha da esquina da Clonard Street, onde são vendidos cintos e artesanatos de couro feitos pelos presos políticos. A polícia cerca a calçada e pede documentos, revisita os pedestres. Para evitar a interpelação, alguns atravessam a rua. «Há dez anos que eles abrem nossa vida, a loja simplesmente vende objetos, não há qualquer violência nisso», resmungo um senhor que observa de longe o desenrolar dos fatos.

No final da tarde, a aglomeração começa a tomar forma. Como nos outros anos, o 8 de agosto é comemorado e a célebre Falls será novamente palco das fogueiras de 2 metros de altura, que acessa iluminarão a triste Belfast. Homens, mulheres e crianças trazem madeiras, tacos, troncos, cadeiras quebradas e as fogueiras invadem as ruas, aumentando sua aparência mutilada. Apesar da presença armada dos homens da lei, as portas se abrem, o medo parece inexistir.

As crianças — muitas — gritam de alegria, como se a guerra também fosse uma grande festa. De todas as idades e tamanhos, elas são



A entrada do gueto católico nacionalista de Bogsides, em Derry.

homens se misturam, carregando faixas, empurrando carrinhos de bebês, distribuindo papéis, recolhendo moedas para o movimento.

Nesta terça-feira, 8 de agosto, cerca de 5 mil pessoas descem a Falls Road e são saudadas pelas enfermeiras, funcionários e doentes do Royal Victoria Hospital, que das janelas acenam lenços brancos. Os manifestantes fazem o sinal da vitória.

Na Beechmount Avenue, bairro de Ballymurphy, o cortejo abre alas. Na frente das centenas de pessoas que vão juntar-se ao desfile, estão 4 senhoras nas cadeiras de rodas, levando nas mãos a bandeira da Irlanda. Atrás, um menino segura uma foto de um homem morto e o formigeiro humano segue o itinerário previamente traçado. Entram as bandas dos quartelões de Turf Lodge e Ardoyne, seguidas por um grupo de pessoas enroladas em cobertores, como estão os presos do bloco H da prisão de Long Kesh, há mais de 20 meses.

Em frente ao posto policial a marcha passa em silêncio, alcançando enfim o Casement Park, onde há espaço para todos. Tablado no lugar, microfones ligados, os discursos vão começar. Aplausos para as bandas.

— Viva a Irlanda livre!!!
— Vivaaaaa!!!

Do outro lado da ponte...

Sábado, 5 de agosto. São 6 horas da tarde. Chegando em Belfast pela Newtownards Road, a população local à Coroa é a dona da festa.

Os meios-fios são das cores do tricolor inglês — azul, branco e vermelho — e nas janelas, as bandeiras da Inglaterra afirmam a posição dos descendentes dos colonos anglo-escoceses, protestantes de religião, de continuarem fiéis e unidos a Grã-Bretanha.

Os veículos encostam na calçada, os legalistas vão passar. Saindo da Dee Street, onde um arco enorme foi montado em homenagem ao ano de 1690, quando as tropas irlandesas foram definitivamente derrotadas, a marcha segue, gloriosamente. «Resistência», «As armas não serão entregues», «A situação será mantida» são as palavras de ordem.

O cenário parece o mesmo dos guetos católicos: casas destruídas, queimadas, abandonadas. Outro campo de ruínas. Vestidos de terno, portando faixas da Ordem de Guilherme de Orange, soberano holandês que a serviço da Inglaterra venceu os irlandeses, os legalistas também têm suas bandas. Uma senhora leva um cartaz no qual a Rainha Elizabeth sorri sobre os dizeres: «God bless the Jubilee».

A multidão já está na reta final. A parada entra na rua onde a recepção terá lugar. Todos se abraçam, se congratulam.

— Nada de papista aqui!!!

Em 1171...

— As primeiras invasões anglo-normandas, provenientes da Inglaterra de Henrique II, ocorreram no ano de 1171. Os irlandeses viviam em sistemas de clãs e apesar dos esforços para conquistar o país, os ingleses conseguiram apenas dominar uma área ao redor do Dublin. A ilha conservava o gaélico como língua e sua cultura era vivamente processada.

Sentado numa sala do sobrado nº 170 da Falls Road, Tom um irlandês de no máximo 30 anos,

conta diversos episódios da história da Irlanda. Parando de dez em dez minutos para ver quem bate na porta e um dos ativistas do movimento republicano, fui apresentado a Tom por um senhor alto e de cabelos grisalhos que ouvia minha conversa com o vendedor de um bazar. Notando meu interesse, perguntou sobre meu país («Terra de Pelé?») e levou-me até o rapaz.

— Mas só no século XVII, que os colonos vindos da Escócia e da Inglaterra se implantaram definitivamente na ilha, tornando-se em pouco tempo mais numerosos que os próprios irlandeses. Toda essa gente que chegava, recebia um pequeno lote de terra para habitar, cultivar e produzir. Contudo, um espírito de independência prevaleceu no nativo, que expulso da própria casa, foi sendo empurrado para a província de Connacht, no oeste da ilha, onde estavam as terras mais pobres e menos férteis.

Foram nessas terras confiscadas que se instalaram os colonos anglo-escoceses, dos quais é descendente 80% da atual população protestante da Irlanda do Norte. A discriminação se instalou e adquiriu ênfase, já que o conquistado era católico e o conquistador, além de inglês, protestante.

— Em 1690 — continua Tom — uma das últimas batalhas travou-se na ilha verde», na qual, os protestantes comandados por Guilherme de Orange, venceram as tropas católicas de Jacques II, na batalha do Rio Boyne.

A subida de Jacques II ao trono inglês, trouxe muitas esperanças aos nativos da ilha, pois Jacques, além de católico de religião, era grande defensor da causa irlandesa. Imediatamente, os protestantes que tinham postos importantes na administração foram substituídos por católicos e os ingleses, prevendo o pior, resolveram completar contra seu próprio rei, convidando Guilherme de Orange, soberano holandês, protestante de religião, para ocupar o trono inglês. Como nessa época, a França fazia guerra contra a Holanda, as tropas inglesas, em retribuição, entraram na luta ao lado de Orange, que, desse modo, aceitou desembarcar na Inglaterra em 1688. Jacques II, traído por seu exército profundamente anticatólico, fugiu para a França, onde foi recebido por Luiz XIV. Aconselhado pelo rei francês a tentar mais um vez, Jacques II desembarcou em Derry, no noroeste da Irlanda, onde foi violentamente recebido às margens do rio Boyne pelos então chamados «orangistas». A conquista do território estava concretizada e os católicos irlandeses passaram a ser cidadãos de segunda ordem.

— Em 1695, um código de leis foi promulgado, negando aos irlandeses os direitos mais elementares: não podiam votar, ter propriedades, falar gaélico, desposar alguém de religião protestante, ter cavalo, revólver, seguir carreira militar etc.

Tom fala sem parar, à vezes empolgado, resumindo momentos chaves da resistência irlandesa.

— Ironicamente, o inspirador do republicanismo irlandês foi Wolfe Tone, um presbiteriano, que preconizava a união de católicos e protestantes pela independência da ilha. Tomando como exemplo as revoluções francesa e americana, Wolfe Tone dirigiu o movimento dos «Irlandeses Unidos» (United Irishmen), que através de levantes contra a Coroa, reclamava para a Irlanda um sistema de autogestão. Tone conseguiu o apoio da França, cuja frota de barcos se perdeu no caminho devido ao mau tempo. Numa segunda tentativa, os franceses desembarcaram no condado de Mays, onde sofreram uma grande derrota,

fugindo em seguida. Wolfe Tone se suicidou para não ser enforcado.

Entramos no século XIX, as insurreições, batalhas e protestos continuam. Em 1846, as batatas — principal cultura do país — são atacadas por uma doença. É a «grande fome»: um milhão e meio de irlandeses morre e um milhão emigra para os Estados Unidos. Até hoje a batata tem valor simbólico para os irlandeses. O prato mais barato e popular, que se encontra em qualquer esquina e o «fish and chips» (peixe com batatas fritas) e quem estiver almoçando ou jantando numa casa, não deve se preocupar em dividir as batatas pelo número de pessoas presentes à refeição, o que lembraria dias terríveis. Batatas, come-se quanto quiser e que nunca mais falte.

Em 1916, James Connolly, presidente da Congregação Geral dos Trabalhadores e dos Transportes da Irlanda e da milícia operária «Exército dos Cidadãos da Irlanda» (Irish Citizen Army) se pronuncia contra a Inglaterra. No dia 24 de abril de 1916, dia da Páscoa cerca de mil pessoas comandadas por Connolly, ocupam 16 pontos estratégicos de Dublin.

Essas mil pessoas enfrentaram quase 3 mil soldados ingleses, número que aumentava dia a dia. Todas as comunicações foram cortadas e além de espalhar por Dublin a declaração de independência da Irlanda Connolly ainda proclamou um parlamento clandestino, o «Dail». As prisões foram muitas e o general Maxwell, chefe das forças britânicas, decidiu bombardear a cidade, prendendo e fuzilando Connolly e os outros chefes do movimento.

Foi assim a insurreição da Páscoa Sangrenta, na qual James Connolly declarou que todos os exércitos irlandeses deviam fundir-se em um só, que seria o Irish Republican Army (IRA). Nascido o IRA, é contra ele que a Coroa passa a lutar.

Home Rule e a partição da ilha.

Depois do século XIX, três projetos sucessivos de Home Rule — autonomia da Irlanda no seio da



Marcha, do Sinn Féin, após uma longa conversa.

Grã-Bretanha — foram oferecidos aos habitantes da ilha. A burguesia unionista foi contra, pois teria que abdicar de uma série de privilégios e facilidades concedidas pela Inglaterra; James Connolly foi contra, em nome dos irlandeses («Home Rule criará uma legião de burocratas que tranquilamente instalados nos seus salários, agirão como barreira entre o povo e seus opressores»); protestantes, para os quais Home Rule significava Rome Rule, foram contra também.

A atmosfera se exacerbou e para responder claramente à proposição de Home Rule, formulada pelo Parlamento inglês de Westminster, nasceu ilegalmente nos guetos protestantes a Ulster Volunteer Force (UVF), organização paramilitar, que já na primeira semana de vida reivindicou a morte de 22 católicos, os ferimentos de 188 e 9 mil expulsões de trabalho. Assim, a UVF mostrou à Coroa sua total e completa oposição à independência irlandesa e como o IRA irlandês, a UVF existe até hoje, organizada militarmente, lutando pela Irlanda do Norte, pela supremacia do protestantismo e pela integridade do Reino Unido.

Em 1921, depois de incontáveis levantes, conversações e acordos, Londres e o IRA assinaram um tratado dividindo o país em duas partes: a Irlanda do Sul ou República da Irlanda, com 26 condados e população 95% católica e a província histórica não existe mais. Em seu lugar surgiu uma nova divisão em 6 condados (Antrim, Armagh, Derry, Down, Tyrone, Fermanagh), dos quais pelo menos 4 têm populações ancestralmente favoráveis a Coroa.

A bandeira tricolor verde-laranja-branca é da República do Sul, profundamente agrária e atrasada, lembrando, por suas estruturas sociais, o norte de Portugal. A Irlanda do Norte, ao contrário, é a parte mais industrializada do país, cartão postal de um vasto esforço de propaganda junto a firmas estrangeiras, incentivando-as a investir na região, «que oferece vantagens importantes aos industriais».

Um dia útil...

Em Belfast a tensão está no ar que se respira. A circulação de pedestres é mínima, a qualquer hora do dia. O movimento de trânsito fica quase que inteiramente por conta das patrulhas do Exército Britânico, nas quais os soldados, com os olhos nos gatilhos, estão atentos ao menor movi-



O out-door na entrada de Derry: «Se você tiver informações sobre assassinatos, explosões ou outros crimes sérios, telefone para 62340, em confiança».

meira da Royal Victoria Hospital, que encontro na Rodoviária de Belfast.

É sábado, são 6 horas da tarde. A cidade está deserta, o movimento é praticamente nenhum. Tempo bom. Ônibus? Só de uma em uma hora. E lugar para comer?

— Ah, é difícil, acho que não tem não...

Belfast, 8 de agosto. Hoje, a festa de comemoração do sétimo aniversário da prisão dos suspeitos sem julgamento, provoca grande movimentação nos guetos católicos irlandeses. Organizada pelo Sinn Féin («Nós Sozinhos», em gaélico), a organização política do movimento republicano, a marcha que sairá às 7 horas da noite é a origem de violências e acidentes diversos.

Apesar de abolida 4 anos após sua promulgação, a prisão sem julgamento permaneceu, para os irlandeses, um símbolo da presença britânica no país. «A marcha é a prova de que nada liquidará o movimento separatista pela independência nacional da Irlanda», garante uma moça que distribui um prospecto sobre a data, na entrada do Celtic Park.

Desde as primeiras horas da manhã, o helicóptero do exército britânico sobrevoa principalmente a Falls Road e as ruas que nela desembocam. Verdadeiro campo de ruínas no oeste de Belfast, a Falls Road é a artéria principal que corta os guetos católicos desta cidade, onde o endereço já indica a comunidade a que o indivíduo pertence.

Carrões blindados, camburões e jeeps camuflados circulam pela Falls, no meio dos táxis pretos que substituem os ônibus vermelhos de dois andares. O cenário se repete: casas de tijolos vermelhos, uma ao lado da outra, chaminés no telhado. Há casas emparedadas, queimadas, inabitáveis e é fácil a qualquer visitante constatar que pelo menos 40% da cidade está totalmente destruída. Estamos em Belfast, cuja população civil acostumou-se a conviver com a guerra, em permanente estado de alerta.

Na esquina do Grosvenor Road, um caminhão diminui a marcha. Sete soldados descem correndo e simulam um confronto com um inimigo imaginário, Metralhadoras engatilhadas, eles

quase uma centena a desmontar a carcaça de um caminhão, na Broadway Street. O helicóptero para do alto e observa o alvoroço. Elas não ligam, estão acostumadas.

Cada vez chega mais gente, de todos os lados. Os corpos se misturam, deixando sobressair um sexagenário de terno e boina, segurando nas mãos, orgulhosamente, a bandeira tricolor da República da Irlanda: verde, laranja e branca.

De repente, a multidão se comprime, assustada. Um grupo de meninos arremessa garrafas vazias em 5 soldados ingleses. Os soldados correm, entram numa esquina e se encostam num muro. Sem se preocupar com as metralhadoras, de cabelos curtos e calças largas, os meninos saltitam no meio da rua, pulam e lançam outras garrafas estouram no chão.

— Brits OUT!!!

«Não sou a favor de violências — comenta uma senhora de luvas que está de passagem. Entendo perfeitamente a atitude deles, já morei aqui na Falls e na opinião deles só mesmo as bombas podem resolver a situação. Em 68, eles tiveram razão para recomendar a luta, eu estava aqui e vi como tudo se iniciou. Eles querem uma Irlanda unida, mas já chega de violência, talvez outros meios fossem mais eficazes. Mas se um parente meu tivesse sido assassinado, claro que meus filhos apedreariam os soldados. Vou muito a Inglaterra e quando digo que sou de Belfast, as pessoas se espantam. Conheço os clubes irlandeses de lá e do Canadá, onde não tem nada disso, protestantes e católicos estão sempre juntos, em paz».

Estamos na «zona livre» como denominam os nacionalistas irlandeses. São 7 horas da noite, a marcha vai sair. As meninas da banda de Lower Falls abrem o cortejo. Vestidas com as cores do tricolor irlandês, são com acordeões e gaitas de foles que elas tocam baladas tradicionais do país, dando à atmosfera todo um ar de cidade do interior em dia de festa. Em seguida, o Comitê das Famílias dos Presos Políticos, carregando cartazes, da qual com o nome de um parente, a pena que cumpre e a «gaiola» em que está. «Liberdade para os republicanos presos», «Boicote inglês, compre irlandês», «Exigimos o status de presos políticos» são as palavras de ordem. Mulheres e



700 anos de levantes, insurreições e protestos de toda ordem representam muito mais do que uma ambulância incendiada no gueto de Bogsides.



Os soldados do Exército Britânico simulam uma cena. Teriam aceso o inimigo? Não, ainda não foi dessa vez.

mento suspeito - individual ou de grupo. Os principais edifícios - Correios, Corpo de Bombeiros, Palácio da Justiça, Igrejas, Polícia, bares etc - estão cercados com grades da altura dos prédios. É desaconselhável pedir informações do tipo «onde fica a rua tal?». Se a rua é do bairro legalista e você, por acaso, está falando com um católico, certamente a resposta não virá acompanhada de um sorriso. A recíproca é verdadeira, todo cuidado é pouco, ainda mais à noite e nas zonas limítrofes das duas comunidades. Circuitos de TV e alarmes percebem-se de olhos vendados e para entrar no centro da cidade, há que se viver uma novela de muitos capítulos.

As ruas que circundam o centro de Belfast estão fechadas e em cada uma delas há um posto policial. Homens de um lado, mulheres de outro e a equipe do exército inglês já está com as mãos esticadas para revistar as bolsas... e os corpos. Alguns revistam mais, outros menos. Alguns apalparam mais, outros menos. Em qualquer caso, é impossível escapar do controle. Confirmada a ausência de explosivos (até carrinho de bebê é revistado), passa-se pelo portão e chega-se ao comércio, às lojas, aos bancos, à livraria. Em todos eles, homens de um lado, mulheres de outro e a equipe de funcionários já está com as mãos esticadas para revistar as bolsas... e os corpos.

Às 4 horas da tarde, 80% do comércio e dos serviços começa a fechar suas portas. Às 6 horas, Belfast está praticamente deserta. Depois das 7, só há ônibus de uma em uma hora. Taxi, nem pensar. Cinco cinemas, dois teatros, 2 bibliotecas, dois museus e a Universidade. Eis Belfast, cujo telefone confidencial para denúncias sai diariamente na primeira página do principal cotidiano da cidade, o *Belfast Telegraph*.

Nos últimos 5 anos, os crimes sectários são rotina, às vezes reivindicados, outras vezes não. Na página 2 do *Republican News*, o semanário do movimento republicano, o IRA tem coluna quase fixa, onde assume seus atentados. Assassinar apenas não é o mais comum. Recentemente, um jovem foi decapitado em Belfast e crucificado na cozinha da própria casa. Como resposta, na manhã seguinte, um outro foi cortado em pedaços. Alguns são achados irreconhecíveis, outros mutilados.



As fogueiras, no meio de Falls Road. Aceso, iluminará Belfast, pela comemoração do 7º aniversário da prisão de suspeitos sem julgamento. Essa forma repressiva foi abandonada, mas permanece, para os irlandeses, como símbolo da presença britânica no país.

Em 1975, por exemplo, um grupo musical irlandês fazia turnê pelo Norte. Disfarçados de policiais, um comando da UVF parou o ônibus e matou quase todos, apenas um sobreviveu. Resposta dos nacionalistas irlandeses: em Whitecross, pararam um ônibus de operários, separaram os protestantes do único católico que havia, os enfileiraram e fuzilaram todos. O IRA não reivindicou, a população nacionalista até hoje reprova e acusa as autoridades de serem elas mesmas as autoras dos crimes, instaurando assim o terror na população.

— Na fábrica em que trabalhei havia católicos e protestantes — diz o jardineiro de um albergue de Belfast. Todo mundo era amigo, não acontecia nada de mais. Porém entre os católicos a pílula anticoncepcional é proibida, o aborto é proibido, tendo como consequência famílias enormes. Tem gente que tem 9 filhos... Já pensou quantos encargos o empregador vai ter? Eu só tive um filho, hoje em dia variado...

As opiniões variam, mas Belfast mantém seu clima de ocupação e de guerra.

Os Legalistas

— Somos uma Associação legal, temos mais de 20 mil membros e defendemos a população legalista no que podemos.

— Ao lado do Ulster Arms Pub, na Newtownards Road, fica a *Ulster Defense Association* (UDA), fundada em 1972 a que reúne todas as organizações legalistas da Irlanda e da Escócia.

Na parede da sala do Sr. McMichael, secretário da entidade, a bandeira inglesa se impõe. Sobre sua mesa, a miniatura de um soldado da guarda de honra da Rainha Elizabeth. O secretário fala da possibilidade de uma insurreição, diz que acredita no «inimigo interior» e afirma que se um dia os políticos unionistas falharem, caberá a UDA lutar pela presença azul, vermelha e branca na Irlanda do Norte.

— Por que meios o Sr. Acha que se pode obter a paz?

— Nem com explosões, nem com anarquia, nem com caos. Existem eleições, quando todos

podem se expressar. No entanto, o IRA continua colocando bombas com o apoio dos papistas. A qualquer momento, o Exército Britânico pode se retirar, não hávera tréguas e nossa sorte dependerá de nós mesmos. Nós trabalhamos contra qualquer intenção de separar a Irlanda do Norte da Grã-Bretanha.

— No projeto da Nova Irlanda...

— Eles dizem que querem uma república socialista, mas antes de tudo eles são católicos, com todo o atraso que isso significa. República da Irlanda é a Irlanda do Sul, cuja população é 95% católica, feita para eles. Nós estamos aqui há muito tempo, não vamos sair e eles tem que aceitar que são minoritários. Tomar o poder no Norte eles não vão, nem Sinn Féin, nem ninguém.

— O Sr. acha que a Irlanda será reunificada?

— Temos um plano de uma Irlanda do Norte autônoma, segundo o qual a Grã-Bretanha ajudaria ao novo país com 300 milhões de libras, em 15 anos. O país faria parte do Mercado Comum Europeu e manteria relações com a Irlanda do Sul. Teria seu Parlamento com 100 membros e sua própria Constituição.

— Que futuro o Sr. prevê?

— Não sei. Se o Exército se retirar, haverá uma guerra civil e vamos ser obrigados a entrar nela.

Derry ou Londonderry?

No século XVII, como parte da anglicanização do norte do país, a cidade de Derry, 105 Km a oeste de Belfast, foi rebatizada de Londonderry.

«LONDONDERRY», garantem os protestantes leais a Coroa. «DERRY, DERRY livre», garantem os irlandeses católicos. Vindo de Strabane — cidade que bate o recorde de desemprego na Europa: 50% da população não tem trabalho — um caminho tortuoso de quebra-molas indica que Derry começa ali. Completamente tomada pelo Exército britânico, a divisão das comunidades em Derry ficou acargo do rio Foyle: do seu lado direito, os guetos protestantes de Waterside, do seu lado esquerdo, os guetos católicos de Bogside.

Um grande out-door pede aos habitantes que denunciem «assassinatos, explosões e atitudes suspeitas» através do telefone confidencial. O número está estampado em letras garrafais e as denúncias serão recebidas em «estrita confidência».

— Londonderry é uma cidade pequena, de trabalhadores. Não há muito o que fazer, só um hotel bom que custa 8 libras por dia.

Ao lado da rodoviária, no meio de uma humilde praça, está o Centro de Informações Turísticas. A secretária fala pouco, dá alguns folhetos e diz que não pode ajudar a achar alojamento.

— Além do hotel, tenho aqui os únicos 5 endereços das famílias que oferecem «bed and breakfast» (cama e café da manhã). Estão todas lotadas, vai ser muito difícil. De que país você vem quantos dias vai ficar? Em todo caso vou lhe dar o endereço da Mrs. Curran, na Hawkin Street. Hoje mesmo mandei alguém para lá, acho que não deve ter lugar. Mas tente...

Mrs. Curran e as outras 4 famílias «que oferecem o bed and breakfast em Derry» moram na Hawkin Street, ao lado do Comissário de Polícia da cidade. Como algumas casas estão sem número, fiquei com ar de perdido e, por acaso, parei em frente ao prédio da delegacia RUC (Royal Ulster Constabulary, o DOPS irlandês). A porta se abre. Dois homens de terno surgem e perguntam o que estou procurando.

carros blindados, com as revistas constantes e com as policiais femininas e seus walkie-talkies. As muralhas históricas da cidade, servem hoje de pontos de observação. O helicóptero sobrevoa Derry sem parar e certas ruas estratégicas foram completamente barradas. No rio Foyle, bóias foram colocadas de modo a impedir que algum barco passe a mais de 10 km/h. Há ruas cujos quebra-molas foram reforçados e na única ponte sobre o rio há dois postos de controle.

— Foi aqui de Derry, há exatamente 10 anos atrás, que a população nacionalista se revoltou e reiniciou a luta. No dia 5 de outubro de 1968, a Associação pelos Direitos Cívicos da Irlanda do Norte organizou uma marcha, exigindo entre outras coisas um voto por cabeça.

Martha passa todas as tardes num dos quatro escritórios do Sinn Féin — a organização política do movimento republicano — de Derry. Assim como os outros ativistas do movimento, Martha gosta de falar da Irlanda, recorda alguns momentos vividos, mostra fotografias e afirma que o movimento separatista vai vencer.

Ela explica que no Norte, o sistema eleitoral até 1969, apresentava algumas particularidades. Nas eleições Parlamentares o sistema era de voto duplo, através do qual todos os homens de negócios ou comerciantes tinham direito a dois votos. Idem suas esposas, o que dava a certos casais 4 votos. Nas eleições municipais, o sufrágio não era universal. O direito de voto dependia



As crianças são muitas. Quem faz a guerra são os adultos, mas elas participam, têm consciência.

da posse de bens imobiliários e eram exercidos pelas Companhias e Sociedades, que, dependendo de sua importância econômica, tinham tantas vezes a mais. Como pouquíssimas sociedades estão nas mãos dos católicos, o poder eleitoral dos protestantes sempre foi maior.

— Para os protestantes — continua Martha — a marcha significava o começo de uma nova insurreição. Furiosos, decidiram invadir as zonas nacionalistas e massacrar os irlandeses. A Inglaterra enviou 5 mil soldados armados, que ao desembarcarem na ilha foram calorosamente recebidos pelos nacionalistas, para os quais, daquela não sobraria ninguém. Aqui em Derry, o massacre foi evitado a tempo, mas no bairro de Ardoyne, em Belfast, muitas casas foram incendiadas, 7 pessoas foram mortas e 400 feridas.

Desde então, a população nacionalista vem se organizando como pode: associações de bairro, união de taxis, grupos de mulheres, comitês de parentes de presos e os guetos republicanos se nomearam «zonas livres».

Martha: — Em 1970, os guetos protestantes de Waterside atravessaram a ponte e surpreenderam os nacionalistas dos guetos católicos de Bogside com pedras e bombas. No dia seguinte seria a vez de Belfast, cuja população montou barricadas e passou o dia em alerta, esperando a invasão. Data dessa época a divisão do Exército Republicano Irlandês (IRA) em duas funções distintas: o IRA oficial, legal, o exército do movimento republicano e o IRA — Provisório (os «provos»), ilegal e que assume a maior parte dos atentados contra a Coroa Britânica. Quando a população lealista investiu contra os católicos de Belfast com tochas de fogo, foi recebida a rajada de balas. Era o IRA-Provisório, que já tomava posição ao lado dos guetos nacionalistas, da Igreja católica e do próprio país.

Em Derry, o Comitê de Parentes dos Presos fundou uma loja para vender o artesanato feito pelos presos políticos irlandeses. O dinheiro arrecadado é dividido pelas famílias mais necessitadas e além dos costumes objetos de couro, a loja vende discos com músicas folclóricas e republicanas irlandesas. Há um armário inteiro com obras escritas em gálico, língua através da qual a cultura irlandesa é revivida.

— Existem 3 mil presos nacionalistas e 800 lealistas — conta a vendedora. O governo britânico se recusa a concedê-los o status de «presos políticos», numa atitude mesquinha cujo único objetivo é criminalizar nossa luta. No bloco H da prisão de Lang Kesh, por exemplo, os presos estão há 20 meses completamente nus nas celas, enrolados apenas num cobertor, urinando e evacuando onde estão, sem sair do lugar, em sinal de protesto contra o tratamento degradante e desumano que recebem. As visitas estão proibidas, eles não podem ler e só podem escrever cartas uma vez por mês.

«Ninguém permitiria nem a um animal viver naquelas condições. O cheiro da comida pode misturado com o excremento humano é insuportável, precisarei apressar o passo para não vomitar», declarou o Arcebispo de Armagh, Thomas O'Fianch, ao sair de uma visita à prisão de Long Kesh. A declaração, feita 3 dias antes da morte do Papa Paulo VI, acirrou a revolta nos guetos nacionalistas irlandeses. Paulo visitou a Irlanda do Norte e chegou a afirmar então Primeiro Ministro da Grã-Bretanha, Edward Heath, que ele (o Papa) sempre rezava pela paz na Irlanda. Numa outra ocasião, Paulo VI enfatizou que os católicos estariam entre os primeiros a trazerem justiça e paz ao norte da ilha.

— Aqui as pessoas são muito presas a religião — diz um rapaz de Dublin. Já morei em Derry, agora moro no Sul. Tudo o que os padres dizem as pessoas aceitam piamente. Acho que seria melhor que o bispo O'Fianch desse declarações convidando os presos a viverem em condições mais higiénicas.

Para o Sr. McQuade, o problema é da Educação:

— A igreja católica deseja manter as escolas católicas separadas das escolas protestantes, porque, para o catolicismo, a educação é de extrema importância e a vida na escola é a

extensão da vida no lar etc. etc. etc. Acontece que todos os terroristas do IRA Provisório vêm de famílias e escolas católicas, que provaram ser verdadeiros campos de recrutamento do IRA. Os «provos» são católicos beatos que rezam antes de partir numa «missão». Os jovens católicos continuam se alistando na ala junior do IRAZ Provisório e os que estão presos são simplesmente culpados de crimes monstruosos. Estes protestos pelos status de «preso político» me fazem lembrar um dito popular: Eles não fizeram a cama deles? Que deem nela.

Os taxis pretos

Para ir de um lugar a outro dentro dos guetos católicos de Belfast, só há um meio: os taxis pretos ou «taxis do povo», que podem transportar até 8 pessoas cada um, por apenas 10 ou 15 centavos de libra, dependendo do percurso.

Em 1972, os motoristas de ônibus se recusaram a continuar dirigindo nas zonas nacionalistas republicanas e a Belfast Corporation, aceitando o protesto, retirou todas as linhas que circulavam pela Falls Road. Às vezes, os ônibus eram parados, esvaziados e serviam de barricadas. De 1969 até hoje, 600 foram destruídos, dando um prejuízo de mais de 7 milhões de libras a Inglaterra.

— No início — conta um motorista — 300 taxis entraram em atividade, substituindo os ônibus vermelhos de 2 andares. O sucesso e a eficácia foi tão grande que até os protestantes de Shan-

terão expressão proporcional na província histórica de Ulster. A Nova Irlanda terá uma outra Constituição, a Carta dos direitos civis e um Programa de Desenvolvimento Econômico e Social, que proporcionará a todos os habitantes do país as condições mínimas para uma vida digna.

— Você acha realmente possível um Estado independente uma vez que a Irlanda é tão dependente da Inglaterra?



O senhor de barno carrega orgulhosamente a bandeira verde-laranja-branca da Irlanda, numa manifestação de protesto.

— Acho — continua Derry — isso é mito. Na época da guerra da Argélia os franceses espalhavam a mesma coisa. Nenhum país nasce com mão-de-obra especializada, técnicos e experts formam-se, há que se investir dinheiro em educação para tê-los.

Robyn, um protestante da Ulster Defense Association, acha que, economicamente, o sistema capitalista da Irlanda é totalmente dependente das forças exteriores:

— O sistema monetário do Sul ainda está ligado à libra inglesa, para sua própria segurança. O Governo do Sul permitiu que companhias americanas e canadenses explorassem as riquezas minerais do país. As indústrias da Irlanda não passam de simples subsidiárias de multinacionais estrangeiras. Para citar um clichê, quando a economia europeia pega uma gripe, a Irlanda pega uma pneumonia. A influência do Catolicismo Romano ainda é bastante forte para impedir certas mudanças constitucionais como o divórcio e anticoncepcionais. Será que a Irlanda livre mudaria as condições sócio-econômicas em que vivem as pessoas da ilha??

Recentemente, 3 ou 4 empresas americanas se declararam dispostas a abrirem fábricas na Irlanda do Norte, que forneceriam, no total, 4 mil novos empregos, em regiões onde o desemprego chega a atingir 50% da população... católica. O governo britânico se propôs a investir 45 milhões de libras no projeto, que necessitará de 65 milhões. Os protestantes não apoiaram e já estão prevendo a resposta do IRA Provisório.

Em julho passado, um repórter da revista *Magill*, de Dublin, conseguiu uma entrevista clandestina com um membro do IRA Provisório, que, devidamente autorizado, falou em nome da organização. «Não haverá mais tréguas até o final», garantiu o porta-voz e acrescentou as próximas etapas da luta incluem atentados contra prédios públicos, visando a aumentar ainda mais as despesas da Coroa com a Irlanda do Norte.

— Através de um telefone público da Great George Street, em Londres, consigo falar com Mr. Praud, assessor de imprensa da Secretaria de Estado para a Irlanda do Norte.

— A Inglaterra — diz ele — já gastou mais de 300 milhões de libras com o terrorismo do norte da Irlanda, quantia incalculável.

— Então por que a Inglaterra continua lá?

— Por que o dinheiro do tesouro britânico é arrecadado no País de Gales, Escócia, Inglaterra e Irlanda do Norte. Não dá prejuízo porque há lucros em outras partes, mas, se através das eleições, os habitantes da Irlanda do Norte manifestarem seu desejo de se separarem do Reino Unido, isso acontecerá.

— Mas o sistema de eleições me parece truncado...

— Mas não é. Enquanto a Irlanda do Norte integrar a Grã-Bretanha, ela será beneficiada com empréstimos, investimentos na agricultura, educação, saúde e higiene.

— E o status de «preso político»?

— Nós não temos presos políticos, temos criminosos. Na Grã-Bretanha não há tal qualificação e não haverá. Quem mata, joga bombas e assalta é criminoso e como tal é tratado.

Martha, do Sinn Féin de Derry, fala ainda sobre o que significa ser desta ou daquela religião, fala da luta das mulheres, das soluções que já foram tentadas na Irlanda do Norte, dos tipos de ações que os republicanos pretendem desenvolver. Fala dos sonhos irlandeses, das músicas, das belezas da ilha e sobre como somos espiões enquanto conversamos naquela salinha.

— Se não parecem haver soluções imediatas, quais haveria a longo prazo??

— Não sei, mas tenho quase certeza de que eles nunca vão permitir que a Irlanda transforme-se numa Cuba no coração do Mercado Comum Europeu.

Organizações políticas e militares

1. Nacionalistas Irlandesas

a. *IRA Oficial, legal. É a organização militar do partido republicano, cujo objetivo é a reunificação da ilha e a criação de uma república de trabalhadores.*

b. *IRA Provisório, os «provos». Organização nacionalista de tendência socialista. É ilegal, tem diversos comandos e conta com milhares de simpatizantes. É nos guetos católicos que o IRA Provisório recruta 100% de seus efetivos.*

2. Legalistas Protestantes

a. *Ulster Defense Association (UDA). Organização política legal, criada em 1972 e que conta atualmente com mais de 20 mil membros na Irlanda do Norte, Escócia e Inglaterra.*

b. *Ulster Workers Council (Conselho dos Trabalhadores de*

Ulster). Organização Sindical fundada por ocasião da greve legalista de 1974. Tem no máximo 500 membros.

c. *Ulster Volunteer Force (UVF). Organização paramilitar ilegal, criada em 1912 e reestruturada em 1966.*

d. *Ulster Freedom Fighters (Combatentes pela Liberdade de Ulster) Considerado o exército da UDA. Ilegal.*

e. *Orange Volunteers (Voluntários Organistas). Organização paramilitar ilegal, em vias de desaparecimento.*

f. *Orange Order (Ordem de Orange). Espécie de maçonaria protestante. Atualmente em declínio.*

g. *Red Hand Commandoes (Comandos da Mão Vermelha). Organização ilegal, próxima da UVF, que tem reivindicado diversos crimes sectários.*

Peão da Ferrovia do Aço na trilha da incerteza

Enquanto os grandes empresários da construção civil fazem a grita para que o governo retome os gastos de dinheiro público na Ferrovia do Aço, os peões atravessam mais uma temporada marcada pela incerteza da diminuição crescente do ritmo das obras. De um lado, a construção da ferrovia quase abandonada, com o mato crescendo pela terraplenagem, e vacas habitando os túneis já abertos. De outro, o desemprego e os problemas sociais: só na Justiça de São João Del Rei, há cerca de mil ações trabalhistas para o recebimento de salários atrasados e recursos legais de 60 famílias de pequenos proprietários de terra, que reclamam das desapropriações feitas pela Engefer.

Três repórteres percorreram vários canteiros de obras e relatam o que viram.

Por Elma Heloisa, Giselle Nogueira e Luiz Carlos Bernardes

Bem próximo de Belo Horizonte, seguindo pela estrada da histórica Sabará, depois de se pegar um desvio à direita da ponte que atravessa o rio das Velhas, pode ser feito o primeiro contato com aquilo que deveria ser «o maior canteiro de obras do mundo», segundo a imaginação do ministro Dirceu Nogueira dos Transportes. O lote 1 da Ferrovia do Aço, entregue à empreiteira C.R. Almeida, que já teve mais de três mil homens, hoje não conta com mais de 500 trabalhando. «Os alojamentos estão quase vazios, eu até ocupo dois quartos lá», informa com um sorriso maroto o chefe dos trabalhos nos túneis, «teve época d'eu vir aqui apenas para receber o salário, porque não tinha serviço».

Mas o destino não foi tão camarada com a maioria dos peões da Ferrovia do Aço. Quando as ordens de trabalho da Engefer começaram a escassear, as empreiteiras iniciaram um processo de demissão ou transferência em massa. Só que ninguém ali parece se espantar com isso. Parece coisa normal a obra parar e os empregados serem mandados embora. Para onde, ninguém sabe ao certo. «Eu mesmo tive quatro compadres que foram mandados embora, foram para o Paraná, depois para uma obra lá em São Paulo», vão contando com mais desembaraço os homens que formavam um pequeno grupo, na portaria dos escritórios.

Um catarinense de boa aparência, que veio para trabalhar no almoxarifado, mas como não tinha o que fazer, terminou sendo transferido para as perfurações da única boca de túnel em atividade (dos dez projetados para o trecho), sentenciou: «O peão de trecho não tem estado, não tem lugar, ele vai para onde escuta falar que tem obra. Vai pulando de um lugar para o outro. Não tem sindicato». A palavra parece espantar os presentes: «Sindicato, eu nunca ouvi falar. Cês já ouviram, sindicato, falar de sindicato? INPS a gente tem, mas de sindicato eu não entendo».

Abandono e desolação

Espanto surge mesmo — quando o estado de espírito mais apropriado — quando o assunto é Ferrovia do Aço. Por mais que se tenha ouvido falar na paralisação de obras, que até janeiro de 78, quando se completaram os mil dias previstos para seu término, já tinham consumido bilhões de cruzeiros, a verificação «in loco» deixa uma impressão mais que surpreendente, chegando ao surrealismo. A idéia que se tem é de que um palco — muito caro — começou a ser armado, para um espetáculo que não aconteceu.

São desoladores as primeiras imagens do Lote 2, com 20,4 km. de extensão, próximo a Itabirito. Bem antes de se chegar ao canteiro de obras, um inútil aviso alerta que só é permitida a entrada de carros da Andrade Gutierrez — a empreiteira encarregada do trecho. Inútil porque a cancela está aberta e a guarita, onde presumivelmente deveria ficar um guarda atento, está abandonada. Como abandonados estão o primeiro túnel que se avista, as pilstras de um viaduto não concluí-

do, as carcaças enferrujadas que começaram a ser montadas para revestir os túneis, as caçambas de alguns caminhões. O silêncio é absoluto. Em vez de marca de pneus de caminhões, o estercor se espalha pelo solo.

Penetrando pela verdadeira teia de estradas de serviço, que provocou a devastação de alguns quilômetros da mata no local, os primeiros contatos com os trabalhadores. Grupos esparsos de cinco ou seis, perdidos nos atoleiros e na lama, pois a chuva tem sido impiedosa e junto com o tempo e o abandono vem ajudando a destruir o pouco que já se fez em aterros e terraplenagens. Um marasmo toma conta de tudo, os passos são lentos, os raros caminhões andam vagarosos, parece não haver necessidade de se chegar a lugar algum, nem muito o que fazer.

As primeiras conversas ficam limitadas às condições imediatas de trabalho. Descalços, almoçando sob a chuva, os serventes lamentam: «O trabalho tá bom para empresa, pra nós não. A gente trabalha onze horas por dia, mas não tem cartão, o apontador (risos) fica por aí perguntando quem veio e quem não veio trabalhar. E no final do mês quem trabalhou muito termina ganhando pouco». E apontando para a marmitta, outro acrescenta: «A comida é ruim, a gente até traz comprimido no bolso pra tomar depois».

A descontração dos primeiros peões é logo substituída pela desconfiança dos capatazes e mestres de obras. Escondidos da chuva em barracões de madeira, sem muita pressa em voltar ao pouco trabalho (apenas um túnel e os serviços de preservação dos aterros estão sendo realizados), eles não querem falar, pois informação é só com os «engenheiros». E preciso atravessar um túnel apenas perfurado. No final, a paisagem se repete, uma longa pista aterrada, lama pra todo lado, a sensação de que os poucos homens que por ali se espalham nada têm que fazer. Mais adiante as encostas gramadas, onde alguns bois pastam tranquilamente, numa cena que chega a ser bucólica.

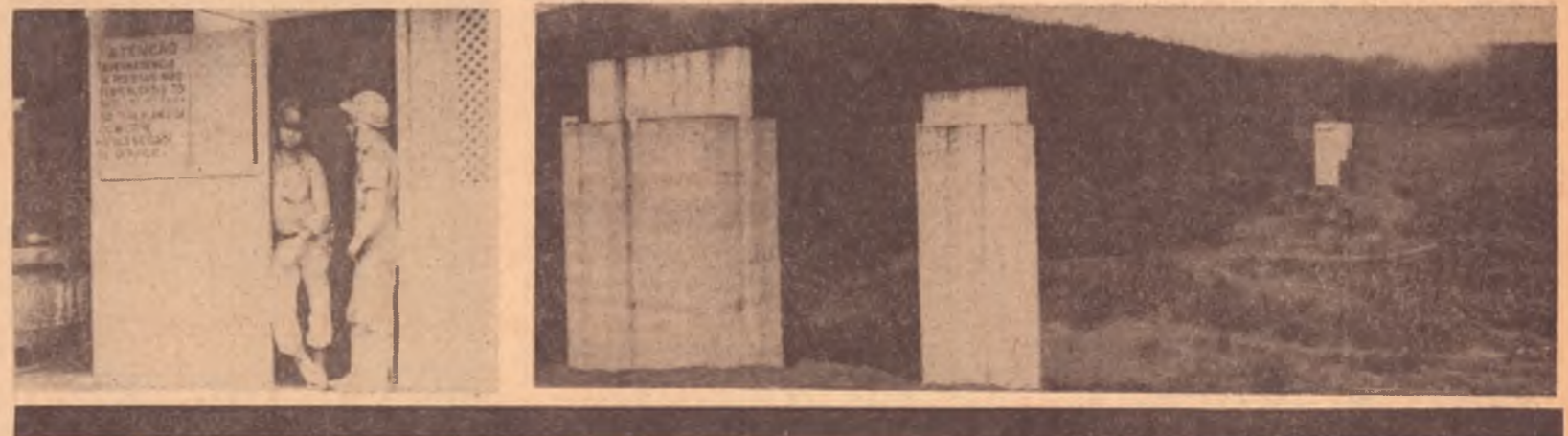
No acampamento, os «engenheiros» não estão, e o porteiro aponta um homem jovem «fala aí com o doutor». Mas a resposta desconfiada é uma negativa: «só o engenheiro chefe da obra fala, ele mora lá na vila em Itabirito, mas está viajando». De repente, parece querer dar alguma informação a mais e fica reticente: «Só sei quantos empregados tinha naquele tempo».

E quantos eram? «Ah, mais de três mil. Agora são pra menos de mil». Ninguém responde quantos chegaram a ser demitidos e sobre os destinos dos que se foram a afirmação é uma só: foram transferidos para outras obras, a empresa é muito grande, tem trabalho no país todo.

Perto do único túnel em perfuração, dos seis existentes no trecho, apenas um trabalhador bem falante, com carregado sotaque sulista, falou com alguma segurança sobre a demissão de muita gente, como fruto do «fracasso da ferrovia. A ferrovia fracassou e as verbas acabaram».

Moradias para vacas

A imagem de fracasso se estende por todo o longo percurso da Ferrovia do Aço, e torna-se mais flagrante à medida que se percorre as



«O peão de trecho não tem estado, não tem lugar, ele vai para onde escuta falar que tem obra. Vai pulando de um lugar para outro. Não tem sindicato».

obras em direção ao Rio de Janeiro, no trecho considerado no lançamento como prioritário — Belo Horizonte/Itutinga/Volta Redonda. Um exemplo são os dois viadutos que a Rodoférrea parou de construir há quase um ano, perto de Andrelândia. São obras de mais de 500 metros de extensão, por cerca de 30 metros de altura. E que, contrariando com a vegetação que as rodeia, fazem crescer a impressão de que são monumentos à irresponsabilidade administrativa que marca a obra.

Impressiona também o desperdício do dinheiro público causado pela paralisação dos dois túneis que a construtora Braseu fazia perto de Andrelândia. Obras de arte caríssimas, com cerca de 100 metros de extensão cada, nos quais o tempo e as chuvas se encarregaram de fazer as inevitáveis infiltrações e outros tipos de estragos. Os cortes feitos em barrancos com cerca de 30 metros de altura, numa extensão de 100 metros, à entrada dos túneis, começam a perder suas formas. O mesmo acontecendo com os cerca de 500 metros de terraplanagem executados. Uma paisagem comum hoje a pelo menos dois terços da obra, mas que esta região, marcadamente pecuária pela baixa qualidade dos solos, acrescenta um toque trágico. Pois é comum, também aqui, ver-se bois pastando e vacas utilizando os túneis como moradia.

Já uma visão diferente provocam os acampamentos canteiros de obras abandonados, figurando como cidades-fantasma construídas à época de alguma corrida ao ouro. A idéia é a mesma quando se depara com os acampamentos das Rodoférrea, da Paranapanema, da Braseu ou da Mendes Júnior. E junto a equipamentos e materiais, como compressores de ar, caminhões para obras em túneis, tubulões de cimento, bombas de gasolina abandonadas semisturadas bois, cachorros e magras crianças, filhas dos operários, que aguardam o fim do aviso prévio.

Foi o que aconteceu com Walter de Almeida, da Braseu. O operário paranaense trabalhava na empresa há cinco anos e foi trazido para perto de Andrelândia, pela perspectiva de aumento de salário. Veio com a mulher e duas filhas, mas agora está de aviso prévio. Pensa em tentar emprego nas proximidades de São João Del Rei, onde uma ou outra obra é tocada. Se não conseguir, não sabe que rumo tomar. Há pelo menos mais 30 operários da Braseu em situação semelhante à do Walter.

Salários em atraso.

Mas os problemas sociais causados pela Ferrovia do aço são bem maiores. Por exemplo, na Justiça do Trabalho de São João Del Rei, há cerca de mil ações, impetradas por peões de empreiteiras que trabalham para a Engefer, como denuncia o advogado Wainer Ávila. Segundo ele, os mil operários entraram na Justiça para receber salários atrasados. «Eles não recebem há mais de dois meses, além de não terem recebido o 13º salário», diz Wainer. «Entre as empreiteiras em atraso acrescenta — estão a Veloso Camargo e a Agil, que se justificam, alegando que a Engefer não lhes paga há vários meses, o que estaria inclusive, colocando em risco a situação financeira das mesmas».

O advogado acha que dificilmente a situação dos peões será solucionada, porque o patrimônio de várias empreiteiras da região não cobre os débitos. «A Justiça do Trabalho já apreendeu tratores e caminhões da Agil, mas os veículos não quitam a dívida. Além disso, são veículos sob alienação fiduciária e as financeiras certamente solicitarão sua devolução».

De outra parte, Wainer Ávila, que é também prourador de 60 famílias de pequenos proprietá-

rios de terra que entraram na Justiça de São João Del Rei contra as desapropriações da Engefer, disse que «boa parte das desapropriações são inteiramente ilegais, pois nem houve o depósito inicial na Caixa Econômica ou no Banco do Brasil. Mesmo assim, os tratores invadiram as propriedades, derrubando cercas e casas deixando inclusive famílias sem ter onde morar e sem condições de construir outra moradia. Um esbulho».

As ações na Justiça contra desapropriações da Engefer repetem-se em vários outros pontos da ferrovia. Como em Congonhas, segundo explica o prefeito Altair Ferreira: «Muitos pequenos e médios proprietários de terra tiveram suas fazendas divididas ao meio e em vários casos a água ficou de um lado e a casa de outro». Ele disse ainda que «vários proprietários não se satisfizeram com a indenização, agravada com o fato de a especulação imobiliária ter feito subir os preços em quase 100%, enquanto a Engefer já fizera avaliação baixa, mesmo não considerando a especulação».

Em Belo Horizonte, segundo informações do presidente do Sindicato dos Empregados da Construção Civil, aquela entidade tem sido muito procurada por peões demitidos pelas empreiteiras que trabalham na Ferrovia do Aço, entretanto pouco pode fazer nesses casos. É que a entidade não congrega trabalhadores em estradas, ferrovias, pontes, etc., que deveriam estar ligados ao seu próprio sindicato, como acontece com os patrões, cujos interesses são defendidos pelo Sindicato da Indústria da Construção de Estradas, Pavimentações e Obras de Terraplanagem em Geral do Estado de Minas Gerais.

E assim, o paleo com tão elevada soma de dinheiro público continua armado, para um espetáculo que não aconteceu, mas que vem deixando um trágico saldo ao longo do seu percurso inacabado.

Por trás de tudo, os tentáculos da Hanna Corporation

A firma norte americana Hanna Corporation, o grupo MBR que representa seus interesses no Brasil e outras empresas exportadoras de minério do País são os principais interessados na construção da Ferrovia do Aço. A acusação é de um dos líderes da antiga campanha «o petróleo é nosso», o professor Osório da Rocha Diniz, aposentado compulsoriamente na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, e especialista em economia regional. Ele fala sobre o assunto nesta entrevista:

Por Sandra Starling

— Por que a Ferrovia do Aço foi iniciada se o projeto tinha tantos problemas?

— Fomos os primeiros a chamar a atenção das autoridades para o fato de que as construções ferroviárias no Brasil precisam de prioridades definidas, estudos de mercado, de rentabilidade, e não deveriam ser construídas simplesmente de acordo com certos interesses. Sejam interesses de empreiteiros, construtores regionais ou de multinacionais. Sempre defendemos a idéia de que antiga Central do Brasil, (especialmente BH/Barra do Piraí) podia ser melhorada, ou como estão fazendo, recuperada, duplicada e eletrificada. Portanto a capacidade de transporte dessa linha do Centro devia dispensar a construção da chamada Ferrovia do Aço que, na verdade, não era uma Ferrovia do Aço e sim uma ferrovia para transportar minérios.

— A quais interesses serviu a construção da obra?

— Na verdade mal projetada e construída afoitamente, a Ferrovia do Aço visava atender a interesses de exportadores de minérios e lamentavelmente esses interesses fizeram com que a Rede Ferroviária transportando minérios, conforme o seu relatório de 1977, passasse a ter prejuízos, coisa inacreditável. Então, o que desejavam era uma linha especializada para minérios e daí mudaram. O plano inicial era Jeceaba até

São Paulo. Distorciam, criando um ramal de Jeceaba até Barra Mansa. Deste modo iriam exportar praticamente minérios e o trecho mais interessante que seria de BH a Jeceaba e desta a SP, foi praticamente abandonado. Eu sempre direi, que não precisávamos de uma linha especializada para minérios porque a solução já tinha sido dada antes pelo Governo.

— Existia então outra alternativa para a Ferrovia do Aço?

— Os países subdesenvolvidos em geral são muito sujeitos a pressões de grupos externos, de multinacionais, e mesmo de elementos nacionais ligados a esses grupos.

— Esses interesses externos devem ter um nome...

— Esses interesses, eu já cansei de mostrar, estão ligados ao grupo Hanna, ao grupo MBR e aos grupos de outros exportadores de minério do Brasil. Foi esse grupo que pressionou, que fez que a Rede Ferroviária federal se endividasse, tendo déficit para transportar minérios. E com o que se gastou na Ferrovia do Aço, ter-se-ia recuperado não só trecho da linha Centro, mas também outros trechos poderiam ter sido reificados, como, por exemplo, o de Barra Mansa, Mogi das Cruzes, melhorando o tronco sul. Enfim, não houve prioridades.

— Essas multinacionais que o ser, acabou de mencionar e que pressionaram no sentido de ter essa rede cativa, a que grupos estão vinculados dentro do Governo?

— Isso eu não posso responder objetivamente, mas basta considerar que a construção da Ferrovia do Aço foi anunciada como sendo uma construção para mil dias e para terminar ainda no Governo do presidente Geisel. Mas a realidade é que qualquer engenheiro saberia que isto não seria possível. A Ferrovia do Aço não era uma ferrovia, era um metrô. Porque uma região montanhosa, com 640 Kms. de construção, ela deveria ter mais de 150 Kms de túneis e 90 Kms de pontes e viadutos. Ora, isto seria uma obra faraônica.

— Quem está pressionando mais para que se ative a construção e por que?

— Devem ser os próprios interessados, que investiram em obras, em canteiros de serviços. Infelizmente foi iniciada a obra de tal modo, para obrigar o governo a construí-la de qualquer modo. A obra foi picada em pedacinhos, todos os pontos foram atacados, mas não se pode utilizar nenhum.

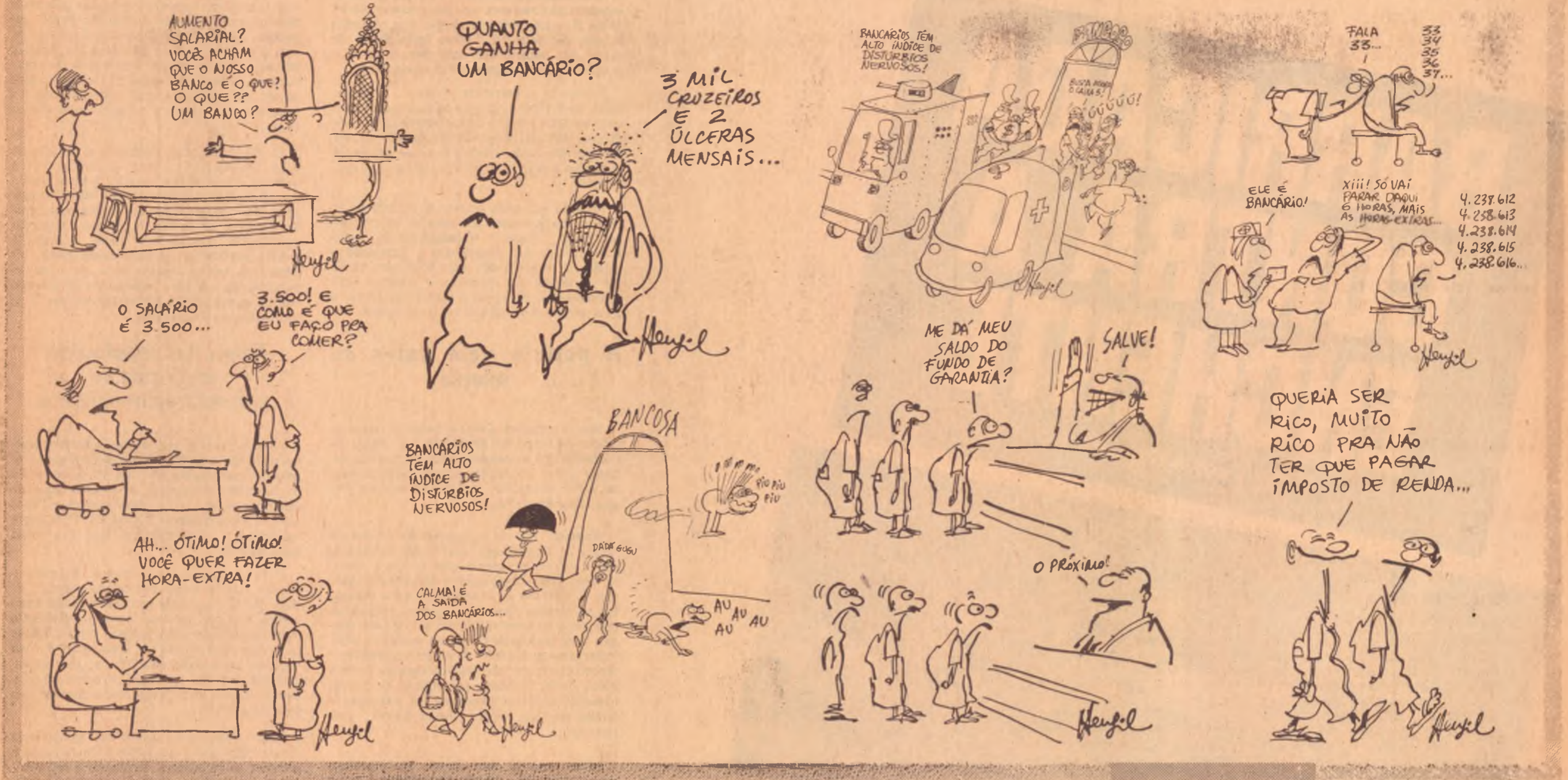
— Porque tudo isso foi feito com dinheiro público?

— No Brasil, as estradas de ferro foram construídas com o dinheiro público ou com a garantia do tesouro. E se fomos analisar os empréstimos que o Brasil construiu vamos verificar que praticamente todas as dívidas externas tinham origem nos empréstimos, ou nos financiamentos, ou nas importações, ou nas construções de estradas de ferro. Por que empregou-se o dinheiro público? Por que no Brasil o capital é escasso. Capital particular para fazer esses grandes investimentos não existe. Há então a mania de tomar dinheiro do governo ou de instituições e depois lucrar. Se há lucro, fica com a iniciativa privada. Se há prejuízo, querem socializá-lo.

ESTADO DE MINAS GERAIS FERROVIA DO AÇO



Henfil vê a campanha dos bancários pela jornada de seis horas



Ferrovia do Aço:

Quinze bilhões na lata de lixo

A obra foi idealizada para imortalizar o general Ernesto Geisel como presidente da República. Mas agora até mesmo os técnicos do governo reconhecem que é «faraônica» e «megalomaniaca».

O ministro Dyrceu Nogueira, dos Transportes, cunhou a Ferrovia do Aço com duas expressões hoje alvo de achincalhe: «o maior canteiro de obras do mundo» e «a ferrovia dos mil dias», prazo em que prometeu entregá-la ao tráfego quando iniciaram-se as obras.

Talvez, seja o maior canteiro de obras abandonadas do mundo e a ferrovia dos milhares de dias. Até gente da cozinha do governo já admite criticar aspectos do sonho dourado que iria imortalizar o governo Geisel e projetá-lo na história brasileira com uma obra monumental. De acordo com um estudo de técnicos, que vazou para a imprensa, a Ferrovia decorre da «atitude triunfalista que tem presidido a elaboração das projeções a longo prazo dos planos nacionais»: «abandonou-se a óbvia solução de expansão progressiva da capacidade de transporte, para se adotar soluções de implantação de novas vias, algumas megalônomas ou faraônicas». E arrematando: «a continuação em ritmo acelerado significa para o país o desembolso adicional absolutamente desnecessário de Cr\$ 26 bilhões nos próximos anos».

Diante disso, os grandes empresários da indústria da construção civil voltaram a botar a boca no trombone, exigindo do governo que retorne imediatamente a liberação de verbas públicas para o prosseguimento das obras da Ferrovia do Aço.

Este mês de janeiro foi pródigo em declarações dos empreiteiros. Afinal, a partilha do bolo de Figueiredo já começa a ser feita, agora que os super-ministros instalaram e já despacham com ares de efetivos empregados. Como o ditado já celebrou, quem não chora não mama.

Apocalíptico, o ex-prefeito de São Paulo, engenheiro José Carlos de Figueiredo Ferraz, proprietário da empresa responsável pela supervisão do projeto e da execução da obra apelou: «se a obra não tiver seu ritmo de construção acelerado para o término em dois anos, o transporte ferroviário do centro sul sofrerá um colapso. E mais: «o país sofrerá prejuízos excepcionais, com sérias consequências para os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e especialmente Minas Gerais».

Mas, clamor de empresariado à parte, quem realmente perderia hoje com a interrupção definitiva da Ferrovia do Aço? Uma resposta à esta questão passa necessariamente por uma volta às origens do projeto.

A obra e o milagre

A Ferrovia do Aço é o carro chefe do Programa de Desenvolvimento Ferroviário 75/78, lançado em outubro de 1974 pelo general Ernesto Geisel com objetivo de corrigir o «desmesurado retardado» do transporte férreo em relação ao transporte rodoviário, estimulado no país, sobretudo a partir da década de 50.

Assim, o governo reconhecia que «o sistema ferroviário nacional não vem sendo capaz de acompanhar o processo de expansão demográfica desenvolvimento econômico», chegando mesmo a «constituir o grave ponto de estrangulamento que hoje ainda representa para o desenvolvimento e progresso ininterrupto do país». Entre 1974 e 1973, o fluxo de transporte por ferrovias baixou de 29% para 16,2% nas cargas e de 33% para 8% nos passageiros. Enquanto isso, operava-se a transferência para as rodovias: no mesmo período houve aumento de 38% para 74% nas cargas, e de 58% para 89% nos passageiros.

Com a implementação do Programa de Desenvolvimento Ferroviário esperava-se que em 1980 esta tendência pudesse ser revertida da seguinte maneira: da demanda de cargas, as ferrovias corresponderiam a 32% do total, ao passo que as rodovias representariam 54%, o restante seria por via navegável.

Embora não seja citada explicitamente no II Plano Nacional de Desenvolvimento — que fixou as metas prioritárias do governo Geisel no campo econômico-social — a Ferrovia do Aço é resultado de suas eufóricas proposições, entre as quais a expectativa de um crescimento industrial a taxas da ordem de 12% ao ano, isto é, a continuação do tão propalado «milagre brasileiro». O item Transporte do II PND já destina 28 bilhões de cruzeiros necessários para Ferrovias, sem maiores especificações, prevendo um crescimento de 124% nos investimentos públicos entre 1974 e 1979, no setor.

Com o objetivo genérico de «consolidar um modelo brasileiro de capitalismo industrial», o II PND reconhece a necessidade de alguma mudança no modelo com o qual «o Brasil deverá ajustar a sua estrutura econômica à situação de escassez do petróleo, e ao novo estágio de sua evolução industrial». Isso implicaria «em grande ênfase nas Indústrias Básicas, notadamente o Setor de Bens de Capital e o de Eletrônica Pesada, assim como o campo de Insumos Básicos, a fim de substituir importações e, se possível, abrir novas frentes de exportação», para tentar reduzir o déficit da balança comercial brasileira.

Neste contexto, a Ferrovia do Aço assumiu papel de relevo. Ela foi definida no Programa de Desenvolvimento Ferroviário como o mais importante entre os projetos destinados «a assegurar um sistema de transporte eficiente para o plano de expansão siderúrgico, envolvendo o transporte de minério de ferro para exportação e indústrias siderúrgicas, insumos básicos e produtos siderúrgicos, além do escoamento da produção de mecânica pesada e equipamentos elétricos» e a servir aos três principais polos industriais do País — São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Voltada, portanto, para atender a recuperação do atraso brasileiro no transporte de cargas por via férrea e às metas audaciosas do II PND, a Ferrovia do Aço começou a ser construída em duas etapas.

Na primeira, um trecho de 209 km, ligando Belo Horizonte a Itutinga, de onde partirá um ramal para Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro, com extensão de 104 km. Numa segunda etapa, a ser iniciada somente quando terminar a primeira, está prevista a construção de um trecho de 432 km, ligando Itutinga a São Paulo. O objetivo do primeiro trecho é abastecer de minério de ferro a Cia. Siderúrgica Nacional, de Volta Redonda, e a COSIPA, em São Paulo, ambas empresas estatais. Atualmente, o minério chega até a COSIPA, através de ligação férrea Volta Redonda — São Paulo. O segundo trecho, ligando Belo Horizonte direto a São Paulo, viria para atender às necessidades da COSIPA de minério de ferro, «quando o ramal Itutinga-Volta Redonda estiver plenamente utilizado com o abastecimento da CSN», conforme rezava o Programa de Desenvolvimento Ferroviário.

Uma preocupação relevante na programação da nova ferrovia foi o descongestionamento da linha que existe atualmente ligando Belo Horizonte ao Rio, cuja saturação é calculada para breve em face do incremento do transporte de minério da Mineração Brasileira Reunida — MBR, empresa do grupo Ludwig-Azevedo Antunes eytraído da vizinhança de Belo Horizonte para exportação através do porto de Sepetiba, Espírito Santo. Construída entre 1910 e 1914, esta linha é a que transportava o minério não só para exportação mas também para as usinas siderúrgicas do litoral. Sua antiguidade não permite o volume de carga normalmente transportado e o descarrilamento de trens de minério é a uma ameaça constante, tendo ocorrido várias vezes.

Uma obra controversa

A primeira grande controvérsia surgiu em função da adequação do nome dado à nova via de transporte, Ferrovia do Aço ou Ferrovia do Minério? perguntaram os empresários mineiros no Encontro Nacional de Associações Comerciais, realizado em Belo Horizonte.

Os próprios empresários denunciavam, que, de certa maneira, a ligação Belo Horizonte Volta-Redonda era supérflua, quando apontavam o fato da Linha Centro já estar «passando por um reaparelhamento acentuado», por iniciativa do Ministério do Transporte, com objetivo de fornecer grandes quantidades de minério para a CSN, e escoar a exportação da MBR, via Sepetiba. Diziam: «Como pode ser observado no mapa, o trecho da EFCB é paralelo ao pretendido traçado da Ferrovia do Minério que liga Itutinga a Volta Redonda, o que implica em afirmar que serão realizados maciços investimentos em linhas paralelas para transportar minério de ferro de Minas Gerais».

Em 30 de abril de 1975, dia em que completava 121 anos o começo da construção da Estrada de Ferro Mauá, a primeira da América Latina, o coronel Dyrceu Nogueira presidiu a solenidade de início das obras da Ferrovia do Aço, no acampamento de uma das empreiteiras, em São João Del Rei. O colorido ufanista dava a tônica. Afinal, era o princípio de uma epopéia vertiginosa, conforme o governo estava prometendo: construir em tempo recorde uma estrada de ferro de 833 Km, inteiramente eletrificada, com um sofisticado sistema de segurança e telecomunicações entre os centros de comando, e nada menos que 197 túneis (97,40 Km) e 129 pontes e viadutos (41,97 Km), com pilares de até 90 metros.

Os estudos de viabilidade econômica datam de 1972, quando o Departamento Nacional de Estradas de Ferro encomendou o trabalho à empresa Transcom. Os resultados foram apresentados em maio de 73, em vinte volumes. Pouco se falou sobre o assunto até o lançamento do Programa

Custo da obra — dinheiro já empregado

Fonte: escritório Figueiredo Ferraz

700 milhões de dólares (ou cerca de 15 bilhões de cruzeiros)

de Desenvolvimento Ferroviário, dezoito meses depois.

Para executar a obra, o Ministério dos Transportes criou uma subsidiária da Rede Ferroviária Federal S.A. — a Engfer — que por sua vez contratou o Escritório Técnico J.C. Figueiredo Ferraz, para cuidar da coordenação e supervisão dos projetos de engenharia ferroviária.

Nasceu com essa pressa uma das principais falhas apontadas na execução da Ferrovia do Aço. Na ânsia de cumprir o prazo dos mil dias, a ENGEFER começou as obras antes da existência de um projeto final de engenharia. Gradativamente, a empresa liberava ordens de serviço para que as empreiteiras tocassem as respectivas partes.

O presidente da Engfer, na época o coronel Daniel Millazzo, qualificou o método de «pouco ortodoxo» e «mais flexível», justificando a realização das licitações de obras antes da conclusão do projeto de engenharia final: «Pelos quantitativos de serviço levantados, constatou-se que não se poderia utilizar os métodos tradicionais, em vista da necessidade de abreviar ao máximo o tempo de início da construção».

Entretanto, o processo sofreu severas críticas sobretudo de especialistas em engenharia de construção, que argumentavam com a importância de um bom projeto, «pois representa economia de tempo e dinheiro, além de reduzir a margem de erro entre a viabilidade e a obra executada».

Um exemplo muito citado na época era a construção dos túneis. A ENGEFER entregava inicialmente a localização das duas bocas para preparação, visando dar início à perfuração, sem concluir os estudos geométricos de determinação da posição interna dos túneis e os estudos geológicos de formação e tipo de rocha. Um comentário de um engenheiro resumiu a situação: «Estamos abrindo o maciço para ver o que dá».

As reclamações das empreiteiras se avolumaram. Nada menos de 39 túneis previstos no anteprojeto foram suprimidos, depois de terem sido contratados as respectivas obras com empresas de engenharia. Algumas empreiteiras estabelecidas entre São Brás do Suaçuí e Lagoa Dourada chegaram a permanecer inativas durante mais de um ano, com canteiro de obras já implantado, aguardando que a ENGEFER liberasse os projetos e com isso permitisse que os serviços se iniciassem. Em um dos trechos, demarcado entre Itabirito e Congonhas, uma companhia foi contratada para a construção de um túnel mas seus engenheiros não tinham certeza a montanha deveria ser mesmo perfurada ou se acabariam por construir um viaduto ou uma ponte. Em Itutinga, uma outra companhia construtora não pôde prosseguir em seus trabalhos porque a ENGEFER não informava sequer a largura de um pátio de manobras. No total de 16 lotes de obras da Ferrovia do Aço, a ENGEFER liberou até setembro de 1976, os projetos de 26 dos 59 túneis previstos no contrato; 20 das 67 obras de arte especiais; e deixou de autorizar nada menos de 53 km de terraplanagem.

Ninguém sabe quanto custarão ao País as obras da Ferrovia do Aço. Em outubro de 1974, quando o Programa de Desenvolvimento Ferroviário foi lançado, a previsão dos investimentos públicos era de Cr\$ 8,1 bilhões. Quando os contratos foram assinados, em março de 1975, este valor já havia subido para Cr\$ 9,4 bilhões. Pouco depois, sofreu o primeiro grande reajuste, de cerca de 66%, passando para Cr\$ 17,5 bilhões. O Ministério dos Transportes justificou dizendo que «o custo da Ferrovia do Aço é impreciso porque somos função da correção monetária que é função da crise mundial», acrescentando porém que se trata de «uma obra irreversível, custe o que custar».

1976 chegou para a Ferrovia do Aço como o ano das vacas magras. Em junho, as empreiteiras receberam a notícia de um violento corte nos investimentos.

O pesadelo passou a rondar. O presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção de Estradas, Pontes, Portos, Aeroportos, Barragens e Pavimentação enviou uma carta ao ministro Dyrceu Nogueira, acenando com a ameaça de paralisação das obras, falando das repercussões da medida governamental e admitindo que haveria «no plano social, a dispensa em massa de operários, cerca de 14 mil, muitos dos quais especializados, concorrendo para o aumento do índice de desemprego».

No dia 18 de novembro de 1976, o governo federal consumou o destino da Ferrovia do Aço ao anunciar o corte de Cr\$ 40 bilhões nos investimentos públicos programados para 1977, visando alcançar resultados expressivos no controle do balanço de pagamentos e da inflação. Dos Cr\$ 16 bilhões previstos inicialmente para serem aplicados pela Rede Ferroviária Federal no exercício de 1977, houve a redução para Cr\$ 10,5 bilhões.

Do otimismo do II PND chegava-se assim ao choque com a realidade da crise econômica, impossível de ser desconhecida naquele momento.

Contudo, somente meses depois, o governo federal reconhecia publicamente a realidade da Ferrovia do Aço. Durante o Ciclo de Conferências sobre Investimentos Governamentais em Obras Públicas Federais e Exportação de Serviços, promovido em março de 1977 pelos sindicatos patronais do coronel Stanley Fortes Batista disse que as obras não serão concluídas antes de 1983 e definiu os novos rumos: «Tudo indica que tenhamos que abandonar o projeto e investir na linha centro que pode trazer maiores benefícios a curto prazo. Esta é a prioridade número um da empresa».

Entretanto, a fixação de qualquer data, seja a de 1982, como querem os empreiteiros ávidos pelas verbas do governo, seja o final da década, como desejam os mais realistas, não passa de um exercício de sonhar, tarefa que como se sabe não paga imposto. Quem tem razão neste caso é o futuro governador de Minas, que há mais tempo já disse a respeito de outro assunto: o futuro a Deus pertence. Em se tratando de Ferrovia do Aço, Francelino Pereira acertou.

Total dos serviços executados (até dezembro de 1977)

4.a	Projeto final de engenharia	96%
4.b	Desapropriações	92%
4.c	Terraplanagem (72.000.000 m ³)	53%
4.d	Túneis (14.928 m)	22%
4.d.1	Túneis (em penetração) (39 túneis)	40%
4.e	Obras de Arte Especiais (Pontes e Viadutos) (3.454 m)	9%
4.e.1	Obras de Arte Especiais (em execução) (28 obras)	23%

BARRICADA CONTRA A ENCHENTE

Por Virgílio Guimarães



Interromper o trânsito com fogões, armários, galhos de árvores, uma carroça. Foi assim que 400 moradores de um bairro popular da cidade industrial de Contagem, Belo Horizonte, fizeram para exigir das autoridades a solução para os problemas causados pela inundação da vila, com as chuvas. Dinamitar o bueiro para dar vazão à enchente e assistência aos desabrigados eram as reivindicações.

Os moradores da favela Vila Cemig, da cidade industrial de Contagem, logo nas primeiras horas do dia 21, resolveram interromper todo o trânsito da avenida Norte-Sul, como única forma de exigir das autoridades uma solução para o problema das inundações, geradas pela chuva.

Foi assim a barricada: Fogões, armários, galhos de árvores e até uma carroça usados para construir uma barreira exatamente sobre o bueiro que, por suas pequenas dimensões, não era capaz de dar vazão a toda a enchente do córrego e causava a inundação da Vila, situada em suas margens.

Mais do que pelos objetos, a interrupção do trânsito era garantida por mais de 400 moradores, quase todos trabalhadores das indústrias locais, que guardavam a barricada e exigiam a presença das autoridades para verificar os danos das enchentes e ouvir as suas reivindicações: dinamitar o bueiro para liberar a água e prestar assistência aos desabrigados.

A polícia veio antes da solução

Mas os primeiros a chegar foram os carros da polícia do Corpo de Bombeiros que, diante da disposição dos moradores, acharam mais conveniente evitar um conflito campal, permanecendo até o fim observando a distância, segundo eles «para garantir a ordem».

Enquanto isso as comissões dos moradores foram se organizando, com muita dificuldade pois a maioria não queria saber de muita conversa, nem tinha experiência de ações mais coletivas. A imprensa foi chamada para dar divulgação ao protesto. Cartazes eleitorais, contendo as promessas de Newton Cardoso e José Luiz, antigo e atual prefeito de Contagem, ambos do MDB, foram conseguidos entre os próprios moradores e afixados na barricada. Os desabrigados, desde o início, foram atendidos por equipes de socorro formadas entre os moradores da redondeza e levados para um colégio - Helena Guerra - próximo dali.

Só no final da tarde, depois que o prefeito prometeu dar uma solução ao problema e que a comissão concluiu que os objetivos do protesto e de divulgação do problema já haviam sido alcançados, é que foi votada e aprovada a desmobilização da barricada. Mesmo assim a comissão recuou diversas vezes ao iniciar a retirada dos objetos diante das vaias que partiam dos moradores mais exaltados que exigiam a permanência da barricada, até a dinamitação do bueiro. Mas aos poucos todos foram concordando em suspender provisoriamente o protesto, até verem se a prefeitura realmente cumpriria o prometido.

Zé Antônio, da comissão dos moradores da Vila Cemig, não acredita muito nas promessas da prefeitura: «O prefeito falou nos jornais que garantia os mantimentos para os desabrigados. Mas o que chegou aqui não dava pra mais de três dias e assim mesmo muita coisa era muito ruim ou estava estragada. É a comunidade mesmo que está sustentando o pessoal, não é a prefeitura, não. Da vez passada foi a mesma coisa».

Ele aproveita para denunciar a situação do PTO (um bairro vizinho): «Quando vem a enchente, o pessoal fica preso lá. A única saída é por um terreno da Magnesita, que não fica inundado. Mas a empresa põe até guarda para impedir o pessoal de passar. A prefeitura prometeu providências, mas até hoje, nada». E ainda Zé Antônio que fala da disposição da vizinhança: «O pessoal só está esperando estar para ver as máquinas da prefeitura trabalhando. Se elas não chegar, vamos fazer a barricada outra vez. E só tirar com a obra começada».

Causa das inundações: temporais ou especulação imobiliária

As inundações no período das chuvas são fenômenos do dia a dia das favelas de Contagem situadas nas margens dos ribeirões. Há desabamento de barracos, danificação de objetos, risco de epidemias, e, não raro, algumas mortes. Pouco antes, a pouca distância dali, na Vila PTO houve inundações semelhantes. Qual é a causa dessa tragédia?

Para a burocracia municipal a causa é simples: são as fortes chuvas que caíram... É claro que sem a chuvas não poderia haver inundações, mas por que estas ocorrem exatamente onde foram construídas grandes obras públicas (a Av Norte Sul, no caso de Vila Cemig) e a Via Expressa Leste-Deste, no PTO) que, por suposto, deveriam ser alvo do mais cuidadoso planejamento? E mais, exatamente onde está previsto o desfavelamento?

Entre os moradores destas vilas já não resta a menor dúvida: as obras foram planejadas para provocar as inundações, facilitando o desfavelamento. Depois disso, obras de saneamento poderão ser feitas nos córregos e em suas margens, eliminando definitivamente o problema, possibilitando a transformação dessas áreas, muito bem servidas de sistema viário, em loteamentos de luxo. Por «coincidência», tanto o atual prefeito José Luis, como o antigo, Newton Cardoso (eleito deputado federal com 130 mil votos, depois de uma campanha milionária), assim como quase todo o MDB da região, são notórios testas-de-ferro dos grupos econômicos da especulação imobiliária.

pela primeira vez depois de muitos anos, as diretorias dos sindicatos dos trabalhadores do fumo do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Porto Alegre e Belém do Pará unificaram as reivindicações da categoria para o dissídio salarial próximo.

Reajuste salarial de 20% além dos índices fornecidos pelo Governo, piso salarial equivalente a dois salários mínimos e meio e reconhecimento dos delegados de fábrica com estabilidade no emprego são as principais reivindicações dos operários da Souza Cruz, que somam cerca de 18 mil em todo o país.

Durante os dias 10 e 11 de fevereiro próximos serão realizadas assembleias simultâneas em vários Estados, quando será reforçada a mobilização. Caso os patrões se mantenham intransigentes, os operários ameaçam ir à greve.

Em julho do ano passado, os operários de uma das fábricas da Souza Cruz, em São Paulo, entraram em greve por reivindicações salariais. A companhia, porém, aumentou a produção em fábricas de outros Estados, suprindo o mercado e obrigando o recuo do movimento grevista.

Agora, com a ameaça, de uma paralisação mais generalizada, a companhia pressiona os seus empregados. Na fábrica de Belo Horizonte, os chefes de seção implacavelmente dissolvem as conversas dos trabalhadores dentro da fábrica, ameaça de demissão e até de chamar a polícia para fazer cessar os comentários sobre greve, além de arrancar das paredes, os bilhetes anônimos do Sombra e do Mancha - única forma de comunicação dos operários entre si.

O reino da Souza Cruz

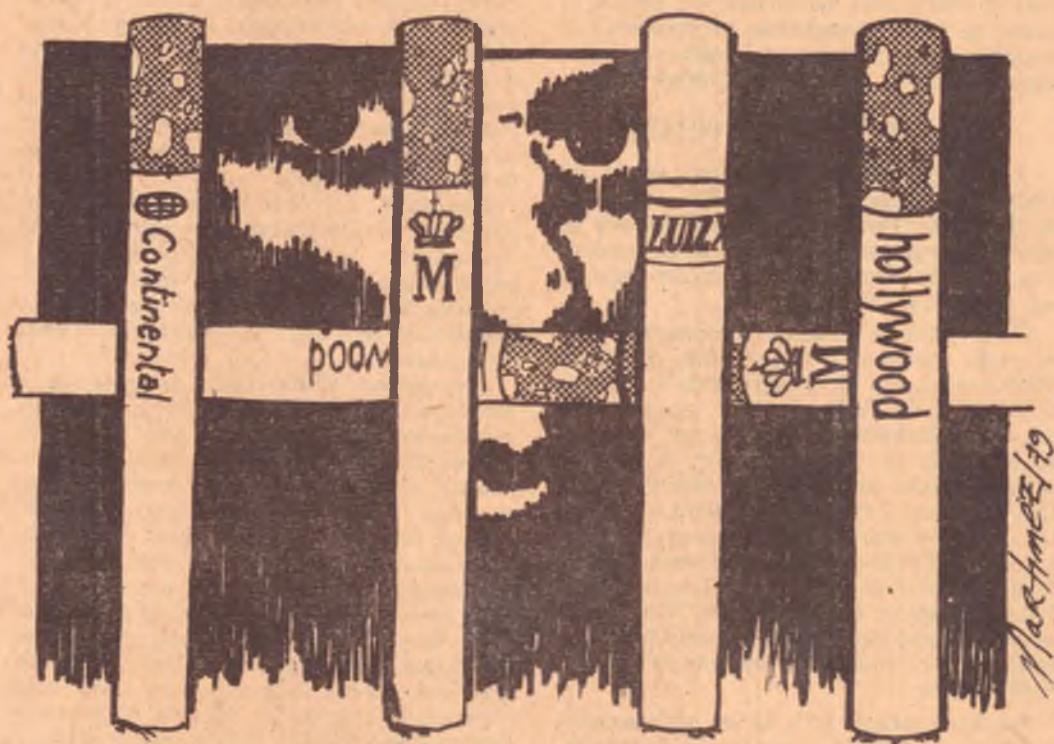
Por detrás dos altos muros que cercam a fábrica, reina a Souza Cruz. Como diz o presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Fumo de Belo Horizonte, Nilton Borges: «Eu costumo dizer que o operário da Souza Cruz vive aprisionado. Ele entrou lá dentro, cessa a liberdade, tendo em vista o sistema de produção. Hoje, para a empresa, a produção é tudo, morre quem quiser morrer, mas a produção tem que sair... Ela (a empresa) elevou os portões, a empresa se fechou e então eu chamo isso de prisões nazistas». Ou, como fala uma operária, de maneira direta: «É a Souza Cruz em ritmo de ditadura».

Desde 1952, a categoria dos trabalhadores do fumo desfrutava uma conquista: a jornada de trabalho de seis horas por turno, com duas folgas remuneradas por semana. Em fevereiro de 1975, a Souza Cruz passou os turnos para 7h30 m, a título de compensar o sábado, passando por cima de acordo homologado na Justiça do Trabalho. O sindicato entrou na Justiça do Trabalho, mas esta acendeu uma vela a deus e outra ao diabo: somente os operários antigos tinham direito à jornada de seis horas, os novos se submeteriam ao novo horário. Mas isto não satisfaz a empresa, que passou a utilizar toda sorte de pressões, inclusive conseguindo cartas-declarações de operários «pedindo» para trabalhar mais sem nenhum acréscimo de salário. O aumento da jornada levou a Souza Cruz a mudar o horário dos turnos, o primeiro começando às 5 h da manhã e o último terminando às 11 h da noite. Alguns têm de levantar às 3 da manhã para chegar na fábrica sem atraso, pois um minuto de atraso gera desconto no salário. Muitas mulheres têm de trabalhar à noite - desrespeitando a própria CLT que veta o trabalho noturno feminino - e só chegam em casa de madrugada.

Na época da inauguração da fábrica de Uberlândia, houve uma redução de 12 a 15% do número de empregados, mas a produção continuou aumentando. A velocidade das máquinas chegou à produção de 2800 cigarros por minuto e algumas até a 3.500. Cresce a pressão sobre os trabalhadores: antes havia um chefe por seção; agora são três mais um supervisor. Há estrito controle na ida aos banheiros, que geralmente por falta de tempo e lugar, são usados pelos operários para lanchar. Durante o jantar as máquinas não podem parar enquanto uma operária sai, a outra faz o serviço de duas.

PREFIRA SOUZA CRUZ: EXPLORAÇÃO ANTES, CIGARRO DEPOIS.

Veja aqui as condições de trabalho em que são produzidos os cigarros que você fuma. Uma verdadeira "prisão nazista", como acusa o presidente dos sindicatos dos fumageiros, de Minas.



Dr. Dorilax e Dr. Apracur

«As ameaças são constantes e por qualquer motivo», dizem as operárias. Há advertências e balões (suspensão com descontos dos salários, e por isso mais temidos). «Uma menina que levou três balões, foi a Justiça e ganhou os três. Isto prova que não tem lógica a repressão da Souza Cruz». Mas este é um caso isolado, porque recorrer leva tempo e dinheiro. Além disso, os chefes estimulam a delação entre operários além de outros expedientes. «Para subir na empresa, dizem algumas moças, você tem que sair com os chefes».

Os operários reclamam do calor, da poeira, do cheiro enjoativo do fumo («mas a gente acaba se acostumando»). O próprio Ministério do Trabalho, em uma pericia realizada, constatou as más condições de trabalho existentes em algu-

mas seções. Ao invés de tomar medidas de ordem geral contra o barulho insuportável, como determina o laudo do Ministério, a Souza Cruz passou a obrigar os operários a usar um fone nos ouvidos que causa dor de cabeça, coceira e irritação.

Dr. Dorilax e Dr. Apracur, assim são chamados os médicos da Souza Cruz e do Inamps pelos operários por receitarem estes remédios para todos os males. Conta uma trabalhadora: «No caso de tonteira, zonzeira, o médico dá um calmante, a pessoa dorme. Passado pouco tempo, ele acordar a pessoa, manda lavar o rosto com água fria para despertar e voltar a trabalhar».

Como se não bastasse todo este inferno, na saída, com ajuda de um aparelho que emite som e luzes, os operários são revistados e apalpadados por todo o corpo de forma humilhante. Mas, quem é o ladrão nessa história?

O ministro Simonsen...

A indústria de fumos no Brasil é hoje praticamente controlada por companhias multinacionais: quatro empresas estrangeiras respondem por 98,1% do patrimônio líquido, 98,7% do total das vendas e 95,6% da mão-de-obra empregada no setor.

Mas a concentração do capital neste segmento da economia é ainda maior que estes dados parecem sugerir. A Souza Cruz (Controle acionário da British-American Tobacco Co.), na verdade, detém sozinha 85% do patrimônio líquido, controla 82% do mercado e praticamente o total do lucro líquido do setor.

O quase monopólio exercido pela Souza Cruz na indústria de fumo a situa numa posição privilegiada entre as grandes empresas brasileiras. Com um lucro líquido de dois bilhões de cruzeiros em 1977, ela aparecia em sétimo lugar na relação das 100 maiores empresas brasileiras por lucro líquido segundo «Quem é Quem» (revista Visão).

Até há poucos anos, faziam parte dos seus Conselhos Fiscal e Consultivo personalidades como Eugênio Gudin, Otávio Gouveia de Bulhões e Mário Henrique Simonsen, mentores, ou pelo menos, no caso de Gudin, inspiradores da política econômica dos governos pós-64. Pois bem. Por coincidência (ou não), a Souza Cruz consegue às vezes obter do governo brasileiro favores muito especiais. Como a denúncia, pelo então deputado Lysaneas Maciel, na CPI das multinacionais, há três anos atrás:

«Até o 1º de janeiro de 1965, quando entrou em vigor a lei 4.502 de 30 de novembro de 1964, os recolhimentos do Imposto de Consumo, hoje chamado de Imposto sobre Produtos Industrializados, IPI, eram feitos através de selagem direta nas cartelas de cigarro — melhor esclarecendo — eram pagos pelas indústrias com a compra de selos realizada previamente. Essa sistemática equivalia a recolhimento antecipado feito pelas companhias de cigarro do referido imposto mesmo antes de recebê-lo do comprador. Com a nova lei, o sistema de selagem direta foi abolido. Em consequência, as empresas

passaram a recolher os impostos através de documentos contábeis. Porém, permitiu-se que os pagamentos deixassem de ser feitos no momento em que as companhias que industrializam o cigarro recebem o imposto dos comerciantes que o adquirem. Estes continuaram pagando o imposto à vista no ato da compra. Mas as companhias passaram a dispor de um prazo médio de dois dias para recolher o imposto aos cofres públicos, após o haverem recebido do comerciante. Depois da implantação da nova lei, o prazo de recolhimento foi esticado ainda mais. O favor fiscal concedido importa em verdadeiro empréstimo rotativo permanente e sem juros ou correção monetária. Rotativo porque as renova mensalmente. A cada pagamento sucedem-se novas vendas. E certamente porque aumenta com o aumento das vendas da empresa. Sem juros e sem correção monetária porque estes não incidem sobre o valor do recolhimento durante os dias em que ele permanece em poder da Souza Cruz».

Em 31 de dezembro de 77, o balanço da Souza Cruz registra que o montante do IPI a recolher aos cofres públicos era, naquela data, de Cr\$ 1,4 bilhão. Ou seja, se concedia à Souza Cruz o privilégio de poder dispor por um certo tempo e como bem entendesse de uma soma tão vultosa como essa. É óbvio que esse dinheiro não ficou parado. Deve ter sido utilizado na compra de títulos públicos ou em outras aplicações de curto prazo, possibilitando à empresa receber juros, inclusive, do governo, com dinheiro de impostos. E estes ganhos não são mais desprezíveis: no segundo semestre de 1977, o lucro financeiro da Souza Cruz (o lucro derivado de operações no open market, em letras de câmbio, etc) foi de Cr\$ 54 milhões de cruzeiros.

Além de praticamente monopolizar a indústria de fumo no Brasil através da Souza Cruz, a British-American Tobacco controla investimentos em vários setores da economia brasileira. Em 1974, seus investimentos abrangiam desde o financiamento de plantações de fumo até supermercados (como Peg-Pag, recentemente vendido), passando por fábricas de papel, companhias de seguro e até hotéis.

EM TEMPO